

ENCONTRO NACIONAL DOS
SERINGUEIROS DA
AMAZÔNIA

Brasília, 25 de novembro de 1985

Caros Amigos:

Estamos encaminhando um dossiê completo do ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA, realizado em Brasília de 11 a 17 de outubro deste ano.

Os seguintes documentos compõem esse dossiê:

1. Texto de proposta do Encontro, realizado pelo INESC e encaminhado a instituições governamentais e não-governamentais, do Brasil e do exterior, informando a respeito dos objetivos da reunião.
2. Documento final do Encontro discutido e aprovado por todos os participantes.
3. Documentos resultantes das reuniões de preparação do Encontro e realizadas nas diferentes regiões.
4. Notícias de jornais sobre o Encontro mostrando a repercussão que teve a nível nacional e regional.
5. Poesias escritas por seringueiros e divulgadas durante o Encontro.
6. Documento relativo à participação dos seringueiros na reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada em São Paulo, nos dias 28 e 29 de outubro.
7. Notícias de jornais sobre a participação dos seringueiros nessa reunião.
8. Comunicação apresentada pelo INESC no encerramento da Reunião da ONU em Brasília, no dia 31 de outubro.

Gostaríamos de receber contribuições relativas a

esse material, às conclusões do Encontro e à continuidade do trabalho, assim como saber da sua disponibilidade e/ou de sua instituição em colaborar com o movimento dos seringueiros da Amazônia.

Atenciosamente,



Mary Helena Allegretti

Coordenadora de Direitos Humanos

**PROJETO: ENCONTRO NACIONAL
DE
SERINGUEIROS**

PROJETO: ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS

Os seringueiros são trabalhadores que vivem da extração do látex de árvores nativas da região amazônica, as seringueiras. São descendentes de migrantes nordestinos que ocuparam a Amazônia desde meados do século passado.

A história econômica da borracha no Brasil tem três etapas bem distintas. A primeira, coincidiu com a expansão da industrialização européia e com o monopólio brasileiro na produção de borracha. A valorização dessa matéria-prima, como consequência dos novos usos dados a ela pela indústria, colocou em risco o monopólio brasileiro.

A segunda fase começa quando a produção nativa é substituída pela cultivada. Através do roubo de sementes de seringueira, a Inglaterra desenvolveu plantações nos países asiáticos, os preços decresceram e a produção brasileira logo ficou anacrônica frente à outra.

A terceira fase coincide com a descoberta da borracha sintética. A borracha vegetal perdeu importância novamente, até o surgimento da crise do petróleo.

Na Amazônia, desde o início, desenvolveu-se um sistema escravista de organização do trabalho nos seringais — empresas extrativas. O nordestino que para lá migrava já chegava endividado com as despesas de viagem. Adquiria a alimentação e os instrumentos de trabalho a preços exorbitantes nos barracões, para pagá-los com a produção. O preço pago sempre foi muito inferior ao de mercado. E inúmeros mecanismos de extorsão foram criados (manipulação nos registros, pesagem errada, taxas, descontos) tendo como resultado o endividamento. Devendo, os seringueiros não podiam abandonar o seringal. Os que tentavam, eram castigados. A agricultura era proibida, obrigando dessa forma que todas as necessidades fossem atendidas pelo barracão.

Ainda hoje predominam no interior da região amazônica, formas compulsórias de retenção da força de trabalho. Em muitos seringais, houve rebeliões, revoltas, greves, reprimidas com violência pelos seringalistas, os proprietários.

Um depoimento gravado em 1978 no Estado do Acre, atesta claramente esta situação:

"Os seringueiros não fazem mais greve porque já estão tão amedrontados, que sabem que são feitos prá perder. Prá nem estrebuchar mais, que só vive debaixo da peia, né. No cativeiro. A sra. vê aqui, nós somos como no tempo de escravidão. Do escravo. Se eles têm vontade, nós fica sem oreia, intê a tira que cobre o espinhaço. É. Então nós somos possíveis brigar com um deles, porque eles botam nós no arrocho, nós se agonia, até é possível nós brigar com eles. Uma concorrência, que ninguém sabe, se nós vamos brigar. Ninguém sabe se nós ganha ou perde. Nós vamos jogar aí. Aí nós tamo jogando, ninguém sabe quem vai ganhar. Pois bem. O cara vive coagido. O cara vive coagido demais. Por isso, então, que nós não estrebucha prá fazer greve mais, Porque vai ser só prá perder. É.

P - Então, qual é a solução? sair do seringal?

Não é sair do seringal. É nós viver nos seringal, trabalhando nos seringal, mas existir lei prá nós ter valor, prá nós não ser desvalorizado. Que nós samo desvalorizado, nós não tem valor de nada, e no entanto, era de nós ter valor de tudo. Porque a sra. sabe que a borracha é o leme do mundo. É. Né? O brio do Brasil é a borracha. E nós é que produzem. Nós todo seringueiro produz e nós não tem valor de nada. Não vale nada, coisa nenhuma. E nós podia ter um valorzinho, chegar a nós ao menos um pouco, ao menos uma vez por ano. E no entanto, nem de 10 em 10 anos. E chega prá dar a parda em nós. Prá nós ficar com o espinhaço saindo sangue. É. saindo sangue. É. É desse jeito que eles fazem com nós. Aqui não têm, prá nós, não temos até a data de hoje, tô dizendo prá sra., presentemente, de mim prá sra., até a data de hoje não vi melhoria de nada. Até agora. Mas estou com a fé que inda vai ter, né. Tão falando que vai ter melhoria, prá nós seringueiro. Pode até ser que Deus ajude. E nós podia ao menos a nossa metade ter valor e a outra metade ser perdido. Ao menos isso. Porque nós, né, é besteira, nós só vive prá sofrer. E tanto que nós derrama suor prá fazer a produção, e nós não tem valor de nada. É isto mesmo, que nós a toa, analfabeto, só podemos dizer isto, que é o que nós vive vendo na nossa frente.

É o sofrimento e o escravidão.
Que já acabou-se o tempo do escravidão.
Cabou-se. Hoje em dia não tá mais escravidão.
Mas querem por firme força que nós vive coagido, vive
como escravidão, como de primeiro tinha escrividão".

Ulisses Marques
Colocação Pedra Branca
Seringal Alagoas
Tarauacá, Acre, 1978.

Desde a década de 1970 algumas alterações têm ocorrido, em certas áreas da Amazônia, especialmente no Acre. Surgiram Comunidades Eclesiais de Base, organizadas pela Igreja Católica e Sindicatos Rurais, tornando possível o início de uma resistência. Em algumas áreas, a crise do mercado para a borracha, levou os seringalistas a abandonar os seringais. A titulação da propriedade sempre foi secundária nesse tipo de atividade. E em função disso foi possível caracterizar juridicamente o seringueiro como um posseiro, com direitos garantidos pela legislação brasileira.

Por outro lado, esse momento coincidiu com a valorização da terra na Amazônia em função de uma política do Governo Militar de subsídio ao grande capital. Estradas foram construídas, seringais foram transformados em imensas áreas vazias adquiridas como reserva de valor, ou transformadas em agropecuárias.

Muitos seringueiros foram expulsos, migraram para as cidades e vivem hoje em condições sub-humanas nas periferias urbanas. Outros, permanecem no cativo dos seringais. E parte de les luta para defender seus direitos como posseiros e para trabalhar nos seringais por conta própria, ou seja, independentes dos seringalistas.

O SOLDADO DA BORRACHA

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil firmou convênios comerciais com os Estados Unidos, um deles para abastecer de borracha a economia de guerra.

Financiado pelos Estados Unidos, o governo brasileiro criou um programa denominado "Campanha da Borracha" através do qual enviou, novamente, nordestinos para os seringais da Amazônia e os denominou de "Soldados da Borracha". De acordo com o programa, terminada a guerra, esses trabalhadores receberiam aposentadoria e benefícios semelhantes aos combatentes.

Nada disso ocorreu. Os Soldados da Borracha vivem nas mesmas condições dos demais seringueiros, estão velhos, sem condições de trabalhar e sem terem visto nenhuma das promessas cumpridas.

Hoje, esquecidos de todos, os seringueiros da Amazônia vêem seus líderes serem assassinados, sua luta é desconhecida e isolados na floresta, não encontram formas de fazer chegar suas reivindicações ao Governo e à sociedade como um todo.

É como se, com a crise da borracha nativa, tivesse desaparecido seu produtor. O que não é verdade.

As estatísticas são falhas. Mas calcula-se que existem hoje na Amazônia aproximadamente 200.000 pessoas dependendo diretamente dessa atividade. O Acre é o maior produtor, seguindo-se o Amazonas e Rondônia.

PROJETO SERINGUEIRO

Em 1980, como parte do movimento de resistência dos seringueiros no Acre, especialmente no município de Xapuri, teve início um trabalho de assessoria, coordenado por quem subscreve esse documento, visando criar condições de autonomia econômica e política para os seringueiros.

Foram organizadas pequenas cooperativas de produção e consumo que viabilizaram melhores condições de vida e mostraram a possibilidade de novas relações de trabalho serem criadas na região.

Diante das dificuldades dos seringueiros entenderem o novo processo de comercialização, pelo fato de serem todos analfabetos, foram criadas pequenas escolas para o ensino da leitura, escrita e operações matemáticas.

Constatando-se a especificidade cultural desses trabalhadores, foi necessário criar um material didático adequado, de nominado PORONGA, que passou a ser utilizado nas escolas.

Existem atualmente 06 escolas em funcionamento. Esse projeto é apoiado pela OXFAM e pela Fundação Pró-Memória, órgão do Ministério da Cultura.

No período de 1980 a 1984 o Projeto Seringueiro teve caráter restrito e experimental. A partir deste ano o Governo do Acre passou a remunerar os monitores e financiar a merenda escolar. Além disso, está sendo analisada a possibilidade dessa experiência se estender a outras regiões do Acre.

PERSPECTIVAS

O processo de democratização que hoje se inicia no Brasil ainda não colocou em discussão o atual modelo de ocupação da Amazônia. Os grandes investimentos de capital para exportação de minérios, a construção de rodovias, o modelo fracassado de colonização e a crescente concentração fundiária não foram ainda questionados.

Ao lado disso, os habitantes tradicionais da Amazônia — índios, caboclos, seringueiros, castanheiros — desenvolveram formas adequadas de obtenção da sobrevivência sem alteração do equilíbrio ecológico e com potencial de produtividade não explorado e nem valorizado.

A única maneira existente hoje de dar início a um movimento mais amplo de defesa da Amazônia e de seus habitantes, de

mostrar para a sociedade brasileira que os seringueiros continuam existindo e vivem em condições de escravidão é realizar um fato inédito — tirá-los da mata para que falem no centro político do país, Brasília.

Muitos seringueiros nunca saíram da floresta. Seja os que lá nasceram ou os que para lá migraram na década de 1940. E nunca, na história brasileira, os seringueiros se reuniram fora da região amazônica para em conjunto falarem para a sociedade e para as autoridades governamentais.

PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS

A idéia dos seringueiros da Amazônia fazerem um Encontro em Brasília surgiu da constatação de que, nos planos da Nova República, os trabalhadores extrativistas da Amazônia não foram considerados.

A proposta foi encampada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Estado do Acre, que será o promotor do Encontro. Já foram realizados contatos com Associações de Seringueiros e de Soldados da Borracha, em todo o Acre, nos municípios de Tefé e Carauari, no Amazonas, e nos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru e Cacoal, em Rondônia.

A previsão é de reunir mais de cem seringueiros em Brasília, na segunda semana de outubro deste ano.

O Encontro terá dois objetivos principais:

- 1º. - reivindicar junto às autoridades governamentais uma política para o extrativismo e uma reforma agrária que respeite as especificidades dos seringueiros e da Amazônia;
- 2º. - divulgar, para a sociedade brasileira, as condições de vida dos seringueiros.

O Encontro terá três etapas: na primeira, já em andamento, serão realizados encontros regionais para discussão e elaboração das propostas; na segunda, em Brasília, os seringueiros vão discutir as propostas regionais e elaborar um documento único; na terceira, também em Brasília, vão discutir suas propostas com as instituições governamentais e os líderes políticos nacionais e regionais.

Paralelamente, pretende-se organizar uma exposição com a história dos seringueiros, através de fotos, documentos, jornais, painéis, etc.

Para a organização do Encontro foram criadas duas comissões: uma em Xapuri, formada por elementos do Sindicato e do Projeto Seringueiro e outra em Brasília, formada pelo INESC e pela Fundação Pró-Memória/Ministério da Cultura. Aquela está responsável pela organização dos encontros regionais; esta, pela preparação do Encontro em Brasília.

Mary Helena Allegretti

NÓS, SERINGUEIROS, REPRESENTANDO OS ESTADOS DE RONDÔNIA, ACRE, AMAZONAS E PARÁ, REUNIDOS EM BRASÍLIA DE 11 A 17 DE OUTUBRO DE 1985, NO "1º ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA", TOMAMOS AS SEGUINTE RESOLUÇÕES:

I - DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

1. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacraram trabalhadores e destróem a natureza.
2. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica.
3. Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (PLANACRE, POLONOROESTE, Asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.
4. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós, seringueiros.
5. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras.
6. Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas de seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta.

II - REFORMA AGRÁRIA

1. Desapropriação dos seringais nativos.
2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pe los próprios seringueiros; conforme as estradas de seringa.
3. Não divisão das terras em lotes.
4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas ex trativistas assegurado seu uso pelos seringueiros.
5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recai do seu custo sobre os seringueiros.
6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específi co de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obede cendo à realidade extrativista da região.
7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.

III - POLÍTICA PARA A BORRACHA

1. O seringal nativo deve ser preservado e não acabado.
2. Deve ser assegurada a representação dos seringueiros no Conselho Nacional da Borracha e na SUDHEVEA.
3. Reajuste trimestral do preço da borracha de todos os tipos, para o seringueiro, com base no aumento da inflação.
4. Divulgação imediata das tabelas de reajustes, com distribuição para os órgãos de classe e anúncio pela Radiobrás.
5. Criação do Conselho Nacional de Seringueiros a partir de seus órgãos de classe.
6. Aprovação de pequenos projetos para plantação de seringueiras, castanheiras e fruticultura em geral, bem como de conservação de seringueiras nativas, adultas e produtivas, sendo esses projetos destinados aos seringueiros.
7. Apoio à formação de cooperativas de consumo, com financiamento para transporte e distribuição.
8. Que a mini-usina seja administrada cem por cento por seringueiros, com assistência técnica fornecida pela SUDHEVEA.
9. Que seja extinta a renda em toda a região produtora de borracha.
10. Que seja assegurada a liberdade de comercialização de todos os tipos de borracha diretamente pelos seringueiros.
11. Garantia de oportunidade para os seringueiros que foram expulsos pelo latifúndio para o estrangeiro, de retornar à pátria como seringueiros.

IV - POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

1. Que o credenciamento junto à COBAL seja feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pelas Associações de Soldados da Borrcha e Seringueiros.
2. Que seja proibida a venda pela COBAL aos patrões; que os seringueiros façam a fiscalização através de seus órgãos.
3. Que a COBAL faça um atendimento ambulante, pelo menos de 15 em 15 dias, dificultando assim a atuação do marreteiro.
4. Que as embarcações da COBAL comprem a borracha diretamente do produtor, encostando em lugares indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e obedecendo pontualmente o roteiro de viagem, inclusive divulgando o mesmo pelo rádio.
5. Que as embarcações da COBAL atendam todos os rios que não são atendidos.
6. Que sejam criadas cantinas (cooperativas da COBAL/SUDHEVEA) administradas pelos próprios seringueiros.
7. Que a SUDHEVEA entregue aos seringueiros comprovantes de compra e venda de mercadorias e de borracha, que sirvam para atestar a condição de seringueiros.

V - SAÚDE

1. Que seja feita uma política de saúde preventiva e de assistência médico-odontológica de acordo com as necessidades dos seringueiros.
2. Que sejam criados postos de saúde em todos os seringais em locais escolhidos pelas comunidades de seringueiros.
3. Que os agentes de saúde sejam escolhidos pela própria comunidade e treinados pelas Secretarias de Saúde dos Estados e sejam reciclados periodicamente.
4. Que os treinamentos que serão dados aos agentes de saúde levem em conta o conhecimento popular.
5. Que os agentes de saúde sejam contratados pelas Secretarias dos Estados e que sua remuneração seja justa, permitindo sua dedicação exclusiva ao trabalho.
6. Que os agentes de saúde sejam fixos, e que incluam um homem e uma mulher para cada comunidade.
7. Que todas as decisões sobre o posto sejam tomadas pela comunidade, inclusive os casos de demissão dos agentes de saúde.
8. Que sejam criados laboratórios na própria região amazônica, aproveitando as plantas e os recursos da região.
9. Que a SUDHEVEA e as Secretarias de Saúde dos Estados abasteçam os postos de saúde com medicamentos (especialmente medicamentos de uso constante e urgente, tais como sulfona, soro anti-ofídico e outros) e equipamentos necessários.
10. Que os postos volantes fluviais e terrestres da SUDHEVEA sejam estabelecidos com a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e com as comunidades.

11. Que nesses postos seja proporcionado atendimento oftalmológico e estoque de óculos.
12. Que os médicos dos postos volantes sejam credenciados para encaminharem os formulários de aposentadoria por invalidez dos hanseanos, bem como outros tipos de invalidez.
13. Que os recursos financeiros destinados à construção de postos de saúde sejam repassados para a comunidade construir e não para empreiteiras.
14. Que seja feita campanha de saneamento básico e prevenção de doenças que afetam os que moram na floresta, tais como a malária, hanseníase e leishmaniose.
15. Garantia de transporte, atendimento e internação hospitalar dos seringueiros e de suas famílias em casos de necessidade.

VI - EDUCAÇÃO E CULTURA

1. Todos os seringueiros têm direito ao estudo.
2. Queremos escolas de seringueiros em todos os lugares e para todas as idades, com qualquer número de alunos.
3. As escolas devem ter garantido o material escolar e merenda, adaptados às condições locais e fornecidos pelo Estado.
4. Professores seringueiros, escolhidos pela comunidade e que tenham oportunidade de encontros para troca de experiências entre si e com outras pessoas.
5. Calendário escolar que respeite as épocas de plantio e o regime de chuvas da região.

6. É preciso que as Secretarias Estaduais ou Municipais se comprometam com o pagamento dos professores e com o seu treinamento, a intervalos regulares e com garantias de verbas.
7. O Ministério da Educação deve assumir de fato o compromisso com a educação na região amazônica, principalmente nos seringais, coordenando as Secretarias Estaduais na execução dessa tarefa, com a participação dos trabalhadores e juntamente com o Ministério da Cultura.
8. É preciso que a merenda escolar inclua produtos oferecidos pela região, como a castanha e outros gêneros alimentícios locais.
9. É preciso preservar a cultura da região, devendo a escola informar também o seringueiro sobre a realidade do país.
10. Que sejam divulgados para o país, histórias, poesias, músicas, receitas e objetos fabricados pelos seringueiros.
11. Apoio a projetos de educação como o Projeto Seringueiro do Acre, bem como outros que tenham a participação direta dos seringueiros e correspondam às suas necessidades.

VII - APOSENTADORIA E ASSISTÊNCIA PARA OS SOLDADOS DA BORRACHA E SERINGUEIROS

1. Considerar como Soldado da Borracha todos os seringueiros que imigraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra, e que já estejam com 60 ou mais anos de idade. Estes trabalhadores devem comprovar sua condição com contas correntes, ou declaração do patrão, ou declaração de três companheiros que com ele trabalharam ou aprenderam, ou com contratos recebidos da CAETA, SENTA e outras.
2. Os trabalhadores considerados nesta proposta terão direito a uma indenização correspondente a 20 salários mínimos.

3. Será estabelecida uma pensão aos Soldados da Borracha definidos acima, no valor de 3 salários mínimos, estendida a seus familiares por ocasião do falecimento do seu titular.
4. Os trabalhadores, homens e mulheres, terão direito à aposentadoria aos 45 anos de idade, no valor de 3 salários mínimos.
5. Esta aposentadoria será concedida aos inválidos e viúvas conforme a lei.
6. Serão beneficiados por essa proposta os seringueiros e Soldados da Borracha que atualmente trabalham no exterior, sobretudo na Bolívia.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ACRE

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BRASILEIA - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SENA MADUREIRA - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANUEL URBANO - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIO BRANCO - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CRUZEIRO DO SUL - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TARAUACÁ - AC

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FEIJÓ - AC

ASSOCIAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA E SERINGUEIROS DE ARIQUEMES - RO

ASSOCIAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA E SERINGUEIROS DE JARÚ - RO

ASSOCIAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA E SERINGUEIROS DE JI-PARANÁ - RO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVO ARIPUANÁ - AM

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARAUARI - AM

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JUTAÍ - AM

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE COARÍ - AM.

RESOLUÇÕES APROVADAS PELO I ENCONTRO DE SERINGUEIROS DO ESTADO DO ACRE

1. A intensa e crescente devastação da floresta vem substituindo a castanha e seringueira pelo boi, representando uma ameaça constante aos seringueiros que ainda resistem em suas colocações contra os investidores do latifúndio.

No discurso do governo do Estado do Acre, o extrativismo deve acabar, pois representa um impecilho ao desenvolvimento econômico da região, reafirmando a necessidade de modernização da agricultura, implantando culturas como: cana-de-açúcar (projeto da ALCOBRÁS) e soja.

A implantação desses projetos significa a destruição de grandes áreas de terras num futuro próximo, pois já está comprovado que a estrutura física dos solos da Amazônia não comporta a mecanização e sua baixa fertilidade limita a culturas de ciclo curto.

Frente a essas considerações nos opomos firmemente às mudanças que estão sendo feitas no sistema produtivo. Exigimos a participação dos trabalhadores rurais na definição de novas diretrizes para o setor.

2. Queremos Reforma Agrária já e para isso propomos:

Impedir o desmatamento dos seringais.

Fazer a desapropriação levando em consideração somente as benfeitorias dos mesmos, respeitando as colocações de seringa. A posse será definida em discussão com os seringueiros através de seus sindicatos e entidades representativas.

Nos antigos barracões deverá ser implantada toda infra-estrutura:

- . posto médico com pelo menos dois médicos e agentes de saúde treinados na própria comunidade, para atender as colocações mais distantes;
- . construção de escolas capazes de dar ao aluno a conclusão do 1º grau e implantar escolas de formação em técnicas agrícolas.

Fornecer assistência técnica adequada para a implantação de pequenas áreas com cultura permanente (cacau, café, guaraná) em cada colocação, sem prejudicar o extrativismo.

Crédito agrícola com baixas taxas de juros.

Garantir o escoamento da produção e fixar um preço mínimo compatível com o custo de produção.

Financiamento de matrizes de bovinos, ovinos, caprinos e suínos para implementar pequenas criações, garantindo assim outras fontes de renda para o seringueiro.

3. Nos opomos à abertura de novos projetos de colonização no Acre, pois até hoje eles só têm servido para transferir as tensões sociais do sul do país para o Acre. Além do mais, o INCRA não oferece a mínima infra-estrutura aos colonos. Os traçados dos projetos foram feitos sem nenhum critério, obrigando os colonos a entregarem suas terras aos latifundiários.

Só permitiremos a abertura de novas frentes agrícolas em caso de extrema necessidade desde que seja feita sob o controle dos trabalhadores.

4. Quanto à SUDHEVEA, até o momento só tem beneficiado os seringueiras; por isso exigimos profundas mudanças neste órgão:
- . que sua administração seja feita por um conselho de seringueiros.
 - . criar uma comissão tarifária para fixar o preço da borracha, estabelecendo reajuste trimestral.
 - . incentivar o adensamento de seringais nativos, através de incentivos e assistência ao seringueiro.
 - . implantar armazéns nas sedes dos antigos barracões e mini-armazéns nas colocações mais distantes, transportando os alimentos em animais ou via fluvial.

5. Quanto à preservação da castanheira e seringueira é necessário que se reforme e garanta a aplicação da legislação florestal.

Exigimos também a extinção do IBDF, por se tratar de um órgão que não cumpre suas funções, só atende aos interesses dos latifundiários, massacrando seringueiros e colonos com imposições injustas e multas elevadíssimas.

A fiscalização das florestas deverá ficar a cargo dos seringueiros e colonos através de seus Sindicatos e outras entidades representativas da classe.

Propomos ainda o plantio de castanheiras nas áreas em que foram derrubadas.

6. Quanto aos direitos dos seringueiros:

Extensão de todos os benefícios dos trabalhadores urbanos aos seringueiros.

Aposentadoria aos 45 anos de idade, (considerando que o seringueiro começa a cortar seringa desde menino).

Aposentadoria com o valor referente em 3 salários mínimos.

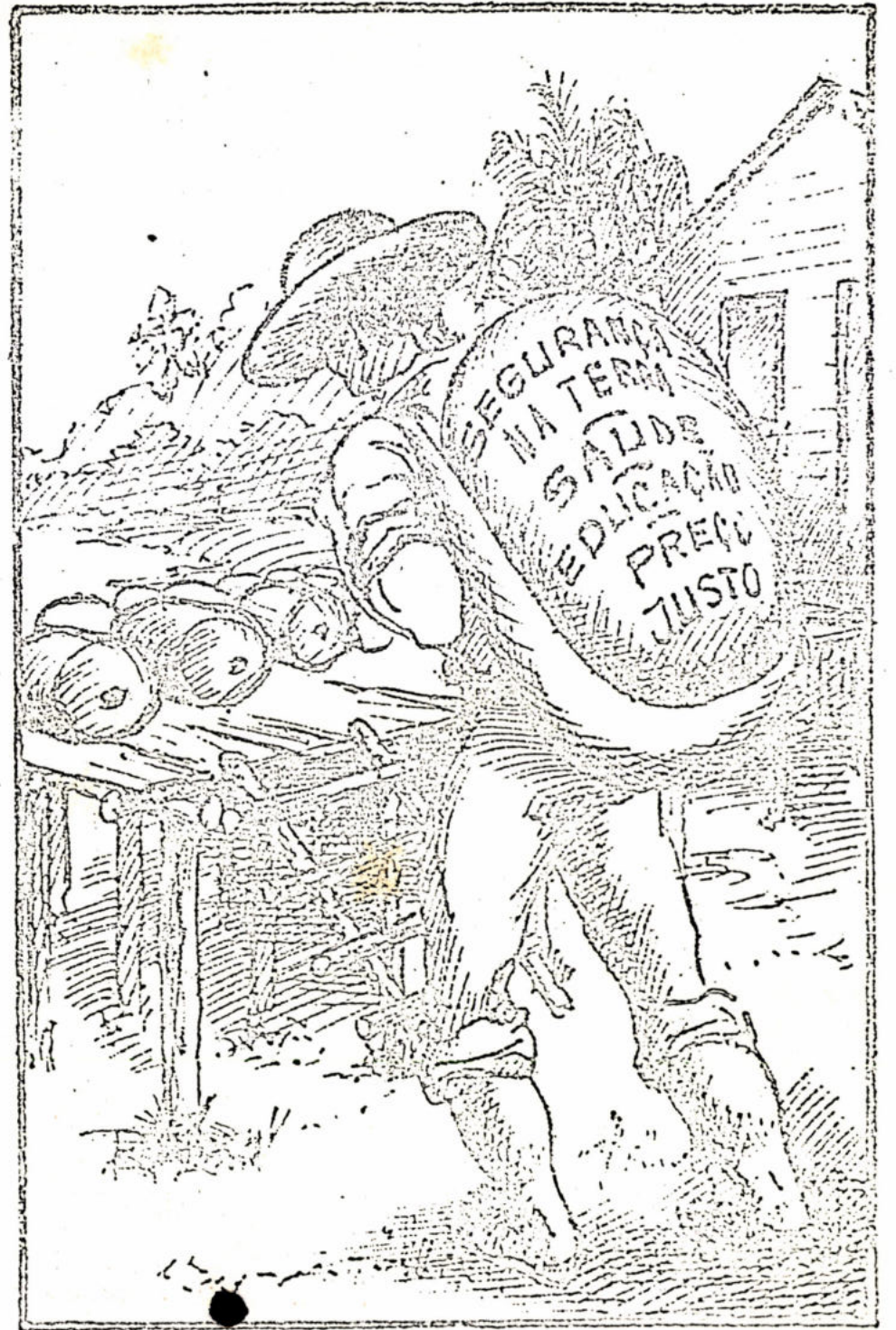
7. Quanto ao Soldado da Borracha:

Considerar Soldado da Borracha, todo aquele seringueiro que chegou na Amazônia no início da década de 40, com a idade de 18 a 22 anos.

Garantir a imediata aposentadoria com o valor do salário referente a 3 salários mínimos.

No ato da aposentadoria uma indenização de 20 salários mínimos.

Uma passagem de ida e volta a cada 3 anos para visitar os familiares no Estado de origem.



Nos dias 4 e 5 de outubro de 1985, reuniram-se na Casa do Retiro Santana-Estrada do Aleixo de Manaus, 15 seringueiros dos Municípios de Novo Aripuanã, Coari, Jutai e Carauari.

A reunião realizou-se em preparação ao 1º Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília.

Discutiu-se os problemas que os seringueiros do Estado do Amazonas enfrentam como também as reivindicações a serem levadas às autoridades competentes.

O presente relatório mostra um pouco a realidade de sofrida pelos seringueiros, realidade esta bastante contrária aquela divulgada pela SUDHEVEA através da Rádio Nacional.

É o outro lado da moeda, preto que nem a pele da borracha, cuja produção se pretende esticar enquanto as condições de vida dos seringueiros se encurtam...

Manaus, 06 de outubro de 1985

1. REFORMA AGRÁRIA:

O levantamento das terras, feito pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), é bastante falho e precário. Não se sabe quais as terras legalmente e definitivamente tituladas.

Quando o ITERAM comunica a existência de terras devolutas na região, o Instituto está sendo contestado pelo Judiciário como aconteceu recentemente no município de Carauari.

Os seringueiros pedem SEGURANÇA NA TERRA. A inchação das cidades do Amazonas é juntamente causada pela insegurança na terra além da falta de assistência como veremos mais adiante.

Pede-se, com urgência, que o ITERAM divulgue a situação fundiária de cada Município aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Assim, os seringueiros conhecerão a situação legal da sua área de trabalho. No caso de morarem em terras devolutas, os trabalhadores rurais terão assegurado o direito de obter o título definitivo onde possam exercer, com segurança, a sua profissão de seringueiro, casamenteiro e agricultor.

Pede-se a respeito das terras tituladas uma rigorosa fiscalização em relação a sua legalidade, e que cumpram sua função social conforme a lei. Ao mesmo tempo pede-se uma fiscalização a respeito do cumprimento de pagamento do ITR.

A APLUB - AGRO-FLORESTAL AMAZÔNICA S/A, uma empresa que constitui o 2º maior latifúndio do Estado do Amazonas, se diz detentora de quase 2.000.00 milhões de hectares de terra, está com uma dívida altíssima do OTR, conforme denúncia. A referida área abrange 3 Municípios do Estado sendo que a Firma não ocupa nem 1000 hectares com suas atividades agro-pecuárias. Ela prejudica altamente a expansão agrícola de um município, em crescimento, como Carauari.

Além da APLUB, muitos seringais estão com suas terras ociosas. Os últimos não conseguem atrair os seringueiros para trabalharem em suas áreas devido as relações de trabalho escravizantes. A PROBOR 1,11 e 111 nunca conseguiu alcançar seus objetivos. Ao contrário, facilitou as falcatruas de muitos seringalistas que aplicaram o dinheiro fácil em outros negócios como compra de casas, embarcações, comércio e aplicação no mercado financeiro.

Pede-se que, na titulação da terra para o seringueiro, não seja levado em conta os módulos pre-estabelecidos pelo INCRA, mas sim que obedeça as características das estradas de seringa a serem demarcadas por técnicos com a participação dos próprios seringueiros. (O ideal seria um título comunitário sendo instituídos cooperativas da Reforma Agrária).

Pede-se que nas áreas de propriedades particulares seja instituído o Contrato de Arrendamento cujo conteúdo obrigue os proprietários a cumprir com a função social da terra. Pede-se uma ampla discussão sobre este assunto.

Ainda a respeito da REFORMA AGRÁRIA, discutimos outros itens que não foram aprofundados como assistência técnica, o plantio de culturas perenas etc.

2. COBAL/SUDHEVEA:

A meta da COBAL/SUDHEVEA não está sendo alcançada. O órgão pretende fixar o homem no campo através de mercadorias subsidiadas e, conseqüentemente baratas. Acontece que os seringalistas nunca obedecem a taxa de acréscimo estipulada pela SUDHEVEA para a venda ao seringueiro. Ao contrário, vende-se as mercadorias por preços exorbitantes como mostram as tomadas de preços das várias áreas apresentadas nesta reunião. Um exemplo simples: para comprar um quilo de café no valor de Cr\$ 120.000, o seringueiro tem que produzir 17 quilos de borracha. O exemplo é regra, não exceção.

Apesar das denúncias, as mercadorias da COBAL/SUDHEVEA continuam sendo vendidas aos comerciantes a regatões.

Pede-se um atendimento às denúncias feitas a uma fiscalização constante da SUDHEVEA/COBAL.

Pede-se que o barco da COBAL compre a borracha em troca de mercadorias e encostem nos lugares indicados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e obedença pontualmente o roteiro de viagem, inclusive, divulgando o mesmo pela Rádio Rio Mar.

Pede-se o atendimento do barco da COBAL no rio Jutai.

Pede-se que se criem em Novo Aripuanã em outros municípios onde existam condições, cantinas (cooperativas da COBAL/SUDHEVEA) administradas pelos próprios seringueiros.

Pede-se a divulgação constante dos novos preços da borracha e das mercadorias da COBAL pelos rádios e, diretamente, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Pede-se que a SUDHEVEA confeccione formulários de compra e venda da mercadorias a borracha.

Observação: Há muitas queixas a respeito da administração nos seringais, pois as notas de compra e venda, quando fornecidas, na maioria das vezes são ilegíveis e incompreensíveis.

3. EDUCAÇÃO:

O fator 'educação' é outro que igualmente preocupa as famílias dos seringueiros espalhados pelos seringais do Amazonas, visto que todos, sem distinção, almejam para seus filhos, 'dias melhores, diferentes dos que vivemos'.

No Amazonas, quase todos os seringueiros são analfabetos apesar de vários convênios que foram firmados entre a SUDHEVEA-Instituto de Educação Rural (IERA-Am.) - Prefeituras Municipais e SEDUC.

Nunca houve uma preparação adequada para os candidatos a professor.

Pede-se um melhor entrosamento com entidades que trabalham no interior como MEB-EMATER, Sindicatos, Paróquias-SUCAM, na indicação de pessoas que possam servir de professores.

- Que os mesmos recebam um curso intensivo e prolongado para preparar sua missão.
- Que tenham as suas Carteiras Profissionais assinadas com todos os direitos trabalhistas.
- Que haja pagamento justo em prazos corretos. (Os professores do município de Carauari receberam seus vencimentos de oito meses no início de outubro do presente ano).
- A construção de mais escolas nos seringais.
- Que se continue elaborando material adequado para o ensino de leitura, escrita e operações matemáticas.
- Que seja fornecido material escolar, inclusive iluminação mais adequada para as aulas noturnas.
- Que haja merenda escolar para as escolas dos seringais.

4. SAÚDE: .

Os barcos Seringueiro 1 e 11 não estão cumprindo o que deles se divulga pela Rádio Nacional da Amazônia. Não obedecem o roteiro de viagem, atendem poucos seringais que, no conjunto, comportam uma minoria da população, enquanto a maioria dos seringais, e consequentemente, dos seringueiros ficam sem assistência médica e odontológica.

Pede-se que a SUDHEVEA relacione os seringais de maior densidade demográfica indicados pelos próprios seringueiros através dos seus Sindicatos.

- Que além da assistência médica e odontológica, se procure conhecer a situação sanitária dos seringais e se proporcione reuniões e palestras sobre saúde preventiva.

- Que se inclua na equipe de bordo um oftalmologista e estoques de óculos. (Isso permitira que muitos estudantes, visto que a deficiência visual dos seringueiros, consequência na maioria das vezes, péssimas condições de trabalho no defumador, é um obstáculo ao estudo).
- Que haja preparação de agentes de saúde que possam atuar em pontos estratégicos nos Postos de Saúde mantidos pela SUDHEVEA.
- Que estes Postos de Saúde sejam abastecidos com maior quantidade de remédios, entre outros, sulfona e sorro-antiofídico, medicamentos bastante necessários na região amazônica.
- Que os médicos dos barcos sejam credenciados para encaminharem os formulários de aposentadoria por invalidez dos hansenianos.

5. SUDEPE E IBDF:

A atuação destes órgãos governamentais é fraca e deficiente no interior do Estado. Praticase a pesca predatória em grande escala através dos barcos pesqueiros de Manaus. Chega-se ao cúmulo de alugar legos prejudicando altamente os seus moradores. Coloca-se rede de arrastão nas bocas dos rios, afluentes e igarapés na época de desova do pescado. Despuja-se no rio toneladas de peixe quando se encontra outros cardumes de maior valor comercial.

Em muitos seringais, se mantem currais de quelônios para comercialização. Para isto, os seringalistas procuram manter o domínio dos tabuleiros, com licença do IBDF, alegando que é para a preservação da espécie.

Por incrível que pareça, o Amazonas, habitante de maior bacia hidrográfica do mundo, passa fome devido à pesca predatória.

Pede-se uma maior fiscalização, educativa e não repressiva, no que diz respeito aos ribeirinhos, por parte da SUDEPE e IBDF.

Que haja uma abertura temporária de caça ao jacaré que esta se tornando perigo para o homem interiorano.

RELATÓRIO DO RESULTADO DAS REUNIÕES DOS SERINGUEIROS DO MUNICÍPIO DO NOVO ARIPUANÃ - AMAZONAS.

Os seringueiros dos rios Madeira, Marepáua, e Paranã das Araras, reunidos nas Comunidades de: Repartimento, Belas-Águas, Miriti, Paicáua, Boca do Barrigudo, Tacíria, S. José, Remanso e Jacaré-Grande; todos reunidos nos dias 27, 28 e 29 de junho de 1984, pela primeira vez, e nos dias 3,4 e 5 de setembro de 1985, pela segunda vez;

Ao mesmo tempo, os seringueiros dos rios: Aripuanã, Araua, Juma, Guariba e Castanho; reunidos nas Comunidades de Alvorada, Matamatã, Piuntuba e Prainha, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 1984, pela primeira vez e nos dias 3,4 e 5 de setembro de 1985, pela segunda vez;

Resolveram criar o grupo denominado "Companheiros do Aripuanã", e resolveram todos ao mesmo tempo levantar quatro questões, que são as seguintes: a situação dos seringueiros no município; prestação de assistência técnica, financeira, médica, social e educacional; Reforma Agrária especificada para os seringueiros; e uma participação direta dos seringueiros, agricultores, garimpeiros e pescadores na Nova Constituinte.

O resumo destes estudos realizados nas nossas reuniões foram os seguintes:

LEI COMPANHEIROS DO ARIPUANÃ

1ª Questão

O SERINGUEIRO E SEUS DIREITOS

Capítulo 1º

Artigo 1º - Liberdade para os seringueiros...

Letra (a) - Os seringueiros devem lutar pela extinção dos 30% da produção bruta cobrada pelos patrões, como arrendamento das estradas e para que os seus produtos sejam pagos com dinheiro.

Letra (b) - Luta pelas terras onde moram e trabalham, nas quais se encontram as estradas de seringa.

Letra (c) - Exigir das autoridades o título definitivo de suas poses ou colocação, e garantia através de leis contra eventuais agressões por parte dos ex-patrões e seus jagunços.

Letra (d)- Comunicar, e denunciar qualquer tipo de arbitrariedade às comunidades vizinhas, aos Sindicatos, às autoridades competentes, à CPT, à CUT, à CONCLAT e demais Entidades de apoio que haja em solidariedade mútua, inclusive à im prensa.

Artigo 2º - Política de preços para produtos nativos vegetais

Letra (a)- Lutar junto à SUDHEVEA e empresas interessadas, por melhores preços para a borracha, a castanha, a sorva, a balata, copaíba, a piaçaba, a massaranduba, o caucho, a madeira de lei e o cumarú, especificamente.

Letra (b)- Lutar por menores preços nos artigos de caça e pesca, como sejam: linha, anzol, chumbo, arpoeiras, bóias, corricos, chumbo de caça, cartuchos, pólvora, espoletas, espingardas etc, bem como exigir uma lei que obrigue o IBDF e a SUDEPE a expedirem carteiras de autorização aos seringueiros para o uso e manuseio de tais instrumentos para a sua subsistência e de seus familiares.

Letra (c)- Autoridade para impedir a caça e a pesca predatória extensivo ao bicho de casco e sua comercialização.

2ª Questão

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FINANCEIRA, MÉDICA, SOCIAL E EDUCACIONAL.

Artigo 3º - Assistência técnica integral!

Letra (a)- Exigir uma lei que obrigue a EMATER, a ASTER, outros órgãos de assistência técnica, a dar assistência integral aos projetos de plantação de seringueiras nativas, castanheiras, fruticultura em geral e agricultura dos pequenos produtores da borracha.

Letra (b)- Lutar junto à SUDHEVEA pela implantação de mini-usinas e bio-digestores, nas comunidades produtoras de borracha.

Artigo 4º - Política financeira para os seringueiros

Parágrafo 1º Exigir do Governo Federal, uma lei que obrigue a SUDHEVEA, a SUDAM, e outros organismos financeiros do governo a conceder empréstimos a baixos juros aos pequenos produtores de bor

racha natural (seringueiro) para o custeio de pequenos projetos.

Parágrafo 2º. Exigir da SUDHEVEA e da SUDAM, a aprovação de pequenos projetos para a plantação de seringueiras nativas, castanheiras, fruticultura em geral; bem como para a conservação das seringueiras nativas adultas e produtoras.

Parágrafo 3º. Crédito para instalação de cantinas comunitárias mantidas pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a fim de facilitar a vida dos seringueiros.

Artigo 5º - Assistência médica-hospitalar e odontológica.

Parágrafo 1º. Exigir da SUDHEVEA e demais órgãos de saúde, a visita de um médico e um dentista nas comunidades produtoras de borracha, nos baixos rios e nos altos rios, pelo menos de 3 em 3 meses.

Parágrafo 2º. Pedir a implantação de um posto médico com abastecimento de medicamentos de primeiros socorros e a permanência de pelo menos um enfermeiro(a) em cada comunidade dos baixos rios e dos altos rios, mantidos pela SUDHEVEA, ou outro órgão de saúde pública.

Parágrafo 3º. Que o posto médico funcione todos os dias ininterruptamente, principalmente nos casos considerados de emergência.

Parágrafo 4º. Prioridade no atendimento nos hospitais quando necessário se fizer ao seringueiro e seus familiares, especialmente em casos de internamento.

Parágrafo 5º. Visita regular da SUCAM às comunidades produtoras de borracha natural dos baixos rios e dos altos rios de cada Município.

Artigo 6º - Assistência social para todos

Letra (a) - Toda comunidade deve possuir em sua sede comunitária: uma capela, um grupo escolar, um posto médico, uma delegacia sindical, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, uma cantina para venda de objetos, utensílios domésticos, ferramentas e gêneros alimentícios, uma

ou mais mini-usinas, um bio-digestor, um campo de futebol e uma sede recreativa.

Letra (b) - A escola deve ser expansiva aos adultos e às crianças; os adultos terão suas aulas ministradas por professores do MOBRAL.

Letra (c) - A manutenção do grupo escolar deve ser feita pela SUDHEVEA, Prefeitura, SEDUC ou pelo Sindicato.

Letra (d) - Exigir da SUDHEVEA, Prefeitura e SEDUC o fornecimento de todo material escolar, como sejam: mesas, cadeiras, estantes, quadros de gis, cadernos, livros, lápis, canetas, borrachas, réguas, esquadras, cartolina, vassouras, merenda escolar, material de copa, material higiênico e o pagamento dos professores.

Letra (e) - Exigir da Prefeitura, SEDUC, MOBRAL, ou outros órgãos administrativos o fornecimento dos pavilhões (Bandeiras Nacional e Estadual.

Letra (f) - Reivindicar junto à Prelazia ou Paróquia, a visita pastoral do vigário pelo menos 4 vezes ao ano.

Letra (g) - Pedir ajuda ao Ministério de Educação e Cultura sobre a área de esportes em geral.

Letra (h) - Exigir um posto do MOBRAL em suas linhas gerais para cada comunidade.

Artigo 7º - Educação para todos!

Parágrafo 1º. Todas as pessoas da comunidade devem estudar, assim as crianças como os adultos, bem como participar da área de lazer.

Parágrafo 2º. Exigir a visita de supervisores de educação pelo menos três vezes ao ano.

Parágrafo 3º. Os professores devem ter pelo menos a terceira série primaria concluída e falar a linguagem da comunidade.

3ª Questão

REFORMA AGRÁRIA EM SEU PLANO POPULAR: DE ACORDO
COM OS "COMPANHEIROS DO ARIPUANÃ"

Capítulo 2º

Artigo 8º - Terra própria para os seringueiros.

Parágrafo 1º. Divisão da terra específica para as áreas de seringais nativos.

Letra (a) - Todo seringueiro deve receber uma área de terra que te nha de uma a três estradas de seringa.

Parágrafo 2º. Deve possuir um título definitivo, específico, onde reze que ele não pode vender, arrendar, aforar, ou fazer qualquer tipo de comércio com a terra.

Parágrafo 3º. A área de terra pertencente a cada seringueiro, além das estradas de seringa, deve possuir uma reserva florestal para a execução de seus projetos de plantação e cultivo de seringueiras nativas, castanheiras, fruticultura e agricultura.

Parágrafo 4º. Aprovação e financiamento para os seus projetos de plantação, de mini-usinas, de bio-digestores, de cantinas comunitárias e até para o fabrico de borracha natural de cada ano.

Artigo 9º - Assistência Técnica

Parágrafo 1º. Todo seringueiro deve receber orientação técnica por parte dos órgãos de extensão rural do governo, gratuitamente nos seus projetos de plantação, cultivo e conservação das culturas anteriores assim como para as mini-usinas e bio-digestores.

Parágrafo 2º. Fornecimento de técnicos e material específico para ajudar na elaboração dos projetos agrários de cada pequeno produtor de borracha natural.

Letra (a) - Este fornecimento deve ser feito em caráter de gratuidade.

Artigo 10 - Liberdade de ação e trabalho

- Letra (a) - As terras distribuídas para cada seringueiro devem ser demarcadas pelos próprios seringueiros, em regime de mu tirão, pois são eles que melhor conhecem suas áreas de atividades.
- Letra (b) - Política educacional voltada para os seringueiros de to dos os municípios produtores de borracha natural do Brasil.
- Letra (c) - As áreas de terras dos seringueiros não devem nem podem obedecer a loteamentos comuns ou projetos dirigidos pelo ITERAM, GETAT ou INCRA especificamente, pelo fato dos mesmos dependerem de maiores áreas de ação.
- Letra (d) - Empréstimos bancários através de projetos aprovados pela SUDHEVEA e pela SUDAM, com juros baixos e a longo prazo.
- Letra (e) - Saúde pública ao alcance de todos os seringueiros e seus familiares, a fim de erradicar as epidemias que infestam os seringais nativos dos altos rios.

4ª Questão

PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES RURAIS, MAIS ESPE
CIFICAMENTE OS EXTRATIVISTAS, NA CRIAÇÃO DA NOVA CONSTITUINTE.

PROPOSTA PARA A NOVA CONSTITUINTE DE ACORDO COM OS "COMPANHEIROS DO ARIPUANÃ".

Artigo 19 - Proposta para a Constituinte

Parágrafo 19. Considerando:

Que o direito de votar é vetado a determinadas gradações militares,

Propomos:

Que o direito de votar seja extensivo aos cabos, aos soldados e aos marinheiros.

Parágrafo 2º. Considerando:

O avanço do poder econômico no processo eleitoral, especialmente nos municípios,

Propomos:

Medidas concretas contra este tipo de investimentos.

Parágrafo 3º. Considerando:

Que o sindicalismo no Brasil é completamente controlado pelo governo,

Propomos:

Liberdade e autonomia sindical em todos os níveis

Artigo 2º - Política no meio rural

Letra (a) - Considerando:

A privaticidade política sofrida pelas camadas menos favorecidas, especialmente o trabalhador rural,

Propomos:

Liberdade de organização política.

Letra (b) - Considerando:

O esforço que a igreja vem fazendo em favor da população rural,

Propomos:

Liberdade de ação para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no meio rural e junto às repartições fundiárias.

Letra (c) - Considerando:

o grande número de trabalhadores sem terra e o número de conflitos entre posseiros e latifundiários, inclusive proporcionando muitas mortes,

Propomos:

Reforma Agrária especificada para os seringueiros, para todos os trabalhadores rurais, e sob o controle dos mesmos.

Letra (d) - Considerando:

A alta inflação do país e o alto custo de vida nos altos rios e nos baixos rios,

Propomos:

Salário família para os seringueiros com mais de quatro filhos e auxílio natalidade para as suas esposas.

PRODUTOS DO RIO ARIPUANÃ E SEUS AFLUENTES

Borracha	450.000	Kilos
Madeira em toras	1.000	M.cúbicos
Cedro beneficiado	2.000	M.cúbicos
Itaúba beneficiado	250	M.cúbicos
Castanha	12.000	Equitolitros
Andiroba	1.000	Litros
Copaíba	15.000	Kilos
Massaranduba	1.000	Kilos
Șôva	50.000	Kilos
Batata	3.000	Kilos
Jutaicica	1.000	Kilos
Cipó	3.000	Kilos
Pau-rosa	1.300	Toneladas

PRODUTOS DO RIO MADEIRA E SEUS AFLUENTES

Borracha	800.000	Kilos
Madeira em toras	300.000	Metros Cúbicos
Cedro Beneficiado	1.000	Metros Cúbicos
Itaúba	2.000	Metros Cúbicos
Castanha	70.000	Equitolitros
Andiroba	1.500	Litros
Copaíba	17.000	Kilos
Massaranduba	6.000	Kilos
Sôva	300.000	Kilos
Batata	6.000	Kilos
Jutaicica	3.500	Kilos
Cipó	10.000	Kilos
Pau-Rosa	4.500	Toneladas

Depoimento do Sr. Edilson Ferreira do Nascimento, seringueiro do Alto Rio Guaríba, na altura dos cinco dias de viagem da foz do rio Aripuanã.

Relação dos preços de mercadorias, nos meses de abril e agosto de 1985

		Abril	Agosto
Café	Kilo	120.000,00	170.000,00
Açucar	Kilo	5.000,00	8.000,00
Sabão / tablete	200 Gramas	5.000,00	7.000,00
Farinha de mandioca	saco	150.000,00	280.000,00
Sal	Kilo	5.000,00	8.000,00
Leite em pó	Lata	15.000,00	24.000,00
Óleo Comestível	Lata	15.000,00	25.000,00
Fósforo	M	10.000,00	15.000,00
Querozene	Lata	7.000,00	10.000,00
Gazolina	Lata	6.000,00	10.000,00
Combostoll	Lata	5.000,00	8.000,00
Óleo lubrificante	Lata	35.000,00	50.000,00
Tabaco	Kilo	80.000,00	110.000,00
Papilim	M	15.000,00	25.000,00
Pilha	Un.	4.000,00	7.000,00
Esqueiro Bic	Un.	7.000,00	10.000,00
Lápis	Un.	2.000,00	3.000,00
Chumbo de caça	Kilo	60.000,00	90.000,00
Pólvora	Kilo	70.000,00	100.000,00
Espoleta	Un.	1.000,00	1.500,00
Cartucho	Un.	10.000,00	15.000,00
Espingarda	Un.	1.500.000,00	2.100.000,00
Aguardente	Gf.	10.000,00	15.000,00
Anzol	Un.	1.000,00	2.000,00
Sandália Havaiana	Par	20.000,00	30.000,00
Calção	Un.	50.000,00	70.000,00
Camisa de Meia Adidas	Un.	150.000,00	200.000,00

Estes preços são validos até o fim do mês de dezembro de 1985.

Preço pago por cada kilo de borracha depois de retirada a porcentagem de 25% do fornecedor.

	abril	agosto
Kilo	5.000,00	7.000,00

Quem fica devendo ao fornecedor paga um juro de 30% sobre a dívida até o início do próximo fábriço.

PROPOSTA DOS SERINGUEIROS E SOLDADOS DA BORRACHA, EXTRAÍDAS DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 13/09 e 18/09 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - PIMENTA BUENO/RO.

01. Extinguir o "atravessador", através da criação de um Órgão Público com a função de fornecer a mercadoria aos seringueiros e comprar a borracha por um preço justo pré-estabelecido e igual a todos os seringueiros.
02. Criação de uma Cooperativa e um Banco Financiador da seringa.
03. Terra doada pelo Governo para todos os Seringueiros trabalharem "no que é seu".
04. Criação de infra-estrutura básica nas áreas doadas aos seringueiros ou Soldados da Borracha; posto de saúde, escolas e estradas.
05. Aposentadoria para o seringueiro com mais de 25 anos de trabalho ou 55 anos de idade, que seja importância superior à dada pelo INPS(FUNRURAL).
06. Para os Soldados da Borracha, uma indenização que pode ser em dinheiro, terra ou aposentadoria justa.

Observação: Quanto à questão da terra, os seringueiros ressaltam querer terras livres onde não haja exigência do INCRA em este se transformar em colono.

Pimenta Bueno(RO), 19 de setembro de 1985.

CARTA ABERTA

Os moradores da localidade de Alto Paraíso do Floresta, que fica à margem do Rio Floresta, entrando 20 km de mata a altura do km 63 da BR 421, malha esquerda, residem naquela área há 20 anos explorando o corte das seringueiras nativas que existem por lá, enfrentando todas as dificuldades de doenças, saques dos índios uruê-au-au e a exploração dos marreteiros. O marreteiro sempre foi o maior problema para os seringueiros. Hoje eles vendem um rancho de suas caixinhas de lâmina para barbear, dois isqueiros bic; dois pacotinhos de papel para fumo; duas latas de salchicha; duas latas pequenas de carne; um quilo de bolacha água e sal; uma lata de óleo comestível; três latas pequenas de leite em pó mococa; seis quilos de açúcar; trezentas gramas de alho e cinco barras pequenas de sabão, pelo preço de trezentos mil cruzeiros que recebem em bor^{ra} racha.

Além de todos esses problemas, no final do ano de 1983 o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - cortou, para transformar em lotes de cinquenta hectares, parte da área dos seringueiros para transformar em Projeto de Colonização, e hoje, em 1985, a FUNAI está requerendo a área que resta com oito mil seringueiras nativas, para reserva indígena, querendo desapropriar mais de trinta famílias que vivem exclusivamente de seringueiras na região.

Esta carta é para pedir solidariedade e ajuda a essas famílias que querem continuar tendo condições de morar e trabalhar para sobreviverem.

Ariquemes, 28 de setembro de 1985

Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes

Entidade de Utilidade Pública Lei Municipal n.º 045

Av. Artur Mangabeira, Bairro Mal. Rondon n.º 536 — Ariquemes

Rondonia

CGC-MF 05.757.331/0001-94

REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO I ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS E SOLDADOS DA BORRACHA — RONDÔNIA

Ariquemes, 22 de setembro de 89

- RELATÓRIO:

Conforme ficou estabelecido no I Encontro Estadual de Seringueiros e Soldados da Borracha, realizado em Ariquemes, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, e dando continuidade aos preparativos para o Encontro Nacional que será realizado em Brasília e contará com a participação de representantes da classe dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, compareceram à reunião da Comissão Organizadora do Rondônia, no dia 21 de setembro próximo passado, as delegações de Vilhena (20 participantes), Ariquemes (10), Jarú, Pimenta Bueno, Cacoal, Colorado d'Oeste, Ji-Paraná e Rolim de Moura com um representante de cada. Não comparecendo as representações de Guajará-Mirim e Porto Velho, sendo que esta última recebeu convite especial feito por uma Comissão que esteve na Capital em 11 de setembro.

Diversos assuntos foram tratados na reunião, sendo confirmada por unanimidade a data do Encontro Nacional para o período de 11 a 18 de outubro de 1.985, pois havia ainda algumas dúvidas a esse respeito, dependendo de confirmação.

Foram explanadas as atividades, desenvolvidas em cada Município, pelos representantes da Comissão, no período de 1º e 20 de setembro, para adiantar os contatos com a classe de Seringueiros e Soldados da Borracha.

Em Vilhena, foram mobilizados Soldados da Borracha até Cabixi (extremo sul do Município e Estado pois não existem Seringueiros em atividade em função da extinção do

— « Também fomos defensores desta Pátria » —

Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes

Entidade de Utilidade Pública Lei Municipal n.º 045

Av. Artur Mangabeira, Bairro Mal. Rondon n.º 536 — Ariquemes

Rondonia

CGC-MF 05.757.331/0001-94

seringueiros.

Em Pimenta Bueno, foram feitas duas reuniões nos dias 13 e 18 de setembro, comparecendo 21 e 27 pessoas respectivamente, onde foram preparadas as propostas apresentadas em plenária, qual encaminhada em anexo.

Em Cacoal o Rolin de Moura originou somente Soldados da Borracha que foram comunicados das decisões do Encontro Estadual.

A Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros do Ji-Paraná, conta com 200 sócios e todos foram mobilizados para tomarem conhecimentos do Encontro Nacional e as reivindicações que serão encaminhadas.

Os representantes de Jará e Curo Preto, fez divulgação através da Rádio Nacional e distribuiu, em contatos pessoais, com Soldados da Borracha e Seringueiros em atividade, o relatório do I Encontro Estadual.

Ariquemes reuniu-se para avaliar o resultado do Encontro Estadual e participar daqueles compromissos que não se fizeram presentes. Os Seringueiros da ativa, fizeram uma reunião onde estavam presentes as pessoas definindo alguns objetivos de luta:

- 01) - Extinguir o atravessador;
- 02) - Terra dada para os Seringueiros;
- 03) - Não extinção dos seringais existentes;
- 04) - Organizar-se para conseguirem os objetivos acima.

Após alguns esclarecimentos por parte dos Técnicos da Delegacia do Trabalho e Promoção Social, Mag Li Raposo, assessora da Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes, Ana Maria Alves de Avelar, Socióloga e Delegada

— « Também fomos defensores desta Pátria » —

Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes

Entidade de Utilidade Publica Lei Municipal n.º 045

Av. Artur Mangabeira, Bairro Mal. Rondon n.º 536 — Ariquemes

Rondonia

CGC-MF 05.757.331/0001-94

da da Delegacia do Trabalho e Promoção Social, o Fernando Portela Rosa, arquiteto e responsável pelo Setor do Trabalho. Tivemos também a participação do Carlos Corrêa Teixeira, Antropólogo da FUCSP e professor da UNIR; foi realizada a seleção dos participantes de Rondônia para o Encontro Nacional de Brasília, a partir dos critérios estabelecidos por todos, sendo critério principal de que os Delegados para o Encontro lutem por toda a Classe ou seja, que lutem por "Nós".

Ficou estabelecido então a participação da seguinte forma:

Município	Nº do S. D.	Nº do Serim	Total
Ariquemes	03	04	07
Ji-Paraná/Pte. Médico	03	03	06
Vilhena	02	01	03
Jarú/Curo Preto	02	04	06
Cacoal	01	*	01
Colorado D'Oeste	01	01	02
Rolim de Moura	*	01	01
Guajará Mirim	01	01	02
Pinonta Buono	01	02	03
Corojetras	01	01	02
T O T A L	15	18	33

PONTOS SOBRE UMA POLÍTICA PARA A BORRACHA

João Antonio de Paula

01. A Amazônia brasileira tem peculiaridades históricas que a tornam expressão clássica, paradigmática, de região dependente, economia reflexa, subordinada a interesses externos quase sempre lesivos à região. Tem sido esta a história da Amazônia desde a época colonial, situação não modificada no essencial até hoje, o que faz dela uma espécie de "periferia da periferia".

02. Em passado recente a Amazônia foi objeto de intenso processo de ocupação comandado sobretudo pelo grande capital sob o manto protetor do Estado. Trata-se de redefinição da estratégia de ocupação da Amazônia, praticada pelo Governo brasileiro a partir de 1964. Nesta nova estratégia o objetivo explícito é a entrega da Amazônia à chamada exploração racional, à grande empresa capitalista. Neste sentido impôs-se um conjunto de políticas para a região.

O governo federal e os governos estaduais da região tornar-se-ão as grandes alavancas da estratégia de atração do grande capital através de medidas como os incentivos fiscais, os programas especiais de financiamentos, os favorecimentos e privilégios concedidos etc...

Ao par disto algumas medidas de política econômica gerais adotadas pelo governo federal acabaram repercutindo incisivamente na região. No caso específico da política de restrição de crédito, houve penalização geral das pequenas e médias empresas e

da produção tradicional da Amazônia; a borracha e a castanha. Falidos, seringais e castanhais foram vendidos a preços aviltados, fortalecendo ainda mais a febre de especulação fundiária em curso, a reconstrução fundiária, a desestabilização das culturas tradicionais da região.

03. Ao lado desta reconcentração fundiária há intensos fluxos migratórios para a região de pequenos produtores tangidos de seus locais de origem por falta de terra, pela possibilidade aberta com o diferencial de preços das terras entre o Sul- Sudeste e a Amazônia.

Lembre-se ainda a fantasia autoritária do Governo do "milagre" e sua "colonização": a transplantação de nordestinos sem terra para a Amazônia, a Transamazônica, a Perimetral Norte, etc..

04. A eclosão destes processos redefiniu um quadro para a Amazônia em que ao lado dos problemas tradicionais, novas questões e conflitos explodiam fazendo da região espaço da mais intensa e complexa luta pela terra no Brasil.

A Questão da Reforma Agrária

05. Neste contexto assume particular importância a questão da Reforma Agrária. O plano anunciado pelo Governo em 10 de outubro é certamente um avanço em relação ao passado de insensibilidade e defesa de privilégios que tem caracterizado os Governos entre nós. Contudo ele está muito aquém de responder tanto às questões gerais dos trabalhadores sem terra no Brasil, quanto às questões específicas como as dos seringueiros.

A Questão dos Seringueiros

06. A Reforma Agrária necessária e que queremos deve começar por contemplar as especificidades dos vários segmentos dos produtores rurais brasileiros. No caso específico dos seringueiros

isto significa que ao par de garantir-lhes a propriedade da terra se lhes garantam, também, além de preços justos, acesso à linha de crédito especial destinada à formação de "roçado", formação de seringal de cultivo, além de internalização tanto da rede de comercialização da borracha através do BASA, quanto de postos da COBAL.

A definição anterior parte do suposto básico de que não é possível a emancipação do seringueiro que não seja também a sua libertação das correntes do aviamento e do barracão, que não seja a possibilidade de substituição do seringal nativo pelo de cultivo.

07. A emancipação do seringueiro passa também pela implantação de equipamentos coletivos de beneficiamento de látex como as mini-usinas, ou seja, que a cooperativização é momento essencial daquele processo. Cooperativas de produção e consumo que barateiem custos de produção e de comercialização, que barateiem os custos de manutenção dos seringueiros e suas famílias.

08. Que não é possível a emancipação do seringueiro que não seja acompanhada pelo resgate de sua cidadania, de seu acesso à educação e à informação, ao pleno exercício de seus direitos na sociedade civil brasileira.

09. Que a emancipação do seringueiro terá que ser também a oferta adequada de serviços de saúde, de infraestrutura, de serviços básicos (saneamento, água, energia, comunicação, etc.).

RIO BRANCO - SEQUÊNCIA 30.08.85

Seringueiros da Amazônia têm reunião em Brasília

Brasília (Sucursal) — De 12 a 10 de outubro próximo, Brasília, a Capital Federal, será palco de uma primeira e muito importante reunião de seringueiros de três Estados da Amazônia: Acre, Rondônia e Amazonas.

Durante estes cinco dias, mais de 200 seringueiros representantes das mais diferentes áreas de produção de borracha, Amazônia Ocidental estarão discutindo seus problemas e dificuldades no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Esta será a primeira oportunidade que os seringueiros brasileiros terão para debater em conjunto, na presença de autoridades e políticos federais, os seus problemas e dificuldades na Região Amazônica. Muitos serão os assuntos a serem discutidos, indo desde a necessidade de implantação de uma reforma agrária que salve os seringueiros nativos da Região, até questões de organização em entidades de classe a nível local, regional e nacional.

Este encontro está sendo preparado pelos próprios sin-

dicatos de trabalhadores rurais dos três Estados com a ajuda do INESC — Instituto de Estudos Sócio-Econômicos — e promete se converter na primeira oportunidade que os seringueiros terão de mostrar ao Brasil inteiro a importância estratégica que o seu trabalho — a extração da seringa — representa em todo o setor da economia nacional. E para isto, os seringueiros presentes em Brasília, farão tudo para chamar as atenções das autoridades e da população brasileira para os graves problemas que a atividade vem enfrentando ao longo das últimas décadas.

Do Estado do Acre, estarão participando mais de 50 seringueiros, provenientes de vários municípios da Região.

Na próxima semana, uma das assessoras do INESC, a professora Mary Helena Alegretti, estará chegando no Acre para tratar com os seringueiros e sindicatos da Região dos últimos preparativos para a participação do Acre neste encontro de seringueiros na Capital Federal.

MARCO POLÍTICO

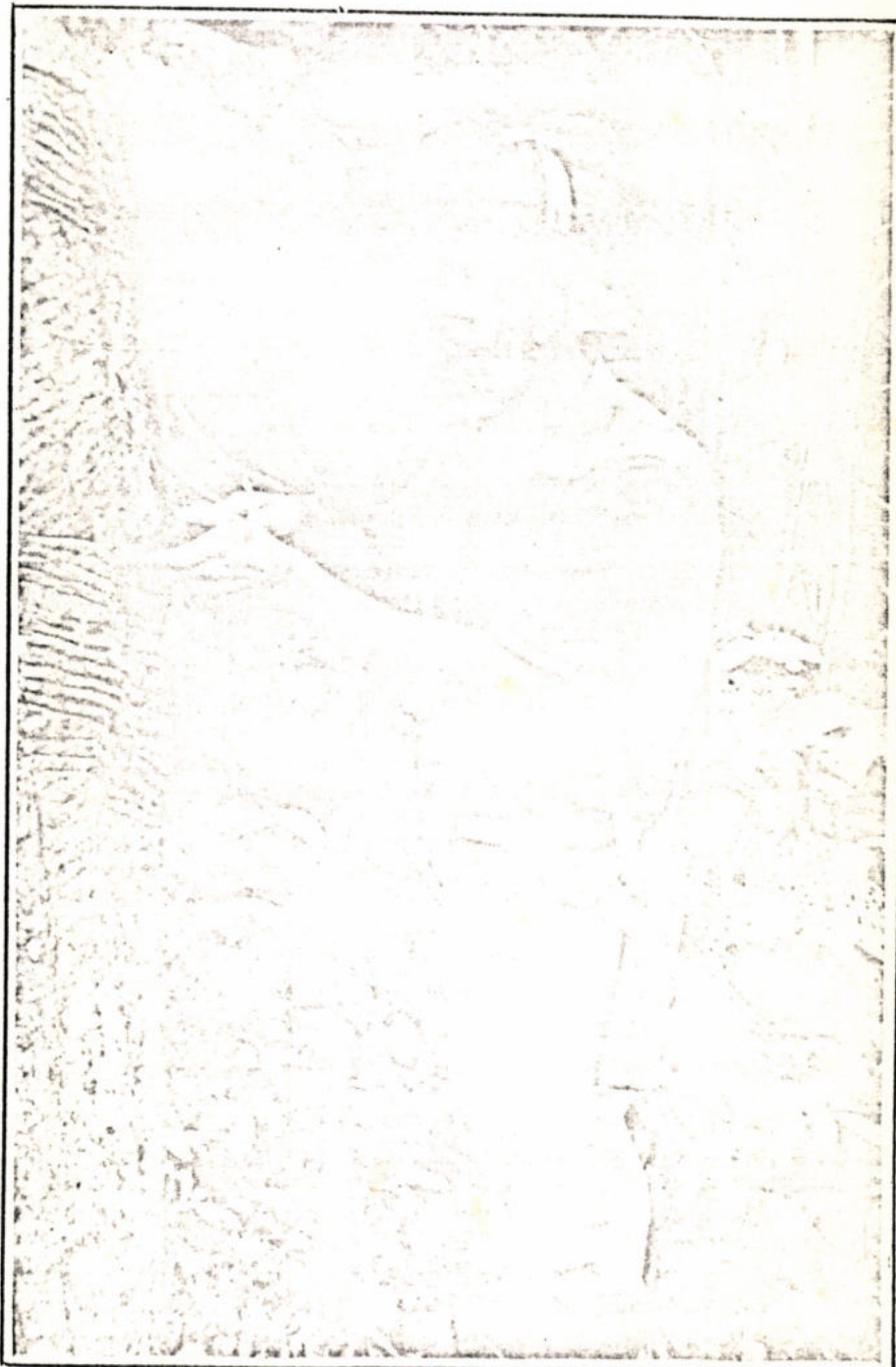
Seringueiros finalmente farão encontro nacional em Brasília

Seringueiros do Acre, Amazonas e Rondônia, representando aproximadamente 200 mil pessoas que dependem diretamente da extração de borracha na Amazônia, participarão do I Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília, entre os dias 11 e 17 de outubro, organizado pela Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos — Inesc.

O encontro, que reunirá 130 seringueiros, será realizado na Universidade de Brasília, objetiva reivindicar às autoridades da Nova República uma política justa para o extrativismo, uma Reforma Agrária que respeite as especificidades da extração da borracha na Amazônia e mostrar para o povo brasileiro, como vivem os seringueiros, através de uma exposição de fotografias e objetos artesanais utilizados pelos trabalhadores do látex.

Segundo os organizadores do encontro, será um marco político na vida dos seringueiros, porque até agora eles nunca tiveram a oportunidade de serem ouvidos ou consultados para a elaboração dos projetos de ocupação da Amazônia.

"Os seringueiros têm uma forma de trabalhar que protege a mata, tem um grande conhecimento das plantas e dos animais da floresta e tem na memória toda a história da Amazônia e do Nordeste brasileiro. Mas tudo isso é muito pouco conhecido dos brasileiros. A maioria da população pensa que não existem mais seringueiros na Amazônia, mas não é verdade. E nós queremos mostrar essa realidade para todo o País", afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Pedro Teles, que, junto com as associações de seringueiros e soldados da borracha de Rondônia e a Comissão Pastoral da Terra do Amazonas, tomaram a iniciativa para a realização do encontro.



O seringueiro finalmente terá sua vez de falar

Destruição de castanheiras e seringueiras "é um absurdo"

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes a questão do desmatamento agravou-se muito a partir de 1984, com a questão da Bordon. "Este ano, embora a coisa estivesse mais parada, diz Chico Mendes, assim mesmo houve o caso da Fazenda Santa Fé, cuja área não tinha posseiros. De qualquer maneira o Sindicato considerou absurda a destruição de aproximadamente 6 mil seringueiras e 2 mil castanheiras.

"Quando Francisco Mendes ainda estava na direção do IBDF tentamos impedir a derrubada destas árvores com ofício enviado ao presidente do IBDF, através da Confederação dos Trabalhadores. O órgão em Brasília respondeu a confederação o seguinte: que tinha procurado fazer um levantamento através da Delegacia Regional do Acre e esta respondeu que as acusações do Sindicato de Xapuri não passavam de acusações mentirosas e que na área tinham sido constatadas somente 50 seringueiras destruídas, embora admitisse que seriam destruídas 1400 castanheiras".

Segundo Chico Mendes a atuação do IBDF em Xapuri foi sempre a de proteger o latifundiário. "A única força que temos é a mobilização do próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de tentar barrar o latifúndio e o desmatamento"

FILOSOFIA NOVA

Até agora, a direção do Sindicato ainda não teve contato com a nova direção do IBDF, mas Francisco Mendes tem esperança de que a Filosofia de comportamento

Foto: F4



Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

dentro do órgão tenha se modificado, porque na gestão anterior muitos colonos foram expulsos de suas posses com o apoio do IBDF.

Cerca de 80 por cento das terras de Xapuri estão nas mãos de latifundiários, por isso Francisco Mendes prevê que as dificuldades vão continuar. O Sindicato de Xapuri se empenhou muito para a realização do encontro de

de 2 a 16 de outubro em Brasília que debaterá questões sobre a seringueira da Amazônia.

Neste encontro, Francisco Mendes deseja que seja discutido um modelo próprio de Reforma Agrária para as áreas amazônicas, porque segundo diz a reforma, como será feita no Nordeste e no Sul, não se adapta às condições amazônicas.



Defumando a borracha

Fundação Nacional Pró-Memória
 S. Ter. Bancário Norte, Quadra 02, Proj. 14
 Praça F. Ed. Central Brasília
 CEP 70040

DENISE ALVES

BRASÍLIA (EBN) — A Amazônia está ocupada. Sua ocupação faz parte de um Brasil submerso, desconhecido e ignorado; que se opõe à visão colonizadora de um imenso espaço vazio a ser povoado e explorado economicamente. Além das populações indígenas, a Amazônia está ocupada pelos seringueiros, que na sua maioria, ainda vivem em regime próximo da escravidão.

Pela primeira vez na História, no período de 11 a 17 de outubro, os seringueiros da Amazônia se reúnem para debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o extrativismo. E para mostrar ao País que existem, suas condições de trabalho, suas reivindicações, seu direito a uma identidade cultural própria.

A Amazônia está ocupada por populações indígenas e por uma população que migrou do Nordeste no século passado, na época da expansão da borracha e cujos descendentes ainda hoje vivem nas florestas. São os seringueiros, extratores da borracha. Eles formam na Amazônia, e especialmente no Acre, um contexto econômico e cultural específico, que tem um pouco da sociedade indígena e um pouco da sociedade industrial, afirma o sociólogo José Walter Nunes, da Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, que desde 1982, acompanha a realização de projetos de educação e cooperativismo no Acre.

O Projeto seringueiro desenvolve na região de Xapuri propostas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educação do Acre para as escolas rurais. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra, demarcação das áreas de seringa nativo e preservação de seringueiras e castanheiras.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, por seringueiros do Amazonas e Associações de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Inesc - Instituto de Estudos Socio-Econômicos, do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e da Universidade de Brasília.

Entre 11 e 17 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutirão, no auditorio da Faculdade de Tecnologia da UNB, os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringaais. No dia 17, eles aprovarão o documento final do Encontro, que será entregue

às autoridades às 14:30 horas.

Durante o Encontro na Universidade de Brasília, serão exibidos os filmes: 'Da Seringa ao Bui', de Renato Neumann; 'Ferrovia do Diabo', produzido pela Fundação Pró-Memória, com direção de João Batista de Andrade; 'A Década da Destruição', co-produzido pela Universidade Católica de Goiás e a Central Independent Television, de Londres; 'Na Trilha dos Uru-Eu-Wau-Wau'; 'O Caminho do Fogo'; 'Nas Cinzas da Floresta'; 'As Tempestades na Amazônia'. Os filmes serão exibidos também, no mesmo período, no Teatro Galpãozinho.

Segundo Maria José Jaime, coordenadora geral do Instituto de Estudos Socio-Econômicos ainda hoje predominam no interior da Região Amazônica formas compulsórias de retenção da força de trabalho. — Na Amazônia, desde o início desenvolveu-se um sistema escravista de organização do trabalho nos seringaais - empresas extrativas. O nordestino que para lá migrava ia chegando endividado com as despesas de viagem. Adquiria a alimentação e os instrumentos de trabalho a preços exorbitantes nos barracões, para pagá-los com a produção. O preço pago sempre foi

muito inferior ao do mercado. E inúmeros mecanismos de tortura foram criados (manipulação nos registros, pesagem errada, taxas, descontos) tendo como resultado o endividamento. Devendo, os seringueiros não podiam abandonar o seringal. Os que tentavam era castigados", afirma Maria José Jaime.

Embora o extrativismo ainda seja a principal fonte de receita do Acre, empresário do Sul querem que a atividade econômica do Estado se centre na pecuária, realizando um desmatamento indiscriminado e generalizado, que segundo o sociólogo José Walter

Nunes, rompe o equilíbrio ecológico e provoca a morte de castanheiras e seringueiras, apesar da proibição de extirpação de árvores frutíferas pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Os seringueiros organizam-se em movimentos denominados "empates" procurando impedir o desmatamento e defender suas condições de sobrevivência.

Hoje existem, basicamente dois tipos de seringueiro: o que é chamado de "cativo" e que trabalha em seringais tradicionais, com um sistema de organização baseado no barracão e no endividamento ao patrão e o seringueiro autônomo, chamado de "liberto", que vive em seringais mais próximos de Rio Branco, que conseguiu se libertar do patrão. Em pequena escala - cerca de 10% dos seringueiros do Estado - os seringueiros autônomos constituem segundo José Walter Nunes uma figura nova no Acre e talvez na Amazônia e estão construindo um novo contexto de vida e de organização social, marcado por um maior grau de independência em relação ao barracão e ao intermediário.

Em pesquisa realizada em 1978 num seringal tradicional do Acre, a antropóloga Mary Helena Allegretti, coordenadora de Recursos Humanos do Inesc, constatou que um dos elementos que condicionavam a subordinação do seringueiro ao barracão era o analfabetismo, que permitia ao patrão manipular os dados de controle da produção e comercialização da borracha. Em 1980 um grupo de pessoas iniciou o estudo de um projeto de educação "que desse conta das necessidades dos seringueiros em termos da defesa do trabalho" e que tivesse uma concepção derivada do modo de vida da floresta.

Com o apoio do Centro Eucêmico de Educação e Informação, de São Paulo, do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, da Fundação Nacional Pró-Memória, e ao lado dos sindicatos de trabalhadores rurais, foram implantadas escolas e cooperativas nas áreas onde se concentram os seringueiros autônomos, em torno de Xapuri-Acre. Desde o início, como relata a antropóloga Mary Helena Allegretti "a escola surge articulada com essa ideia de organizar uma cooperativa. Então, ela tem, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros passariam a controlar o processo de comercialização da borracha e adquiririam elementos para isso: aprender a ler, escrever e contar, para poder exercer esse controle de forma autônoma".

Desde 1981, a Fundação Pró-Memória participa do Projeto Seringueiro, no Acre, através do Projeto Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País.

Trabalhamos com a questão da pluralidade e da diversidade cultural, encarando a cultura como forma de vida e de sobrevivência das diversas populações.

sejam seringueiros, comunidades negras e indígenas, posseiros e outros, explica José Walter Nunes. "Nosso apoio a um encontro de seringueiro faz parte dessa referência conceitual e da posição de que cabe ao Estado criar condições para que essas populações se coloquem para a sociedade nacional, mostrando as suas diferenças e buscando, ao defender as diferenças uma identidade cultural brasileira".

O Projeto Interação desenvolve experiência de educação popular como uma contribuição ao repensar da educação brasileira, abrindo espaço, como explica o coordenador do grupo de trabalho que orienta o Projeto no País, José Silva Quintas, para que a comunidade participe do fazer educacional, desde a elaboração do currículo à gestão dos recursos financeiros.

No caso do Projeto Seringueiro, a adoção da experiência para as escolas rurais, pela Secretaria de Educação do Acre, buscando elementos de renovação para a rede oficial, é vista como um momento de diálogo entre o Estado e a sociedade civil por José Walter Nunes. Houve uma inversão. O Estado sempre costuma ser verticalista, impor sua orientação e sua metodologia de trabalho. Nessa experiência, houve o contrário: a sociedade civil está propondo ao Estado a educação que ela acha que é coerente com o seu sistema cultural. Acho que isso aí é um grande passo, uma grande vitória, no caso específico dos seringueiros do Acre".

Na opinião da antropóloga Mary Allegretti, o Projeto Seringueiro é um embrião de uma proposta educacional inteiramente nova e que pode ser uma proposta para a área de extrativismo de toda a Amazônia, com suas contribuições sobre a elaboração de material, funcionamento de uma escola no seringal e a vinculação da escola a um projeto de autonomia econômica e fortalecimento político da comunidade.

Para a antropóloga, a maneira como a população vive, através da extração da borracha na Amazônia especialmente nas áreas autônomas, deve ser "levada mais a sério" na discussão sobre as formas de ocupação da Região por preservarem o ecossistema e permitirem uma autonomia de subsistência. A comercialização do produto é assegurada pelo Governo, o que significa uma renda certa para o seringueiro. O que os seringueiros pretendem é que sejam levados mais a sério. Que o modo como eles vivem seja considerado como uma das alternativas para se pensar uma forma ecológica de preservação da vida e desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento não significa só projetos, colonização e empresas agropecuárias. Desenvolvimento significa também uma forma adequada de vida para a população que mora lá, saúde, educação, cooperativismo, autonomia nas decisões", afirma Mary Helena Allegretti.

FIM

Fundação Nacional Pró-Memória
Setor Bancário Norte Quadra 02 Proj 14
Bloco F Ed. Central Brasília
CEP 70040

SERINGUEIRO, A DEFESA DE UMA PROFISSÃO

DENISE ALVES (EBN)

A Amazônia está ocupada. Sua ocupação faz parte de um Brasil submerso, desconhecido e ignorado, que se opõe à visão colonizadora de um imenso espaço vazio a ser povoado e explorado economicamente. Além das populações indígenas, a Amazônia está ocupada pelos seringueiros, que, na sua maioria, ainda vivem em regime próximo da escravidão.

Pela primeira vez na história, no período de 11 a 17 de outubro, os seringueiros da Amazônia se reúnem para debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o extrativismo. Para mostrar ao País que existem, suas condições de trabalho, suas reivindicações, seus direitos a uma identidade cultural própria.

— A Amazônia está ocupada por populações indígenas e por uma população que migrou do Nordeste no século passado, na época da expansão da borracha e cujos descendentes ainda hoje vivem nas florestas. São os seringueiros, extratores da borracha. Eles formam na Amazônia, e especialmente no Acre, um contexto econômico e cultural específico, que tem um pouco da sociedade indígena e um pouco da sociedade industrial, afirma o sociólogo José Walter Nunes, da Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, que desde 1982, acompanha a realização de projetos de educação e cooperativismo no Acre.

O Projeto Seringueiro desenvolve na região de Xapuri propostas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educação do Acre para as escolas rurais. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra, demarcação das áreas de seringal nativo e preservação de seringueiras e castanheiras.

ras.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, por seringueiros do Amazonas e associações de seringueiros e soldados da borracha de Rondônia, com o apoio do INESC — Instituto de Estudos Sócio-Econômicos — do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e da Universidade de Brasília.

Entre 11 a 17 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutirão, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UNB, os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a Reforma Agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringais. No dia 17, eles apresentarão o documento final do encontro, que será entregue às autoridades às 14:30 horas.

Durante o encontro na Universidade de Brasília, serão exibidos os filmes "Da Seringa ao Boi", de Renato Neumann "Ferrovia do Diabo", produzido pela Fundação Pró-Memória, com direção de João Batista de Andrade "A Década da Destruição", co-produzido pela Universidade Católica de Goiás e Central Independent Television, de Londres; "Na Trilha dos Uru-cu wau wau"; "O Caminho do Fogo"; "Nas Cinzas da Floresta"; "As Tempestades na Amazônia". Os filmes serão exibidos, também, no mesmo período, no Teatro Galpãozinho.

Segundo Maria José Jaime, Coordenadora Geral do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, "ainda hoje predominam no interior da região amazônica formas compulsórias de retenção da força de trabalho". — Na Amazônia, desde o início desenvolveu-se um sistema escravista de organização do trabalho nos seringais —

empresas extrativas. O nordestino que para lá migrava já chegava endividado com as despesas de viagem. Adquiriria a alimentação e os instrumentos de trabalho a preços exorbitantes nos barracões, para pagá-los com a produção. O preço pago sempre foi muito inferior ao do mercado. E inúmeros mecanismos de extorsão foram criados (manipulação nos registros, pesagem errada, taxas, descontos) tendo como resultado o endividamento. Devendo, os seringueiros não podiam abandonar o seringal. Os que tentavam eram castigados.

Embora o extrativismo ainda seja a principal fonte de receita do Acre, empresários do Sul querem que a atividade econômica do Estado se centre na pecuária, realizando um desmatamento indiscriminado e generalizado, que, segundo o sociólogo José Walter Nunes, rompe o equilíbrio ecológico e provoca a morte de castanheiras e seringueiras, apesar da proibição de extinção de árvores frutíferas pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Os seringueiros organizam-se em movimentos denominados empates, procurando impedir o desmatamento e defender suas condições de sobrevivência.

Hoje existem, basicamente, dois tipos de seringueiros: o que é chamado de "cativo" e que trabalha em seringais tradicionais, com um sistema de organização baseado no barracão e no endividamento ao patrão e o seringueiro autônomo, chamado de "liberto", que vive em seringais mais próximos de Rio Branco, que conseguiu se libertar do patrão. Em pequena escala cerca de 10% dos seringueiros do Estado — os seringueiros autônomos constituem, segundo José Walter Nunes, uma figura nova na Amazônia e estão construindo um novo contexto de vida e de organização social, marcado por um maior grau de independência em relação ao barracão e ao intermediário.

(CONTINUA AMANHÃ)

FOLHA LIVRE

SERINGUEIRO, A DEFESA DE UMA PROFISSÃO (FINAL)

DENISE ALVES (EBN)

Em pesquisa realizada em 1978 num seringal tradicional do Acre, a antropóloga Mary Helena Allegretti, Coordenadora de Recursos Humanos do INESC constatou que um dos elementos que condicionavam a subordinação do seringueiro ao barracão era o analfabetismo, que permitia ao patrão manipular os dados de controle da produção e comercialização da borracha. Em 1980, um grupo de pessoas iniciou o estudo de um projeto de educação "que desse conta das necessidades dos seringueiros em termos da defesa do trabalho" e que tivesse uma concepção derivada do modo de vida da floresta.

Com o apoio do Centro Ecumênico de Educação e Informação, de São Paulo, do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, da Fundação Nacional Pró-Memória, e ao lado dos sindicatos de trabalhadores rurais, foram implantadas escolas e cooperativas nas áreas onde de concentram os seringueiros autônomos, em torno de Xapuri-Acre. Desde o início, como relata a antropóloga Mary Helena Allegretti, "a escola surge articulada com essa idéia de organizar uma cooperativa. Então, ela tem, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros passariam a controlar o processo de comercialização da borracha e adquiririam elementos para isso: aprender a ler, escrever e contar, para poder exercer esse controle de reforma autônoma.

Desde 1981, a Fundação Pró-Memória participa do

Projeto Seringueiro, no Acre, através do Projeto Integração entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País.

— Trabalhamos com a questão da pluralidade e da diversidade cultural, encarando como forma de vida e de sobrevivência das diversas populações — sejam seringueiros, comunidades negras e indígenas, posseiros e outros. Explica José Walter Nunes. "Nosso apoio a um encontro de seringueiros faz parte dessa referência conceitual e dá posição de que cabe ao Estado criar condições para que essas populações se coloquem para a sociedade nacional, mostrando as suas diferenças e buscando, ao defender as diferenças, uma identidade cultural brasileira".

O Projeto Interação desenvolve experiências de educação popular como uma contribuição ao repensar da educação brasileira, abrindo espaço, como explica o coordenador do grupo de trabalho que orienta o projeto no País, José Silva Quintas, para que a comunidade participe do fazer educacional, desde a elaboração do currículo à gestão dos recursos financeiros.

No caso do Projeto Seringueiro, a adoção da experiência para as escolas de renovação para a rede oficial, é vista como um momento de diálogo entre o Estado e a sociedade civil por José Walter Nunes. "Houve uma inversão. O Estado sempre costuma ser verticalista, houve o contrário: a sociedade civil está propondo ao Estado a educação que ela acha

que é coerente com o seu sistema cultural. Acho que isso aí é um grande passo, uma grande vitória, no caso específico dos seringueiros do Acre".

Na opinião da antropóloga Mary Allegretti, o Projeto Seringueiro é um embrião de uma proposta educacional inteiramente nova da Amazônia, com suas contribuições sobre a elaboração de material, funcionamento de uma escola no seringal e vinculação da escola a um projeto de autonomia econômica e fortalecimento político da comunidade.

Para a antropóloga, a maneira como a população vive, através da extração da borracha na Amazônia, especialmente nas áreas autônomas, deve ser "levada mais a sério" na discussão sobre as formas de ocupação da região, por preservarem o ecossistema e permitirem uma autonomia de subsistência. "A comercialização do produto é assegurada pelo Governo, o que significa uma renda certa para o seringueiro. O que os seringueiros pretendem é que sejam levados mais a sério. Que o modo como eles vivem seja considerado como uma das alternativas para se pensar uma forma ecológica de preservação da vida e desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento não significa só projetos colonização e empresas agropecuárias. Desenvolvimento significa também uma forma adequada de vida para a população que mora lá — saúde, educação, cooperativismo, autonomia nas decisões" — afirma Mary Helena Allegretti.

06.10.85

Os soldados da borracha marcham para Brasília

A pé, de barco, no ônibus pelas poeirentas estradas da Amazônia, há mais de uma semana, contingentes de homens deixam o emaranhado das florestas de onde extraem o leite que lhes garante o mínimo para sobrevivência e se dirigem à Brasília. São os lendários "soldados da borracha", os seringueiros que vão pela primeira vez, manter um encontro nacional, na cidade onde está instalado o poder.

O encontro começa na próxima sexta-feira, no auditório de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília, sob o patrocínio do Ministério da Cultura, Pró-Memória e Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos), que já fez um levantamento sobre a questão dos seringueiros, com depoimentos e denúncias.

Na programação do encontro, os soldados da borracha deverão discutir temas que debatidos nos encontros regionais, entre eles, o direito histórico dos soldados da borracha, os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia, seringueiros e reforma agrária, além da política para borracha, com a definição da situação jurídica dos seringueiros e, no último dia de debates, será discutido o problema da cultura, educação e saúde nos seringais do Acre, Rondônia e Amazonas.



JORNAL DE BRASÍLIA
6.10.85

Escravidão

Seringueiros são trabalhadores que vivem da extração do látex e, de acordo com o trabalho feito pelo Inesc, esses homens vivem sob um "sistema escravista de organização do trabalho nos seringais". Em geral, os primeiros seringueiros que ficaram conhecidos como "soldados da borracha", eram nordestinos. Quando chegavam à região amazônica endividados com as despesas de viagem, que eram obrigados a pagar aos seringalistas.

Vivendo em sistema de "barracão", onde são obrigados a comprar alimentos e instrumentos de trabalho do próprio patrão, a preços extorsivos, os seringueiros sempre foram pagos a preços inferiores ao mercado. É, segundo relatório do Inesc, "inúmeros mecanismos de extorsão foram criados (manipulação nos registros, passagem errada, taxas, descontos), tendo como resultado, o endividamento. Devido, os seringueiros não podiam abandonar o seringal. Os que tentavam, eram castigados. A agricultura era proibida, obrigando dessa forma que todas as necessidades fossem atendidas pelo barracão".

Essa situação criou revoltas e rebeliões, greves reprimidas com violências pelos seringalistas, os proprietários. Ainda hoje — afirma o relatório do Inesc — "predominam no interior da região amazônica for-

mas compulsórias de retenção da força de trabalho".

Medo

De acordo com o depoimento gravado pela antropóloga Mary Alegretti, em 1978, hoje as manifestações dos seringueiros diminuíram porque eles vivem sob o signo do medo. Diz o seringueiro Ulisses Marques, do Seringal Alagoas, em Tarauacá (AM):

— Os seringueiros não fazem mais greve porque já estão tão amedrontados, que sabem que são feitos pra perder. Pra nem estrebuchar mais, que só vive debaixo da peia (surra), no cativeiro. Aqui nós somos como no tempo da escravidão, do escravo. Se eles têm vontade, nós fica sem oreia (orelha). Então não é possível brigar com eles porque eles botam nós no ar-rocho, nós na agonia, até é possível nós brigar com eles. Uma concorrência que ninguém sabe. Ninguém sabe se nós ganha ou perde".

Adiante, o seringueiro afirma que a solução é sair do seringal: "E nós viver aqui no seringal, trabalhando no seringal, mas existir lei pra nós ter valor, pra nós não ser desvalorizado. Que nós somos desvalorizados, que nós não tem valor de nada e, no entanto, era de nós ter valor de tudo. E nós podia ter um valorzinho, chegar a nós ao menos um pouco, ao menos uma vez por ano. E, no entanto, nem de dez em dez anos. E chega pra dar lapada em nós. Pra nós ficar com o espinhaço saindo sangue. E sangue mesmo, saindo san-

gue. E desse jeito que eles fazem com nós. Até a data de hoje não vi a melhoria de nada. Mas estou com fé que ainda vai ter".

Qualquer tentativa de resistência dos seringueiros foi sempre respondida à bala. Esquecidos de todos, os seringueiros da Amazônia vêem hoje seus líderes assassinados, sua luta desconhecida e isolados na floresta, não conseguem fazer chegar suas reivindicações ao Governo e à sociedade como um todo".

Diz o Inesc que embora as estatísticas sejam falhas, "calcula-se que existem hoje na Amazônia aproximadamente 200 mil pessoas dependendo diretamente dessa atividade. O Acre é o maior produtor, seguindo-se o Amazonas e Rondônia".

Diante desse quadro, foi pensado o encontro nacional dos seringueiros, porque o processo de democratização que hoje se inicia ainda não colocou em discussão o atual modelo de ocupação da Amazônia. Ao lado disso, diz o Inesc — "os habitantes tradicionais da Amazônia — índios, caboclos, seringueiros, castanheiros — desenvolveram formas adequadas de obtenção da sobrevivência sem alteração do equilíbrio ecológico e com potencial de produtividade não explorado e nem valorizado".

"A única maneira existente hoje — continua o relatório — de dar início a um movimento mais amplo de defesa da Amazônia e de seus habitantes, de mostrar para a sociedade

brasileira que os seringueiros continuam existindo e vivem em condições de escravidão é realizar um fato inédito — tirá-los da mata para que falemos no centro político do País, Brasília".

Grande parte desses seringueiros que vão participar do encontro nunca saíram da floresta. E nunca, na história do País eles se reuniram fora da região amazônica para, em conjunto, falarem para a sociedade brasileira e para as autoridades governamentais. O encontro de Brasília será o maior evento na história das relações entre seringueiros e seringalistas.

Política Extrativista

A previsão dos organizadores do encontro é de reunir cem seringueiros de 16 a 17 de outubro. O encontro terá dois objetivos principais: reivindicar junto às autoridades governamentais uma política para o extrativismo e uma reforma agrária que respeite as especificidades dos seringueiros da Amazônia e divulgar, para a sociedade brasileira as condições de vida dos seringueiros.

A primeira etapa do encontro já foi concluída. Foram os encontros regionais para a discussão e elaboração das propostas. A segunda e terceira etapas serão feitas em Brasília, com a elaboração de um documento único e a discussão de suas propostas com as instituições governamentais e líderes políticos.

Memélia Moreira

Seringueiros da Amazônia lutam por seus direitos

DO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A Amazônia está ocupada e sua ocupação faz parte de um Brasil submerso, descoberto e ignorado, que se opõe à visão colonizadora de um intenso espaço vasto a ser povoado e explorado economicamente. Além das populações indígenas, a Amazônia está ocupada pelos seringueiros, que, na sua maioria, ainda vive em regime prímico da escravidão.

Pela primeira vez na história, no período de 11 a 17 deste mês, os seringueiros da Amazônia se reúnem para debater com diretores governamentais as políticas para a Amazônia e para o extrativismo. E para mostrar ao País que existem, nas condições de trabalho, suas reivindicações, seu direito a uma identidade cultural própria.

A Amazônia está ocupada por populações indígenas e por uma população que migrou do Nordeste no século passado, na época da expansão da borracha e cujos descendentes ainda hoje vivem nas florestas. São os seringueiros, estirpe de borracheiros, eles estão especialmente no Acre, um contexto econômico e cultural específico, que tem um pouco da sociedade indígena e um pouco da sociedade industrial, afirma o sociólogo José Walter Nunes, do Instituto Pró-Memória, do Ministério da Cultura, que, desde 1982, acompanha a realização de projetos de educação e cooperativismo no Acre.

O Projeto Seringueiro desenvolve na região de Xapuri propostas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educa-

ção do Acre para as escolas rurais. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra, demarcação das áreas de seringueiro nativo e preservação de seringueiros e castanheiras.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, por seringueiros do Amazonas e associações de seringueiros e colônias da borracha de Rondônia, com o apoio do Inocac - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-

Memória, e da Universidade de Brasília.

Cinema e teatro

Entre 11 e 17 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutiram, nos Auditórios da Faculdade de Tecnologia da UNB, os direitos históricos dos colônias da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringueiros. No dia 17, eles aprovaram o documento final do encontro, que será entregue às autoridades às 14h30.

Durante o encontro na Universidade de Brasília, serão exibidos os filmes *Da Seringa ao Rio*, de Renato Neumann, *Personas do Dado*, produzido pela Fundação Pró-Memória, com direção de João Batista de Andrade, *A*

Divisão da Destinação, co-produzido pela Universidade Católica de Goiás e a Central Independente Television, de Londres, *No Trabalho dos Urus-Urus* *Wac*, *O Caminho do Fogo*, *Nas Cidades da Floresta*, *Os Tempos da Borracha*, *Os Filmes do Acre*, também, no mesmo período, no Teatro Cuiabá-pinho.

Segundo Maria José Jaime, coordenadora geral do Instituto de Estudos Sociais e Humanos, "ainda hoje predominam no interesse de região as condições de trabalho". Na Amazônia, desde o início desenvolveu-se um sistema escravista de organização do trabalho nos seringueiros - empresas geratrizes. O modelo que para lá migrava já chegava envenenado com as doenças de vagem. Adquiria a alimentação e os

instrumentos de trabalho - a preços exorbitantes nos barracos, para pagá-los com a produção. O preço pago sempre foi muito inferior ao do mercado. E insuportáveis mecanismos de extorção foram criados: impropriação nos registros, pagamento em taxa, descontos tendo como resultado o endividamento. Também, os seringueiros não podiam abandonar a seringa. Os que tentavam eram castigados, afirma Maria José Jaime.

Embora o extrativismo ainda seja a principal fonte de receita do Acre, empresários do Sul querem que a atividade econômica do Estado se centre na pecuária, reforçando um desenvolvimento indisciplinado e gerativo. O segundo o sociólogo José Walter Nunes, sempre o equilíbrio ecológico e previne a morte de castanheiras e seringueiras, apesar da proibição de extinção de árvores frutíferas pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Os seringueiros organizam-se em movimentos denominados empates, procurando impedir o desmatamento e defender suas condições de sobrevivência.

Cativo e Libertado

Hoje existem, basicamente, dois tipos de seringueiros o que é chamado de Cativo e que trabalha em seringas tradicionais, com um sistema de organização baseado no barracão e no envolvimento ao patrão e o seringueiro autônomo, chamado de Libertado, que vive em seringas mais próximas de Rio Branco, que conseguem se libertar do patrão. Em pequena escala cerca de 10%, dos seringueiros do Estado - os seringueiros autônomos constituem, segundo José Walter Nunes, uma figura nova no Acre e talvez na Amazônia e estão construindo um novo conceito de vida e de organização que apontam por um maior grau de independência em relação ao barracão e ao intermediário.

Em pesquisa realizada em 1978 num seringa tradicional do Acre, a antropóloga Mary Helena Allegretti, coordenadora de Recursos Humanos do Inocac, constatou que um dos elementos que condicionam a subordinação do seringueiro ao barracão era o analfabetismo, que permitia ao patrão manipular os dados de controle da produção e comercialização da borracha. Em 1980, um grupo de pessoas iniciou o estudo de um projeto de educação "que desse conta das necessidades dos seringueiros em termos de defesa do trabalho".

Com o apoio de Centro Ecumênico de Educação e Informação, de São Paulo, do Centro de Documentação e Pesquisas da Amazônia, da Fundação Nacional Pró-Memória, e ao lado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foram implantadas escolas e cooperativas nas áreas onde se concentram os seringueiros autônomos, em torno de Xapuri-Acre. Desde o início, como relata a antropóloga Mary Helena Allegretti, "a escola surge articulada com essa ideia de organizar uma cooperativa. Então, da um, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros passariam a controlar o processo de comercialização da borracha e adquiririam elementos para isso: aprender a ler, escrever e contar, para poder exercer esse controle de forma autônoma".

Desde 1981, a Fundação Pró-Memória participa do projeto seringueiro, no Acre, através do projeto interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País.

- Trabalhamos com a questão da pluralidade e da diversidade cultural, buscando a cultura como forma de vida e de sobrevivência das diversas populações - sejam seringueiros, comunidades negras e indígenas, posseiros e outros - explica José Walter Nunes. "Nosso apoio a um encontro de seringueiros faz parte dessa relevância eventual e da posição de que cabe ao Estado criar condições para que essas populações se coloquem para a sociedade nacional, mostrando as suas diferenças e buscando, ao defender as diferenças, uma identidade cultural brasileira".

Ampla espaço

O projeto interação desenvolve experiências de educação popular como uma contribuição ao repensar da educação brasileira, abrindo espaço, como explica o coordenador do grupo de trabalho que orienta o projeto no País, José Silva Quintes, para que a comunidade participe do fazer educacional, desde a elaboração do currículo à gestão dos recursos financeiros.

No caso do projeto seringueiro, a adoção da experiência para as escolas rurais, pela Secretaria de Educação do Acre, buscando elementos de renovação para a rede oficial, é vista, como um momento de diálogo entre o Estado e a sociedade civil por José Walter Nunes. "Houve uma inversão. O Estado sempre costuma ser verticalizado, impor sua orientação e sua metodologia de trabalho. Nessa experiência, houve o contrário: a sociedade civil está propondo ao Estado a educação que ela acha que é coerente com o seu sistema cultural. Acho que isso é um grande passo, uma grande vitória, no caso específico dos seringueiros do Acre".

Na opinião da antropóloga Mary Allegretti, o projeto seringueiro é um embrião de uma proposta educacional inteiramente nova e que pode ser uma proposta para a área de extrativismo de toda a Amazônia, com seus contribuintes sobre a elaboração de material, funcionamento de uma escola no seringa e a vinculação da escola a um projeto de autonomia comunitária e fortalecimento político da comunidade.

Para a antropóloga, a luta contra o populismo vive, através da extração da borracha na Amazônia, especialmente nas áreas autônomas, deve ser levada para a nível na discussão sobre as formas de ocupação da região, por preservarem o ecossistema e permitirem uma autonomia de subsistência. "A comercialização do produto é assegurada pelo governo, o que significa um renda certa para o seringueiro. O que os seringueiros pretendem é que sejam levadas para o cenário. Que o modo como eles vivem seja considerado como uma das alternativas para se pensar uma forma ecológica de preservação da vida e desenvolvimento da Amazônia".

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

Encontro de seringueiros - Cerca de 150 seringueiros da Amazônia estão viajando há um mês - 23 dias de barco e ônibus - para participar, de 11 a 17 de outubro, na Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, do primeiro encontro desses trabalhadores, quando debaterão com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e o extrativismo. Para o Ministério da Cultura, que apóia o encontro através da Fundação Pró-Memória, "será, também, o momento de mostrar ao País a especificidade da vida que levam, suas condições de trabalho, suas reivindicações, e de resgatar uma identidade cultural que procura se afirmar através da pluralidade e diversidade da cultura brasileira".

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

Agropecuária

120 Seringueiros participam de encontro em Brasília

BRASÍLIA - Cerca de 150 seringueiros da Amazônia estão viajando há um mês - 23 dias de barco e ônibus - para participar, de 11 a 17 de outubro, na Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, do primeiro encontro desses trabalhadores, quando debaterão com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e o extrativismo. Para o Ministério da Cultura, que apóia o encontro através da Fundação Pró-Memória, "será, também, o momento de mostrar ao País a especificidade da vida que levam, suas condições de trabalho, suas reivindicações e de resgatar uma identidade cultural que se procura afirmar através da pluralidade e diversidade da cultura brasileira".

Durante um dia, os seringueiros terão reunião interna, para debater os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, política para a borracha, cultura, saúde e educação nos seringais. Os mesmos temas serão discutidos, a seguir, em mesaredondas com participação de representantes do Governo, políticos e pesquisadores. Ao final, os seringueiros encaminharão documento com as conclusões do encontro às autoridades.

O encontro é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre, Seringueiros do Amazonas e Associação de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, Instituto de Estudos Socioeconômicos e Universidade de Brasília.

"A CRITICA"

MANAUS, TERÇA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1985

Seringueiros vão se reunir em Brasília

Os seringueiros da Amazônia, pela primeira vez, estarão se reunindo, em Brasília, no período de 11 a 17 deste mês, quando debaterão com órgãos governamentais as políticas extrativistas para a região. Eles pretendem mostrar ao país as suas condições de trabalho, suas reivindicações e seus direitos a uma identidade cultural própria.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, por seringueiros amazonenses e associações de seringueiros

e "soldados da borracha" de Rondônia, com o apoio do Inesc — Instituto dos Estudos Sócio-Econômicos do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória e da Universidade de Brasília.

De 11 a 12 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutirão os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a Reforma Agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringais. No final dos debates, será aprovado o documento do encontro que será entregue às autoridades.

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

C I D A D E

Seringueiros se reúnem em Brasília

O desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringueiros são os temas a serem debatidos entre os dias 11 e 17 próximos por 130 representantes dos seringueiros da Amazônia, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB.

Durante o encontro serão exibidos os filmes "Seringa Bol", de Renato Neumann; "Ferrovia do Diabo", produzido pela Fundação Pro-Memória, com direção de João Batista de Andrade; "A Década da Destruição", co-produzido pela Universidade Católica de Goiás e a Central Independent Television, de Londres; "Na Trilha dos Uru-Eu Wau Wau"; "O Caminho do Fogo"; "Nas Cinzas da Floresta"; "As Tempestades na Amazônia". Estes mesmos filmes serão exibidos no teatro Galpãozinho.

O encontro é importante para que se consiga traçar diretrizes básicas sobre a sobrevivência do seringueiro, sempre explorado e vivendo em condições nada favoráveis. Em uma pesquisa realizada em 1978 num seringal tradicional do Acre, a antropóloga Mary Helena Allegretti, coordenadora de recursos humanos do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), constatou que um dos elementos que condicionavam a subordinação do seringueiro ao barracão era o analfabetismo, que permitia ao patrão manipular os dados de controle da produção e comercialização da borracha.

Já em 1980, um grupo de trabalho começou um estudo de um projeto de educação "que desse conta das necessidades dos seringueiros em tempos da defesa do trabalho" e que tivesse uma concepção derivada do modo de vida da floresta. Neste mesmo tempo foram implantadas escolas e cooperativas nas áreas onde se concentram os seringueiros autônomos em torno de Xapuri - Acre.

Segundo Mary Allegretti, "a escola surge articulada com essa idéia de organizar uma cooperativa. Então, ela tem, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros passariam a controlar o processo de comercialização da borracha e adquiririam elementos para isso: aprender a ler, escrever e contar."

"ALTO MADEIRA"

PORTO VELHO, QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1985

SERINGUEIROS VIAJAM DE BARCO E ÔNIBUS PARA PARTICIPAREM DE ENCONTRO

BRASÍLIA (EBN) — Cerca de 150 seringueiros da Amazônia estão viajando há um mês — 23 dias de barco e ônibus — para participar, de 11 a 17 de outubro, na Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, do Primeiro Encontro desses trabalhadores, quando debaterão com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e o extrativismo. Para o Ministério da Cultura, que apóia o encontro através da Fundação Pró-Memória, "será, também, o momento de mostrar ao país a especificidade da vida que levam, suas condições de trabalho, suas reivindicações, e de resgatar uma identidade cultural que procura se afirmar através da pluralidade e diversidade da cultura brasileira".

O ministro Aluisio Pimenta e o poeta Thiago de Mello participarão da abertura do encontro, dia 11, às 9.30 hs, foram convidados, também, os ministros da Educação,

Saúde, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Previdência Social, Trabalho, Indústria e Comércio, Desenvolvimento e Reforma Agrária, Justiça, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e Interior.

Durante um dia, os seringueiros terão reunião interna, para debater os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, política para a borracha, cultura, saúde e educação nos seringais. Os mesmos temas serão discutidos, a seguir, em mesas redondas com participação de representantes do governo, políticos e pesquisadores. Ao final, os seringueiros encaminharão documento com as conclusões do encontro as autoridades.

Já confirmaram participação no Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, os senadores Jorge Kalume e Mário Maia; o sociólogo Benício Schmidt; João Pa-

checo e o antropólogo Moacir Palmeira, do Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária; o jurista Roberto Santos; Antônio Macedo Bezerra, superintendente da Sudhevea; Mauro Barbosa de Almeida, sociólogo da Universidade de Campinas; o deputado Arthur Virgílio, além de técnicos do Ministério da Cultura, do sociólogo José Walter Nunes, que acompanha o Projeto Seringueiro, e do coordenador do Projeto Interação entre Educação e os Diferentes contextos culturais, José Silva Quintas, da Fundação Pró-Memória.

O encontro é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre, seringueiros do Amazonas e Associação de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos e Universidade de Brasília.

Voe Vasp. É um barato

C I D A D E

Seringueiros têm encontro nacional

Em apoio aos debates que serão realizados no Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que começa amanhã e vai até o próximo dia 17, no auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, a Fundação Pró-Memória organizou uma mostra de filmes que reúne, pela primeira vez, filmes históricos e de pesquisas sobre a Amazônia.

Os filmes e vídeos serão exibidos na Faculdade de Tecnologia e no Teatro Galpãozinho, nos dias 14 e 15, a apresentação dos filmes será seguida de debates, com a participação dos realizadores, sobre as condições de trabalho dos seringueiros, a política para a Amazônia e o extrativismo.

Fazem parte da amostra os filmes "Da Seringa ao Boi", dirigido por Renato Neumann e produzido pelo Centro Brasileiro de Cinema Educativo Humberto Mauro; "Ferrovia do Diabo", dirigido por João Batista de Andrade e produzido pela Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura; "Nas Cinzas da Floresta" e "As Tempestades na Amazônia", da série "A Década da Destruição" com direção de Adrian Cowel e coprodução da Central Independente Television (Londres) e Universidade Católica de Goiás; "Canarana", produção da Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Ro-

berto Marinho e Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, do Ministério da Educação, com direção de Jarbas Mantovani, sobre pesquisa de Glória Veiga de Moura e Rogério José Dias, da série Brasil Corpo e Alma; "Na Trilha dos Uru-eu Wau" e "O Caminho do Fogo", da série "Década da Destruição".

O filme "Da Seringa ao Boi", segundo os organizadores da mostra, "trata da ocupação da Amazônia através dos migrantes nordestinos — que há séculos dedicam-se à extração da borracha em regime de semi-escravidão — e as drásticas mudanças verificadas a partir da última década, com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região".

"Ferrovia do Diabo" conta a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com depoimentos das últimas testemunhas vivas da construção da estrada, no início do século, sua desativação, no final dos anos 60 e sua restauração em 1981.

A série "A Década da Destruição" apresenta filmes que debatem o desequilíbrio ecológico e alertam sobre o perigo do desmatamento, que provoca a esterilidade do solo e mudanças no clima. Com o incentivo à agropecuária, a Amazônia vem sofrendo desmatamentos indiscriminados.

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

C I D A D E

Encontro de Seringueiros - Mais de 700 seringueiros dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, estarão reunidos na Universidade de Brasília, de 11 a 17 de outubro, no "Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia". O encontro, primeiro do gênero, é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre, sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, Seringueiros do Amazonas e Associação de Seringueiros e soldados da Borracha de Rondônia. O "Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia" será aberto no dia 11, sexta-feira, às 9:30 horas, com a presença do reitor da Universidade de Brasília, professor Cristóvam Buarque. Todas as reuniões e mesas-redondas serão realizadas no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB. No dia 12, serão debatidas os "Direitos Históricos dos Soldados da Borracha". No dia 14, "Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia" "Os Seringueiros e a Reforma Agrária". No dia 15, o debate será sobre "Política para a Borracha". No dia 16, "Cultura, Educação e Saúde nos Seringais". O documento final do Encontro será debatido e votado no dia 17. O "Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia" tem o apoio da Universidade de Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Cultura, e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

CORREIO BRASILENSE

10. 10. 85

Seringueiros têm encontro nacional

-Em apoio aos debates que serão realizados no Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que começa amanhã e vai até o próximo dia 17, no auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, a Fundação Pró-Memória organizou uma mostra de filmes que reúne, pela primeira vez, filmes históricos e de pesquisas sobre a Amazônia.

Os filmes e vídeos serão exibidos na Faculdade de Tecnologia e no Teatro Galpãozinho, nos dias 14 e 15, a apresentação dos filmes será seguida de debates, com a participação dos realizadores, sobre as condições de trabalho dos seringueiros, a política para a Amazônia e o extrativismo.

Fazem parte da amostra os filmes "Da Seringa ao Boi", dirigido por Renato Neumann e produzido pelo Centro Brasileiro de Cinema Educativo Humberto Mauro; "Ferrovia do Diabo", dirigido por João Batista de Andrade e produzido pela Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura; "Nas Cinzas da Floresta" e "As Tempestades na Amazônia", da série "A Década da Destruição" com direção de Adrian Cowel e coprodução da Central Independent Television (Londres) e Universidade Católica de Goiás; "Canarana", produção da Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Ro-

berto Marinho e Secretaria de Ensino de 1ª e 2ª graus, do Ministério da Educação, com direção de Jarbas Mantovani, sobre pesquisa de Glória Veiga de Moura e Rogerio Jose Dias, da série Brasil Corpo e Alma; "Na Trilha dos Uru-eu Wau" e "O Caminho do Fogo", da série "Década da Destruição".

O filme "Da Seringa ao Boi", segundo os organizadores da mostra, "trata da ocupação da Amazônia através dos migrantes nordestinos — que há séculos dedicam-se a extração da borracha em regime de semi-escravidão — e as drásticas mudanças verificadas a partir da última década, com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região".

"Ferrovia do Diabo" conta a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamore, com depoimentos das últimas testemunhas vivas da construção da estrada, no início do século, sua desativação, no final dos anos 60 e sua restauração em 1981.

A série "A Década da Destruição" apresenta filmes que debatem o desequilíbrio ecológico e alertam sobre o perigo do desmatamento, que provoca a esterilidade do solo e mudanças no clima. Com o incentivo à agropecuária, a Amazônia vem sofrendo desmatamentos indiscriminados.

Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros inicia hoje no DF

BRASILIA (SUCURSAL) - Tem seringueiro chegando em Brasília depois de viajar mais de 20 dias de suas colocações até a Capital Federal. Estes tem demonstrado uma grande expectativa em relação ao I Encontro Nacional de Seringueiros que realiza-se à partir de hoje no auditório do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília, com a participação de mais de 130 seringueiros dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas e de várias autoridades federais do setor de borracha.

Os seringueiros começaram a chegar na Capital Federal no início da semana e estão sendo alojados no Centro de Treinamento da CONTAC (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), próximo a Brasília. As expectativas para este encontro são grandes da parte dos seringueiros dos três Estados da Amazônia Ocidental.

Afinal de contas, durante os próximos dias 11 a 16 de outubro, eles estarão discutindo questões importantíssimas em relação às suas condições de vida

enquanto homens que estão trabalhando nos mais distantes lugares da Amazônia sem qualquer apoio de órgãos governamentais. Serão discutidas questões como a remuneração dos soldados da borracha, os heróis nordestinos que, enfrentando todo o tipo de perigo na selva, foram deslocados para as matas amazônicas com o fim de produzir borracha para o Brasil cumprir os compromissos que assumiu durante a Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, será discutido tema como "Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia", quando se falará sobre a vida cotidiana nos seringais da região, sobre as propostas do governo para a Amazônia, sobre o desenvolvimento e os conflitos sociais presentes nesta região.

Outro importante ponto a ser discutido será o posicionamento dos seringueiros em relação à Reforma Agrária, quando serão abordados a utilização das terras pelos seringueiros, o Plano Nacional de Reforma Agrária e os projetos de colonização implantados na re-

gião. "Política Para a Borracha" será o penúltimo tema a ser discutido no I Encontro de Seringueiros, em Brasília. Este tema abordará questões como a como as necessidades e expectativas dos seringueiros, a política do Governo para o seringal nativo e de cultivo (com palestra do Superintendente da Sudhevea, Antonio Macedo Bezerra) e a definição da situação jurídica dos seringueiros.

Por último, serão discutidas questões referentes à cultura, educação e saúde nos seringais, quando se abordará a escola e o atendimento médico nestes locais, as propostas de educação e o contexto cultural dos seringueiros, e as alternativas na área de saúde.

O encontro está sendo organizado na Capital Federal pela Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), com apoio da Universidade de Brasília e iniciativa de sindicatos de trabalhadores rurais que reúnem seringueiros nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

AGENDA

• Seringueiros - Na Universidade Federal de Brasília, seringueiros do Amazonas, Acre e Rondônia iniciam o 1.º Encontro Nacional da categoria para debater a reforma agrária, a política de produção da borracha, saúde e educação.

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

SERINGUEIROS 7736

A dura extração da vida

"... Porque nós, né, é besteira, nós só vive pra sofrer. E tanto que nós derrama suor pra fazer a produção, e nós não tem valor de nada. É isto mesmo, que nós à toa, analfabeto, só podemos dizer isto que é o que nós vive vendo na nossa frente. É o sofrimento e a escravidão. Que já acabou o tempo da escravidão. Cabou-se. Hoje em dia não tá mais escravidão. Mas querem por firme força que nós vive coagido, vive como escravidão, como de primeiro tinha esca-

vidão". Este é um trecho de um depoimento dado pelo seringueiro Ulisses Marques, Rio Tarauacá, Acre, à antropóloga Mary Allegretti em 1978. Ulisses talvez esteja entre os mais de 130 seringueiros, dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, que estarão reunidos em Brasília, de hoje a 17 deste mês, no Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia no Auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.

Eles discutirão entre outras

coisas, Reforma Agrária, Política Para a Borracha, Cultura, Educação e Saúde nos seringais. Os seringueiros pretendem promover um debate com órgãos governamentais sobre a formulação de políticas que venham a considerar suas especificidades sócio-econômicas e culturais, bem como divulgar para toda sociedade brasileira, a vida que levam, suas condições de trabalho e suas reivindicações.

A.A

Voe Vasp. É um barato

Seringueiro: A defesa de uma profissão

BRASÍLIA (O DIA) A Amazônia está ocupada. Sua ocupação faz parte de um Brasil submerso, desconhecido e ignorado que se opõe à visão colonizadora de um imenso espaço vazio a ser povoado e explorado economicamente. Além das populações indígenas, a Amazônia está ocupada pelos seringueiros, que, na sua maioria, ainda vivem em regime próximo da escravidão.

Pela primeira vez na história, no período de 11 a 17 de outubro, os seringueiros da Amazônia se reúnem para debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o extrativismo. E para mostrar ao País que existem, suas condições de trabalho, suas reivindicações, seu direito a uma identidade cultural própria.

A Amazônia está ocupada por populações indígenas e por uma população que migrou do Nordeste no século passado, na época da expansão da borracha e cujos descendentes ainda hoje vivem nas florestas. São os seringueiros, extratores da borracha. Eles formam na Amazônia e especialmente no Acre, um contexto econômico e cultural específico, que tem um pouco da sociedade indígena e um pouco da sociedade industrial, afirma o sociólogo José Walter Nunes, da Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura, que, desde 1982, acompanha a realização de projetos de educação e cooperativismo no Acre.

O projeto seringueiro desenhado na região de Xapuri propõe posturas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educação do Acre para as escolas rurais. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra, demarcação das áreas de seringa nativa e preservação de seringueiras e castanheiras.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-A-

cre e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, por seringueiros do Acre e Associações de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e da Universidade de Brasília.

DIREITOS HISTÓRICOS

Entre 11 e 17 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutirão no Auditório da Faculdade de Tecnologia da UNB, os direitos históricos dos soldados da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e saúde nos seringais. No dia 17, eles aprovarão o documento final do encontro, que será entregue às autoridades às 14:30 horas.

Durante o encontro na Universidade de Brasília, serão exibidos os filmes da Seringa ao Boi, de Renato Neumann, Ferro via do Diabo, produzido pela Fundação Pró-Memória, com direção de João Batista de Andrade, e Década da Destruição, produzido pela Universidade

Católica de Goiás e a Central Independent Television, de Londres, na Trilha dos Uru-Eu Wau Wau; O Caminho do Fogo; Nas Cinzas da Floresta; As Tempestades na Amazônia. Os filmes serão exibidos, também, no mesmo período, no Teatro Galpãozinho.

Segundo Maria José Jaime, Coordenadora Geral do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos "ainda hoje predominam no Interior da região amazônica formas compulsórias de retenção da força de trabalho". - Na Amazônia, desde o início desenvolveu-se um sistema escravista de organização do trabalho nos seringais - Empresas Extrativistas. O nordestino que para lá migrava já chegava endividado com as despesas de viagem. Adquiria a alimentação e os instrumentos de trabalho a preços exorbitantes nos barracões, para pagá-los com a produção. O preço pago sempre foi muito inferior ao do mercado. E inúmeros mecanismos de extorsão foram criados (manipulação nos registros, pesagem errada, taxas, descontos) tendo como resultado o endividamento. Devendo, os seringueiros não podiam abandonar o seringa. Os que tentavam eram castigados, afirma Maria José Jaime.

PECUÁRIA É OPÇÃO

Embora o extrativismo ainda seja a principal fonte de receita do Acre, empresários do Sul querem que a atividade econômica do Estado se centre na pecuária, que segundo o sociólogo José Walter Nunes, rompe o equilíbrio ecológico e provoca a morte de castanheiras e seringueiras, apesar da proibição de

extinção de árvores fríferas pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Os seringueiros organizam-se em movimentos denominados empates, procuram impedir o desmatamento e defender suas condições de sobrevivência.

Hoje existem, basicamente, dois tipos de seringueiros; o que é chamado de "cativo" e que trabalha em seringais tradicionais, com um sistema de organização baseado no barracão e no endividamento ao patrão e o seringueiro autônomo, chamado de "liberto", que vive em seringais mais próximos de Rio Branco, que conseguiu se libertar do patrão. Em pequena escala cerca de 10% dos seringueiros do Estado - os seringueiros autônomos constituem, segundo José Walter Nunes, uma figura nova no Acre e talvez na Amazônia e estão construindo um novo contexto de vida e de organização social, marcado por um maior grau de independência em relação ao barracão e ao intermediário.

Em pesquisa realizada em 1978 num seringal tradicional do Acre, a antropóloga Mary Helena Allegretti, coordenadora de Recursos Humanos do Inesc, constatou que um dos elementos que condicionavam a subordinação do seringueiro ao barracão era o analfabetismo, que permitia ao patrão manipular os dados de controle da produção e comercialização da borracha. Em 1980, um grupo de pessoas iniciou o estudo de um projeto de educação "que desse conta das necessidades dos seringueiros em termos da defesa do trabalho" e que tivesse uma concepção derivada do modo de vida da floresta.

Com o apoio do Centro Ecuemênico de Educação e Informação, de São Paulo, do Centro de Documentação e Pesquisa de Amazônia, da Fundação Nacional Pró-Memória, e ao lado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foram implantadas escolas e cooperativas nas áreas onde se concentram os seringueiros autônomos, em torno de Xapuri-Acre. Desde o início, como relata a antropóloga Mary Helena Allegretti, "a escola surge articulada com essa idéia de organizar uma cooperativa. Então, ela tem, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros passariam a controlar o processo de comercialização da borracha e adquiririam elementos para isso: aprender a ler, escrever e contar, para poder exercer esse controle de forma autônoma".

Desde 1981, a Fundação Pró-Memória participa do Projeto Seringueiro no Acre, através do Projeto Interação entre a Educação Básica e os diferentes contextos culturais existentes no País.

FORMA DE VIDA

- Trabalhamos com a questão da pluralidade e da diversidade cultural, encarando a cultura como forma de vida e de sobrevivência das diversas populações sejam seringueiros, comunidades negras e indígenas, posseiros e outros. Explica José Walter Nunes. "Nosso apoio a um encontro de seringueiros faz parte dessa referência conceitual e da posição de que cabe ao Estado criar condições para que essas populações se coloquem para a sociedade nacional mostrando as suas diferenças e

buscando, ao defender as diferenças, uma identidade cultural brasileira".

O projeto interação desenvolve experiências de educação popular como uma contribuição ao repensar da educação brasileira, abrindo espaço, como explica o coordenador do grupo de trabalho que orienta o projeto no País, José Silva Quintas, para que a comunidade participe do fazer educacional, desde a elaboração do currículo à gestão dos recursos financeiros.

No caso do projeto seringueiro, a adoção da experiência para as escolas rurais, pela Secretaria de Educação do Acre, buscando elementos de renovação para a rede oficial, é vista como um momento de diálogo entre o Estado e a sociedade civil por José Walter Nunes. "Houve uma inversão. O Estado sempre costuma ser verticalista, impor sua orientação e sua metodologia de trabalho. Nessa experiência, houve o contrário: a sociedade civil está propondo ao estado a educação que ela acha que é coerente com o seu sistema cultural. Acho que isso af é um grande passo, uma grande vitória, no caso específico dos seringueiros do Acre".

Na opinião da antropóloga Mary Helena Allegretti, o projeto seringueiro é um embrião de uma proposta para a área de extrativismo de toda a Amazônia, com suas contribuições sobre a elaboração de material, funcionamento de uma escola no seringa e a vinculação da escola a um projeto de autonomia econômica e fortalecimento político da comunidade.

Para a antropóloga, a maneira como a população vive, através da extração da borracha na

DENISE ALVES

Amazônia, especialmente nas áreas autônomas, deve ser "levada mais a sério" na discussão sobre as formas de ocupação da região, por preservarem o ecossistema e permitirem uma autonomia de subsistência. "A comercialização do produto é assegurada pelo governo, o que os seringueiros pretendem é que sejam levados mais a sério. Que o modo como eles vivem seja considerado como uma das alternativas para se pensar uma

forma ecológica de preservação da vida e desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento não significa projetos de colonização e empresas agropecuárias. Desenvolvimento significa também uma forma adequada de vida para a população que mora lá - saúde, educação, cooperativismo, autonomia nas decisões", afirma Mary Helena Allegretti.

"A CRITICA"

MANAUS, SÁBADO, 12 DE OUTUBRO DE 1985

Seringueiros reúnem para debater direitos

O deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB) registrou, ontem, a abertura do Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, reunindo cerca de 200 brasileiros, que segundo o parlamentar, o falso desenvolvimento tem esquecido no interior da região. A iniciativa é do Sindicato da Borracha de Rondônia, com o apoio do Ministério da Cultura e da Fundação Pró-Memória.

Este encontro será encerrado dia 17, quando o documento e a formulação dele nascidos deverá ser entregue às autoridades brasileiras. O tema "Direitos Históricos dos Soldados da Borracha" vai ser focado no painel desta manhã, tratando da bravura dos seringueiros na produção da hévea para abastecer os aliados, ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Na segunda-feira, Arthur Neto e Mario Frota vão falar sobre o tema "Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia", quando examinarão aspectos fundamentais que envolveram a vida nos seringais, o estado de servidão em que tentam fazer vegetar o seringueiro, a crueldade do regime de barracão, a ausência da lei e da justiça e, por outro

lado, o início do trabalho de associação e organização dos seringueiros no esforço dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Estudaremos as diversas propostas de política econômico-social que os diversos governos brasileiros têm, uma após outra, lançado à face de uma Amazônia torturada pelo abandono secular. Também trilharemos os conflitos sociais na região, analisando o "modelo" de desenvolvimento autoritário —, explicou Arthur Neto.

As condições de cultura, saúde e educação nos seringais também serão debatidas durante o encontro que no entender do parlamentar não será um mero exercício acadêmico de intelectuais da realidade prática amazônica, mas, um foco para o debate e a ação do próprio seringueiro.

O parlamentar saudou a iniciativa dos seringueiros, por considerá-la limpa e democrática, inserindo nos anais da Câmara Federal o projeto orientador do encontro, que é o estabelecimento de um importante marco na luta de tantos homens antes esquecidos no interior da Amazônia Ocidental.

FOLHA DE SÃO PAULO

15. 10. 85

Seringueiros fazem passeata

31

Reunidos no 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, cerca de 130 representantes dos Estados do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, decidiram fazer uma passeata hoje em direção ao Congresso Nacional, para protestar contra o Plano Nacional de Reforma Agrária que, segundo eles, não atende às necessidades da categoria. Amanhã, os seringueiros irão ao Planalto entregar ao presidente José Sarney documento com as propostas da classe e afirmaram que se não forem aceitas farão a reforma agrária "com as próprias mãos", segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondônia, Jaime da Silva Araújo.

Para os seringueiros, a proposta do governo não satisfaz: "Nós não fomos ouvidos e isto está claro no PNRA. Não aceitamos a solução de lotes de setenta hectares para cada seringueiro, pois a atividade extrativista exige pelo menos dez vezes isto", disse Araújo. Segundo o representante de Rondônia, cerca de 40 mil seringueiros foram expulsos pelo latifúndio, nos dez últimos anos, em seu Estado. "As autoridades estão procurando nos transformar em mão-de-obra. Enquanto isso fornecem verbas para as grandes fazendas que plantam seringas", afirmou.

Disse ainda que na entressafra os

seringueiros não têm outra alternativa senão buscar na agricultura condições para a sobrevivência da comunidade. "Mas isto é feito com muita dificuldade — disse — pois os preços dos produtos de consumo básico na região são muito altos".

Na proposta que vão entregar a Sarney amanhã, os seringueiros pedem a desapropriação das áreas onde existem seringais nativos e que estas sejam demarcadas comunitariamente, à exemplo do que se faz com as áreas indígenas. "Esta é uma forma de impedir que um seringueiro desesperado venda as suas terras ao latifúndio", disse Araújo.

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando



Reunidos na UnB, os seringueiros do Acre, Amazonas e Rondônia consideraram pequena a área prevista para cada trabal

Seringueiros não aceitam o plano

Os seringueiros da Amazônia não concordam com o Plano Nacional de Reforma Agrária assinado na semana passada pelo presidente José Sarney. Eles entendem que a destinação de 30 hectares de terra para cada trabalhador é insuficiente para a manutenção do sistema de exploração extrativista da seringueira e para a preservação da floresta amazônica.

A posição foi manifestada ontem durante o Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que vem reunindo desde a última sexta-feira, no auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, 130 seringueiros do Acre, Amazonas e Rondônia.

Depois de ouvirem do representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Alfredo Wagner de Almeida, uma exposição sobre os principais itens do plano, os representantes dos sindicatos rurais da região amazônica se revezaram ao microfone para criticá-lo e garantir a disposição de luta dos seringueiros para conquistar uma reforma agrária que atenda suas necessidades. "Esse plano é mediocre porque não serve a nenhum seringueiro", protestou o presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã, no Amazonas. A seu ver, a implantação do PNRA significará o fim da profissão de seringueiro, na medida em que a exploração da seringueira nativa só pode ser feita em no mínimo 300 hectares.

Na proposta encaminhada ao Governo logo após o 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em agosto em Brasília, os seringueiros defendiam a demarcação comunitária das terras, ou seja, que a metragem fosse definida pelos próprios seringueiros, conhecedores da área em que trabalham, numa média de 300 hectares para cada um. Eles querem também um título de propriedade coletivo e definitivo para garantir que alguns trabalhadores não calam na tentação de vender suas terras depois de efetivada a reforma agrária.

Nos debates de ontem, o representante do Acre, Raimundo Mendes, foi mais longe: ele pediu a desapropriação de todas as terras da Amazônia onde haja seringueiras e castanheiras e sua titulação para os seringueiros. "Só assim — garantiu Raimundo — se poderá acabar ou pelo menos minimizar a violência e a incerteza em que nós vivemos".

Para o deputado Artur Virgílio Neto (PMDB-AM), que compunha a mesa do encontro, "a reforma agrária prevista pelo Governo não é nem de longe aquela que eu desejava", na medida em que ela prioriza a divisão das terras públicas em detrimento da desapropriação dos latifúndios. Por isso mesmo, ele conclamou os seringueiros a aceitarem o plano do Governo, mas, ao mesmo tempo, mobilizando-se para conquistar uma reforma "que possa atender a todos os trabalhadores".

Hoje à tarde os seringueiros irão ao Congresso para levar aos parlamentares sua posição sobre a reforma agrária. Uma comissão deverá seguir para o Ministério da Indústria e do Comércio onde, às 14h30m, reúne-se o Conselho Nacional da Borracha. Pela primeira vez um seringueiro terá a oportunidade de participar de uma reunião do conselho.

Os debates sobre questões como a política para a borracha e a vida nos seringais prosseguem hoje e amanhã na UnB. Na quinta-feira, os seringueiros aprovam o documento final do encontro, que será encaminhado à tarde às autoridades do Governo Federal.

O Rio Branco 15/10/85

Xapuri está ficando um novo deserto

RIO BRANCO (EBN) - Xapuri é o município que mais tem sofrido com o desmatamento e a concentração da propriedade da terra nas mãos de latifúndios. Nos últimos seis anos mais de 120 mil árvores de seringa e 80 mil castanheiras foram derrubadas ao arrepio da lei, como consequência da ganância e da especulação fundiária dos fazendeiros vindos do Sul do País, gerando desemprego e fome para centenas de famílias de seringueiros e castanheiros, que rumaram para a periferia das cidades, formando verdadeiras Vilas-miséria.

A afirmação é do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e candidato a prefeito do município, pelo partido dos Trabalhadores, Francisco Mendes.

Segundo Francisco Mendes, os projetos de colonização executados até hoje pelo Incra na Amazônia, limitaram a posse da terra em lotes de 50 a 100 hectares e isto impossibilita a sobrevivência dos seringueiros e castanheiros, que necessitam de 300 a 500 hectares por família, para desenvolverem suas atividades extrativas e de coleta.

"O que defendemos então, é um zoneamento da região e uma distribuição da terra, que permita um sistema de produção de látex e de castanha em forma cooperativa e coletivista, o que garantiria a preservação das florestas e dessa grande riqueza para o país, que são os seringais e castanhais nativos", afirmou ele.

O sindicalista descreveu para a EBN o drama que vivem os trabalhadores rurais do município: "em Xapuri, 70% das terras são consideradas propriedades privadas dos pecuaristas, mas na realidade são ocupadas por cerca de 1.500 famílias de seringueiros. É muito grande o medo e a inquietude dos trabalhadores em perderem de uma hora para outra as suas colocações, pois apesar da organização e da resistência dos trabalhadores em torno do Sindicato, impedindo através de empates a derrubada dos seringais e castanhais, no ano passado ocorreu até uma intervenção da Polícia Militar do Estado para garantir os desmates promovidos pelos fazendeiros".

Editorial

Seringueiros no Planalto

Após mais de meio século enclausurado sob a densa floresta amazônica, o seringueiro com a chegada da "Nova República" teve um lugar ao sol. Na última sexta-feira foi aberta em Brasília o I Encontro Nacional de Seringueiros. Oportunidade ímpar na história do extrativismo do látex, embora tardia, para o seringueiro denunciar a nível nacional, as agruras por que passou nestas esquecidas décadas nos seringais.

Hoje, vemos chusmas de políticos empunhando bandeira em defesa deste heróico anônimo da seringa, que sustentou os aliados na segunda Grande Guerra com sua faca de "corte", travando no front de uma batalha bacteriológica, uma luta emperdenida com beriberi, malária e outras adversidades da floresta amazônica.

Tempo houve para que a

classe política o defendesse, lutasse para colocá-lo na galeria dos heróis nacionais. Mas preferiram ignorá-lo, dedicando-lhe apenas generosas palavras nos períodos eleitorais. Não será, portanto, agora que o seringueiro consegue sua liberdade de expressão que vai precisar da bengala de políticos. Foi chegada a hora para que largasse sua espingarda, poronga, sapatos de seringa e sua faca de seringa para bradarem, na capital da República, que são brasileiros e precisam das mínimas condições para continuarem a defenderem essa imensa fronteira amazônica.

O seringueiro exige seus direitos nesse momento histórico e a reforma agrária não poderá contribuir para desinál-lo de seu habitat. Essa reforma tem que ser diferenciada do resto do país. As autoridades

têm que se sensibilizarem e concederem a esses paladinos da borracha uma reforma agrária humana para o homem da amazônia. O governo tem que conceder a esses homens uma área de terra que obedeça a realidade local, variando entre o mínimo de 300 e um máximo de 500 hectares para que continue exercendo sua atividade econômica, que hoje sustenta mais de 300 mil pessoas na Amazônia e que contribui com 50 por cento do ICM do Estado do Acre.

Para que as reivindicações do seringueiro nesse congresso não fique apenas nos anais para estudos dos intelectuais, com suas teses de mestrados, o governo deve tomar providências enérgicas para debelar o vandalismo na floresta acreana, em favor da melhoria da vida do seringueiro.

Encontro Nacional de Seringueiros

Discute a política para borracha na Amazônia

BRASILIA (EBN) — O ministro da Cultura considerou "um congresso de identidade nacional" o Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que começou ontem na Universidade de Brasília, e, até o dia 17, vai colocar em discussão a política para a borracha, o desenvolvimento da Amazônia, os direitos históricos dos soldados da Borracha, a Reforma Agrária, Cultura, Educação e Saúde nos seringais.

O Encontro é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre, seringueiros do Amazonas e associação de seringueiros e soldados da borracha de Rondônia, com o apoio do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, do Ministério da Cultura, através da Fundação Pró-Memória, e da Universidade de Brasília. Além dos seringueiros, participarão das mesas-redondas políticos, autoridades do governo e pesquisadores.

— Ao apoiar o Encontro Nacional de Seringueiros e seringueiras da Amazônia, o ministro da Cultura procura ressaltar que as modificações políticas não tenham como base somente as reivindicações conjunturais e o voluntarismo ideológico, mas que se radicem nas condições concretas da existência diária. Pensar nossa identidade é pensar a coexistência, a combinação de questões técnicas com questões sociais, a interpenetração dessas forças na história, afirmou o ministro Abazio Pimenta, na abertura do Encontro.

REIVINDICAÇÕES

Seis representantes dos seringueiros falaram sobre as condições de vida, as dificuldades e as reivindicações da categoria na cerimônia da abertura, que contou ainda com a participação do poeta Thiago de Mello, o reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque e o senador Mário Maia.

O representante do Amazonas, Jaime da Silva Araújo, leu uma poesia sobre a vida do seringueiro, que posteriormente, foi analisada e elogiada pelo reitor da UNB. O seringueiro relatou as dificuldades e privações passadas pela população da Amazônia nos seringais, havendo famílias "que passam até 29 dias sem o sal de panela".

Nós não vivemos na floresta, nos vegetamos junto com ela. Por isso, exigimos a Reforma Agrária e que os latifúndios não entrem nos seringais". Segundo Jaime Araújo, a manipulação dos preços dos alimentos no "barracão" do seringalista (o proprietário da terra e patrão dos seringueiros) provoca o endividamento permanente do trabalhador e uma situação de escravidão". O quilo do café chega a custar Cr\$ 170 mil no barracão de Aripuana", afirmou o representante do Amazonas.

Segundo Raimundo Mendes Barros, seringueiro em Xapuri, no Acre, apenas os seringueiros autônomos estão conseguindo condições de sobreviver. Enquanto o seringueiro autônomo paga Cr\$ 2.800 o qui-

lo do açúcar na cidade, o "cativo" paga de 7 a dez mil cruzeiros o quilo do produto no "barracão" do seringalista. O patrão paga apenas Cr\$ 6.000 pelo quilo da borracha, enquanto, em Xapuri, o seringueiro autônomo consegue vender seu produto por Cr\$ 8.400.

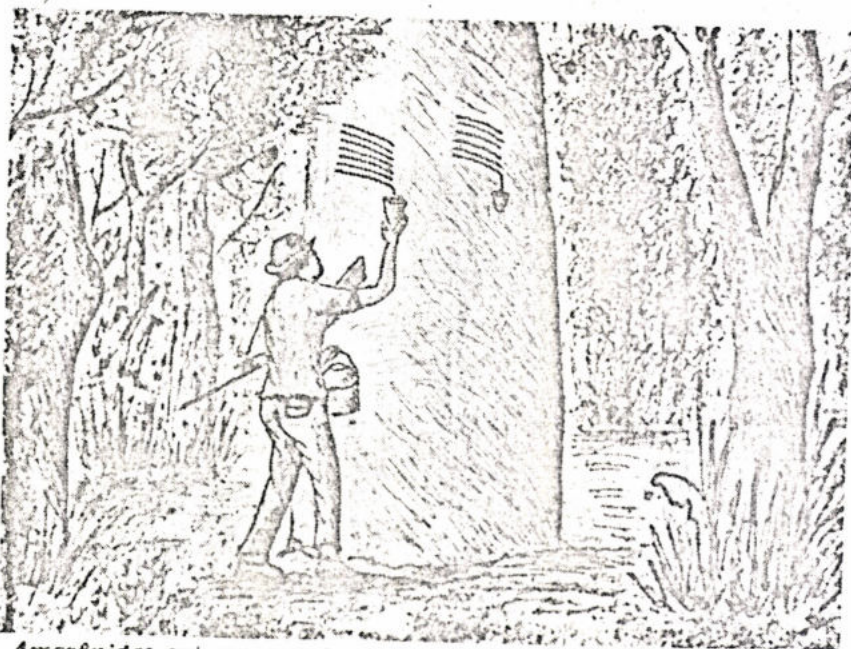
Raimundo Barros afirma que a principal reivindicação dos seringueiros é "a Reforma Agrária por seringueiro", que leve em conta a densidade de árvores necessária à extração e produção da borracha, para que o trabalhador tenha condições de sustentar sua família. Além disso, eles querem "que a borracha tenha um preço melhor para o seringueiro" e que ele possa controlar a política de preços e a comercialização de produtos; instalação de serviço de saúde e escolas nos seringais.

— Hoje nos estamos muito ameaçados pelo latifúndio. Ele chegou na Amazônia, principalmente no Estado do Acre, e está devastando a floresta, está acabando com as seringueiras, está acabando com a castanheira, com a nossa caça. Está expulsando os seringueiros para a cidade, onde chegam sem recursos financeiros, não tem saber para conseguir emprego. Eles ficam sendo boia-fria, vivendo de biscate, e aquilo rende muito pouco para sustentar a família. Então as filhas se entregam à prostituição, os filhos se entregam à marginalidade. Por isso, nossa principal reivindicação é a Reforma Agrária, afirma Raimundo Barros.

Fundação
Sede: Rua...
Direção: Rua...
CEP: 70000



Seringueiros discutem projeto para a Amazônia



Amazônidas exigem respeito para com a seringueira

zônia, a elaboração de um diagnóstico sobre o extrativismo e a desapropriação de seringueis localizados em latifúndios, para aplicação da reforma agrária de acordo com os critérios dos seringueiros, foram as propostas encaminhadas ontem na mesa redonda sobre "Os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia", no Encontro Nacional de seringueiros, que se realiza na Universidade de Brasília.

"Nós vimos a destruição de Rondônia e estamos vendo a devastação do Acre", afirmou o Senador Mário Maia, durante os debates sobre o PLANACRE — Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado do Acre.

Brasília (EBN) — A participação dos seringueiros na discussão de projetos de desenvolvimento para a Ama-

15 OUT 85

Reforma não tem apoio de seringueiros

Os 150 seringueiros que estão reunidos desde sexta-feira, em Brasília protestaram ontem contra o plano de Reforma Agrária divulgado pelo Governo. Esse plano, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã (AM), Jaime da Silva, vai, a médio prazo, "transformar os seringueiros em empregados, parceiros das grandes fazendas ou marginal na periferia das cidades". Na quinta-feira, os seringueiros encaminham ao presidente Sarney uma proposta alternativa para a reforma agrária nos seringais.

No documento a ser entregue ao presidente da República, os seringueiros reivindicam a demarcação de "perímetros comunitários" dos seringais, e não a demarcação individual de 30 hectares, como está definido pelo módulo da região. Eles querem ainda que o título de cada seringueiro seja intransferível para evitar a venda das "colocações" (local de extração individual do látex). Além disso, os seringueiros pedem ainda que sejam preservadas as florestas, "que é nossa única fonte de sustento".

"Se este Governo não luta pela Reforma Agrária, é porque não está interessado. E nós também sabemos que este Governo é um grande latifundiário em seu Estado de origem. Nós sabemos distribuir a terra de acordo com a necessidade de cada seringueiro, mas o que eles querem é deixar os latifundiários acabar com nossa terra. Mas nós vamos fazer a Reforma Agrária é na raça".

Esse é o trecho de um dos muitos discursos dos insatisfeitos seringueiros. Os marino Amâncio Rodrigues, que trabalha nos seringais de Rondônia denunciou ainda a presença de grileiros nos seringais, dizendo que 90% dos seringais nativos "não são propriedades e sim posses. Os que se dizem donos pagam o ITR (Imposto Territorial Rural) e depois vêm nos cobrar pelo uso da terra".

O RIO BRANCO

RIO BRANCO - AC, 16 DE OUTUBRO DE 1985.

SERINGUEIROS CONTRA DEVASTAÇÃO NO ACRE

BRASÍLIA (EBN) — A participação dos seringueiros na discussão de projetos de desenvolvimento para a Amazônia, a elaboração de um diagnóstico sobre o extrativismo e a desapropriação de seringueis localizados em latifúndios, para aplicação da reforma agrária de acordo com os critérios dos seringueiros, foram as propostas encaminhadas na mesa redonda sobre "Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia", no encontro nacional de seringueiros, que se realiza na Universidade de Brasília, até o dia 17 de outubro, e começou segunda-feira.

"Nós vimos a destruição de Rondônia e estamos vendo a devastação do Acre", afirmou o senador Mário Maia, durante os debates sobre o Planacre — Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado do Acre.

Ele defendeu a desapropriação de latifúndios de forma que cada seringueiro receba "três pernas de estradas" — cerca de 300 hectares,

com trezentas seringueiras, que é a média mínima de árvores que garante a sobrevivência de uma família. E, propôs, ainda, que o seringueiro receba incentivo para adensar o seringal. "Se ele receber as plantas, a área que tiver 450 seringueiras terá 4.500 daqui há 10 ou 15 anos", disse o senador.

Segundo o coordenador da mesa redonda, Francisco Mendes Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, o desmatamento indiscriminado e a expansão dos latifúndios, provocam a expulsão do homem do campo e o aumento de favelas nas cidades. A construção da BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, já está provocando, segundo Francisco, "correria dos latifundiários para comprar mais terras e projetos criminosos para desmatar ainda mais a floresta. Ele denunciou também que uma empresa em Xapuri, pretende desmatar 1.500 alqueires de floresta.

O ESTADO DE RONDÔNIA

PORTO VELHO, QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1985

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia

A Amazônia é conhecida pela singularidade de seu sistema ecológico, pelas restrições daí decorrente ao desenvolvimento de algumas atividades econômicas, pela riqueza de recursos minerais a serem explorados e pela diversidade de formas de vida social que historicamente ali se constituíram.

Pouco se conhece, no entanto, a respeito de um dos segmentos sociais que moram no interior da floresta e que dependem dela para sobreviver — os seringueiros. Eles são vistos como personagens do passado. Mas pertencem à Amazônia de hoje.

Vivendo em lugares distantes e isolados, sob condições de trabalho não regulamentadas, os seringueiros extraem o látex da mesma forma como faziam seus antepassados, cem anos atrás, ao migrarem do Nordeste. Desde então, desenvolveram um modo de viver adequado ao ecossistema da floresta, protegendo árvores, animais e plantas. Trazem consigo um conhecimento acumulado sobre a história da Amazônia e do Nordeste, pouco conhecido dos brasileiros.

Durante a Segunda Guerra, convocados a produzir borracha para os países aliados foram para a Amazônia como se estivessem indo para o campo de batalha. Denominados de Soldados da Borracha até hoje não tiveram seus direitos reconhecidos.

Seringueiros, Soldados da Borracha, cativos ou libertos, como se auto-denominam eles fazem parte de um Brasil submerso, desconhecido e ignorado.

Para revelá-lo, organizações sindicais tomaram a iniciativa de realizar um Encontro Nacional em Brasília. Pela primeira vez na história os seringueiros da Amazônia estarão reunidos para debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o extrativismo. Esse será, também, o momento de mostrar ao país a especificidade da vida que levam, suas condi-

ções de trabalho, suas reivindicações, e de resgatar uma identidade cultural que procura se afirmar através da pluralidade e diversidade da cultura brasileira.

A partir de uma iniciativa do Sindicato o Encontro é uma promoção da Federação dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre, dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, dos Seringueiros do Amazonas e das Associações de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia. O Inesc — Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, o Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e a Universidade de Brasília, apoiam a iniciativa.

O Encontro reúne 130 representantes do Acre, Amazonas e Rondônia no período de 11 a 17 de outubro corrente, no Auditório de Ciências e Tecnologia da Universidade de Brasília.

A abertura do encontro foi presidida pelo Ministro Aluizio Pimenta, da Cultura, e nele participam vários ministros de Estado, os presidentes da Câmara e do Senado os governadores do Distrito Federal, Amazonas, Acre e Rondônia, além de vários parlamentares.

Reforma agrária (política para a borracha, cultura, educação e saúde, desenvolvimento da Amazônia, direitos históricos dos Soldados da Borracha são alguns temas de batidos pelos seringueiros com representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Nestas discussões estarão presentes dentre outros, Roberto Santos (historiador) João Pacheco (Antropólogo — Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária), Antônio Macedo Bezerra (Economista — Superintendência do Desenvolvimento da Borracha — Sudheva), Benício Schmidt (Sociólogo — Universidade de Brasília), Mauro Gade de Campinas), Altamir Gonçalves Per Barboza de Almeida (Sociólogo — Universidade de Brasília), senador Jorge Kalume senador Mário Maia, deputado Artur Virgílio.

Seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia

Este o tema que está sendo discutido no Encontro Nacional de Seringueiros

BRASILIA (EBN) — A participação dos seringueiros na discussão de projetos de desenvolvimento para a Amazônia, a elaboração de um diagnóstico sobre o extrativismo e a desapropriação de seringueis localizados em latifúndios, para aplicação da Reforma Agrária de acordo com os critérios dos seringueiros, foram as propostas encaminhadas ontem na mesa redonda sobre "os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia", no encontro nacional de seringueiros, que estará se realizando na Universidade de Brasília, até o dia 17 de outubro.

"Nos vimos a destruição de Rondônia e estamos vendo a devastação do Acre", afirmou o senador Mário Mala, durante os debates sobre o Planacre — Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado do Acre.

Ele defendeu a desapropriação de latifúndios de forma que cada seringueiro receba "três pernas de estradas" — cerca de — 300 hectares, com trezentas seringueiras, que é a média mínima de árvores que garante a sobrevivência de uma família. E, propôs, ainda,

que o seringueiro receba incentivo para adensar o seringal. "Se ele receber as plantas, a área que tiver 450 seringueiras terá 4.500 daqui há 10 ou 15 anos", disse o senador.

Segundo o coordenador da mesa-redonda, Francisco Mendes Filho, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, Acre, o desmatamento indiscriminado e a expansão dos latifúndios provocam a expulsão do homem do campo e o aumento de favelas nas cidades. A construção da BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, já está provocando, segundo Francisco, "correria dos latifundários para comprar mais terras e projetos criminosos para desmatar ainda mais a floresta. Ele denunciou também que uma empresa em Xapuri, pretende desmatar 1.500 alqueires de floresta.

O coordenador do Plano de desenvolvimento Integrado do Acre, Planacre, Eduardo Thadeu Domingues, defendeu, ontem, na mesa redonda sobre "os seringueiros e o desenvolvimento da Ama-

zônia", no Encontro Nacional de Seringueiros, na Universidade de Brasília, a participação da categoria na discussão do plano de adoção urgente de "mecanismos que quebrem a cadeia de intermediários, tanto na venda da borracha quanto na compra de produtos de subsistência do seringueiro".

Embora o Estado não tenha um diagnóstico definitivo sobre a situação do seringueiro, os primeiros estudos, segundo Thadeu Domingues "mostram que a questão crucial se dá na comercialização da borracha e abastecimento do produtor, fica "amarrado ao antigo sistema do barracão" com prejuízos para o trabalho de exploração. Além de quebrar a cadeia de intermediários, é preciso desenvolver, no caso do Acre, agro-industriais, para beneficiar a borracha na própria região produtora, segundo Thadeu Domingues. Ele considera que a vocação do Estado é extrativista e agrícola. A borracha do Estado e sustenta uma população de quase 300 mil pessoas na Amazônia.

Fundação Nacional Pró-Memória
Setor Bancário Norte Quadra 02 Proj 14
Bloco F Ed. Central Brasília
CEP 70040

16.10.85

Chico Mendes critica desmatamento feito nas terras de Xapuri

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes, denunciou ontem durante o I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia a intenção dos grandes fazendeiros da região de promoverem grandes derrubadas e queimadas de terras a partir do próximo verão acreano. Disse Chico Mendes que a fazenda Bordon, por exemplo, pretende desmatar, só no município de Xapuri, mais de mil e 600 alqueires de mata a partir de julho do próximo ano. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri denunciou nacionalmente que já começa a haver no Acre uma grande especulação de terras a partir da pavimentação da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco. Segundo Chico Mendes, os fazendeiros sabem que o Estado agora vai ser ligado por asfalto ao resto do País e por isso começam a correr prá comprar todas as áreas disponíveis para implantarem novos pastos para o gado. O Presidente do Sindicato cobrou medidas urgentes do Governo Federal e estadual para pôr fim a estes "enormes desmatamentos", evitando-se mais uma grande e significativa exploração das matas acreanas, hoje repletas de mais de 25 mil famílias de seringueiros.

O RIO BRANCO

RIO BRANCO - AC, 19 DE OUTUBRO DE 1985.

Seringueiros acabam encontro em Brasília

BRASÍLIA (EBN) — Durante seis dias, os trabalhadores que participaram do Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, encerrado na Universidade de Brasília, discutiram com as autoridades federais a política de desenvolvimento para a região; a política da borracha; reforma agrária; os direitos dos "soldados da borracha"; cultura, educação e saúde nos seringais.

"Nós precisamos de 300 hectares, no mínimo, para a sobrevivência de uma família", afirma Jaime da Silva Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã, Amazonas. Apenas com a coleta do látex de 300 seringueiras, o trabalhador obtém a produção de

borracha suficiente para o sustento de uma família", disse Jaime Silva.

No documento final do encontro, os seringueiros pedem ainda a desapropriação e indenização dos seringais nativos; a participação dos próprios seringueiros na marcação das áreas que irão ocupar, com a reforma agrária; definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas exclusivas.

O documento foi entregue pelos seringueiros, quinta-feira, ao presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB Ulisses Guimarães, ao superintendente da Sudhevea — Superintendência da Borracha, Antônio Macedo Bezerra, e a dirigentes do Ministério da Reforma Agrária.

Para Mendes, encontro de seringueiros foi sucesso

"Um fato histórico, a realização de um velho sonho dos seringueiros, que excedeu as nossas expectativas e até mesmo dos políticos que participaram das reuniões". É o que declara o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes, em relação ao I Encontro Nacional de Seringueiros, que teve efeito entre os dias 11 a 17 de outubro no auditório da Faculdade de Tecnologia de Brasília.

Segundo Francisco Mendes ao contrário do que se esperava na Capital Federal, os seringueiros conseguiram, de maneira sábia, expor as principais questões referentes à exploração e manutenção dos seringais. Os próprios seringueiros é que deram rumo aos diálogos, disse o Presidente do Sindicato de Xapuri.

Os temas principais do Encontro foram: a questão da política da borracha, desenvolvimento da Amazônia, Planície, asfaltamento da BR-364, aposentadoria dos soldados da borracha, uma Reforma Agrária específicas nos seringais, uma política de saúde e educação voltada para os interesses da classe.

Francisco Mendes, que participou do Encontro a convite do Pró-Memória, Inesc, da Federação Nacional dos Trabalhadores e dos próprios seringueiros, assumiu a coordenação dos trabalhos no terceiro dia, garantindo um melhor encaminhamento das questões.

Neste mesmo dia foi formulada, pelos próprios, a criação

Foto: F&E



Francisco Mendes

de Conselho Nacional do Seringueiro, que mereceu aprovação e teve encaminhamento, recebendo imediato apoio ao Conselho Nacional da Borracha/Sudhevea.

A função deste conselho de seringueiros é de dar encaminhamento as questões junto a Sudhevea, no que se refere os preços da borracha, e reivindicações diversas, por exemplo reaparelhamento de mini-usinas e suas transformações efetivas em cooperativas, com direito a assistência técnica e manutenção financeira programados pelos conselhos da classe e estatal, junto a Sudhevea, Ministério da Agricultura, Interior, Saúde Educação e da Reforma Agrária.

MANAUS, DOMINGO, 20 DE OUTUBRO DE 1985

ENCONTRO DEFINE

Seringueiros defendem política da borracha

O desenvolvimento da Amazônia. Reforma Agrária, Política para a Borracha, Política de Abastecimento, Saúde, Educação e Cultura, Aposentadoria e Assistência para os soldados da borracha e seringueiros foram temas de discussão no 1º Encontro Nacional de Seringueiros realizado em Brasília de 11 a 17 deste mês, pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Pará.

A conclusão foi um documento aprovado em plenária, contendo alternativas para os problemas que atingem a classe seringueira da Amazônia e entregue ao deputado Ulysses Guimarães como representante do Novo Governo.

DOCUMENTO

Desenvolvimento da Amazônia

Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que repete os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça às grandes empresas que exploram e massacraram trabalhadores e destroem a natureza.

Exigimos a participação de todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoroeste, Asfaltamento BR-364 e outros), através de novos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.

Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras.

Reforma Agrária

Desapropriação dos seringais nativos. Não divisão de terras em lotes. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembleia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.

Política para a borracha

O seringal nativo deve ser preservado e não acabado. Deve ser assegurada a representação dos seringueiros no Conselho Nacional da Borracha e na SUDHEVEA. Reajuste semestral do preço da borracha. Que a minissina seja administrada cem por cento por seringueiros, com assistência técnica fornecida pela SUDHEVEA.

Política de Abastecimento

Que seja proibida a venda pela COBAL aos patrões que os seringueiros façam a fiscalização através de seus órgãos. Que as embarcações da COBAL comprem a borracha diretamente do produtor, encostando em lugares indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e obedecendo pontualmente ao roteiro de viagem, inclusive divulgando o mesmo pelo rádio. Que a COBAL atenda a todos os rios que não são atendidos.

Saúde

Que seja feita uma política de saúde preventiva e de assistência médico-odontológica de acordo com as necessidades dos seringueiros. Criados postos de saúde em todos os seringais em locais escolhidos pelas comunidades de seringueiros. Garantia de transporte, atendimento e internação hospitalar dos seringueiros e de suas famílias em casos de necessidade.

Todos os seringueiros têm direito ao estudo. Escolas de seringueiros em todos os lugares e para todas as idades, com qualquer número de alunos. As escolas devem ter garantido o material escolar e merenda. Calendário escolar que respeite as épocas de plantio e o regime de chuvas da região. É preciso preservar a cultura da região, devendo a escola informar também o seringueiro sobre a realidade do país.

Aposentadoria e Assistência para os soldados da borracha

Considerar como soldado da borracha todos os seringueiros que imigraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra, e que já estejam com 60 ou mais anos de idade. Os trabalhadores considerados nesta proposta terão direito a uma indenização correspondente a 20 salários mínimos.

23. 10. 85

Foto: Romerito Aquino



Seringueiros no encerramento do Encontro.

Quatro estados se reúnem e entoam Hino do Seringueiro

Os seringueiros do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará, fizeram pose especial para a Folha ao cantarem, todos juntos, o Hino do Seringueiro, com o qual abriam e fechavam os debates do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Composto por alguns seringueiros do Amazonas, este hino tem grande significado para a luta dos seringueiros da região por melhores condições de vida. Eis a letra do hino:

"Vamos dar valor ao seringueiro.

Vamos dar valor a esta Nação.

É com o trabalho deste povo que
se faz pneu de carro e pneu de avião.

Fizeram a sandalinha.

Fizeram o chinelão.

Inventaram a botina que a cobra não morde não.

Tanta coisa da borracha que eu não tenho explicação.

Encontrei pedaço dela em panela de pressão". (Página 2)

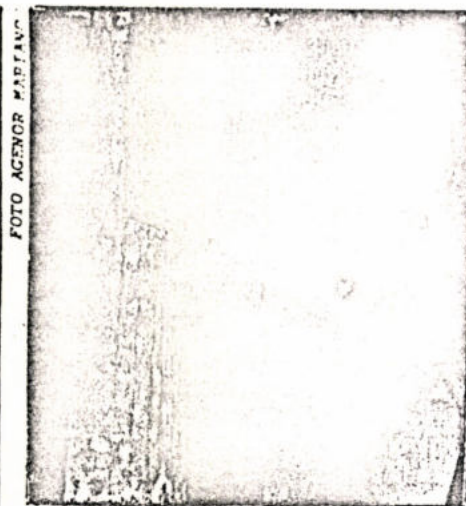
Seringueiros querem mais ação daqueles que no Congresso defendem nosso Estado

Cerca de 120 seringueiros de Rondônia, Amazonas, Acre e Pará realizaram o I Encontro Nacional dos Seringueiros, organizado com o fim específico de levantar todos os problemas vividos pelos seringueiros amazônicos, como: questões fundiárias, ecológicas e, principalmente, a defesa da selva amazônica. O encontro foi realizado em Brasília, de 11 a 17 de outubro, e no final foi apresentado um documento contemplando as principais deliberações tomadas.

Os seringueiros do Acre foram representados pela maior delegação presente ao encontro. Exceto o de Plácido de Castro, todos os outros sindicatos de trabalhadores rurais enviaram delegados. Alguns políticos acreanos, ou melhor, o senador Mário Maia, o deputado federal Aluísio Bezerra e o senador Jorge Kalume tentaram mostrar aos seringueiros que desenvolviam um trabalho sério em Brasília em defesa dessa sofrida classe, mas os seringueiros, cientes de que não estava sendo feito nada de extraordinário por estes políticos no Parlamento Nacional, responderam que não basta apoio moral da classe política, "os políticos têm que realmente legislar a nosso favor", disse Osmarino Amâncio, um dos participantes do encontro.

O documento elaborado pelos seringueiros no final do Encontro está embasado em 7 pontos fundamentais: desenvolvimento da Amazônia, reforma agrária, política para a borracha, política de abastecimento, saúde, educação e cultura, e aposentadoria e assistência para os ex e atuais seringueiros.

Não foi mostrado pelos seringueiros presentes ao encontro, nenhuma resistência explícita ao desenvolvimento tecnológico da Amazônia, desde que não venha afetar os meios de subsistência dos homens que aqui depositaram suas energias e hoje dependem da seringa e da castanha para sobreviver. Os seringueiros querem uma política de desenvolvimento que vá de acordo com seus principais interesses, com oportunidade de participação na elaboração e execução de projetos desen-



Seringueiros fazem reivindicações

volvimentistas preparados para a região amazônica.

Com relação à Reforma Agrária, os seringueiros se posicionaram pela desapropriação dos seringais nativos e pela demarcação das áreas dos seringueiros pelos próprios seringueiros, uma vez que só eles têm conhecimento da extensão das suas estradas de seringa. Não aceitam a divisão das terras em lotes, e exigem que as deliberações do 4.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais sejam integralmente respeitadas.

Para os seringueiros, é importante que todos os seringais nativos sejam preservados, que seja assegurado a participação dos seus representantes no Conselho Nacional da Borracha e da Sudhevea, que haja estipulação de reajuste trimestral no preço da borracha com ampla divulgação via Radiobrás, e a criação do conselho nacional dos seringueiros. Foi decidido ainda, que os seringueiros amazônicos devem lutar pelo retorno dos brasileiros que se encontram cortando seringa na Bolívia, assegurando a garantia de trabalho para estes brasileiros em sua pátria.

Nas questões relacionadas à política de abastecimento, saúde, educação e cultura, e assistência e aposentadoria para os seringueiros, as análises feitas apresentam severas críticas às formas adotadas até o momento, apontando uma série de

propostas a serem adotadas pelo governo federal, sendo que algumas estão ao seu inteiro alcance imediato: que o credenciamento para a Cobal seja feito pelos próprios seringueiros, através do seu sindicato; que seja expressamente proibida a venda de produtos da Cobal para marreteiros e seja imediatamente adotado o sistema de postos ambulantes da Cobal nos seringais. Os seringueiros são pela saúde preventiva, defendendo o atendimento médico-odontológico para todos, com os postos de saúde abertos e abastecidos de medicamentos, particularmente os indispensáveis: soro anti-oftálmico e outros.

"Todos os seringueiros têm direito à educação". Esta foi a defesa feita por dezenas de delegados, quando o encontro passou a discutir a questão da educação e o acesso dos seringueiros à escola. Defendem que os professores das escolas sejam membros das comunidades eleitos pelas próprias comunidades, e que sejam possibilitados encontros amplos de todas as áreas, visando o aperfeiçoamento do pessoal que assumir as monitorias.

O último ponto do documento entregue à vários ministérios e ao vice-presidente da República, deputado Ulisses Guimarães, preocupa-se com a questão da assistência e a aposentadoria dos ex-soldados da borracha. Todos os seringueiros que tiverem comprovantes de patrões que trabalharam durante o período do esforço de guerra, assim como os que apresentarem comprovantes da CAETA, SENTA e outros, devem ser imediatamente aposentados; que seja estabelecida uma pensão aos soldados da borracha de, no mínimo, 3 salários mínimos; que os seringueiros recebam aposentadoria depois dos 45 anos de idade, assim como os inválidos, viúvas e os seringueiros que atuam fora do Brasil.

Todos os participantes do encontro saíram satisfeitos com a semana de debates, e a esperança é que outros passos nesse sentido sejam efetuados brevemente pelos ministérios competentes do governo federal.

Reforma agrária

Fora do barco

O primeiro desdobramento concreto do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, aparentemente, fugiu um pouco à tradição brasileira. Em vez de se fechar mais um órgão que resolveu desencadear o processo, o próprio presidente do Inca tomou a iniciativa de sair de cena. Na sexta-feira, 18, José Gomes da Silva entregou sua carta de demissão, autoimolando-se em nome de manter a fidelidade à proposta original, que considerou desfigurada no texto final divulgado. Com ele, demitiu-se também o procurador-geral do Inca, Luiz Edson Fachin, e toda sua assessoria. Os outros diretores, por recomendação de José Gomes, evitaram a demissão coletiva e estão fazendo um "teste da prática" com o plano de reforma agrária: pretendem observar, nos próximos três meses, como se desenrola o processo de elaboração e aprovação dos planos regionais, avaliando a possibilidade de fazer alguma coisa de útil com os "salvados do incêndio", ou seja, com o que sobrou da proposta original de reforma agrária do Inca/Mirad.

José Gomes saiu e contou por quê. Ele considera que o plano aprovado está aquém do próprio Estatuto da Terra, do qual foi um dos elaboradores. Entendendo que houve um recuo de pelo menos 20 anos no processo, sua saída pretende marcar a posição técnica e política que defende - e defendeu durante esses anos todos, inclusive na Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

Já na época de finalização do plano, quando a proposta foi encaminhada para avaliação do presidente Sarney, Gomes e sua equipe vararam noites questionando a viabilidade de continuar lutando pela proposta. Na véspera de sua aprovação, quando, com concessões de parte a parte, um acordo parecia ter sido alcançado, o ministro Nelson Ribeiro foi chamado a Palácio para últimas correções. Lá, reunido com Sarney, Célio Borja e um jurista de São Paulo, recebeu propostas "absurdas", como a inclusão de adendos afirmando que, "a desapropriação não é essencial" e que "a



Gomes: sair para não compactuar

reforma agrária é um capítulo da política agrícola". Isso atendia inclusive ao entendimento manifestado pelo Conselho de Segurança Nacional. Nesse dia, após a reunião no Palácio, houve articulações com o PMDB, envolvendo o presidente do partido, Ulysses Guimarães, que procurou Sarney no sentido de evitar o que seria considerado um acinte pelos defensores da reforma agrária. "Barbaridades desse tipo", informam fontes do Inca, "puderam ser evitadas, mas, de qualquer forma, as portas foram fechadas." O plano saiu capenga, e o decreto que o regulamenta preservou os latifúndios da desapropriação, estimulando os arrendamentos e parcerias. José Gomes entendeu que, desse jeito, não é possível cumprir as metas propostas, e começou a discutir sua saída.

Na terça-feira, 15, comunicou a intenção aos seus assessores e diretores, e, à noite, sua decisão já era irreversível. No dia seguinte, o ministro Nelson Ribeiro foi comunicado, pela manhã, e à tarde informou o presidente Sarney. Nessa mesma quarta-feira, o governador de São Paulo, Franco Montoro, também foi comunicado, pelo próprio José Gomes, com quem voltou a se reunir na quinta-feira, 17. Foram avisadas, também, lideranças da Contag e da CNBB. Reuniões internas multiplicaram-se no Inca, avaliando a conveniência da demissão coletiva. José Gomes a desaconselhou, e alegou suas condições pessoais para não tentar, particularmente, o "teste da prática".

O presidente Sarney aceitou a demissão de José Gomes com total tranqüilidade, já pensando no nome de seu sucessor, o que não é de se estranhar, uma vez que não o considerava especialmente habili-

do, desde a divulgação da primeira proposta. Além disso, desde antes da posse do titular do Inca, recebia pressões para substituí-lo. O mesmo não aconteceu no Inca. Os funcionários, generalizadamente, lamentaram e revoltaram-se contra a saída de seu presidente. Reunidos, chegaram a planejar uma manifestação maciça de apoio a José Gomes em frente à sua residência, e só desistiram por recomendação da esposa dele, que pediu que evitassem as emoções fortes. Decidiram, então, correr um livro de assinaturas e frases de despedida. Nas assessorias, o clima era de profunda revolta, com questionamentos amargos sobre o que teria de fato mudado com a Nova República. Levantou-se, inclusive, a descrença de efetivar uma reforma agrária no Brasil sem o engajamento das Forças Armadas e o fortalecimento dos partidos políticos.

Na Contag, igualmente, a saída de José Gomes, considerado homem-símbolo da reforma agrária, causou tristeza e preocupação. Teme-se que o novo presidente não esteja suficientemente comprometido com a causa. Haverá novas demissões no Inca se isso ocorrer. O ministro Nelson Ribeiro, por sua vez, ficou novamente em incômoda posição. Igualmente decepcionado com a versão final da reforma agrária, e já ocupado em articular uma sucessão que não inviabilize de vez sua execução, frisou a única real conquista obtida: o plano define um espaço político. Ou seja, melhor um plano ruim do que nenhum plano. E isso mesmo disse José Gomes, após a divulgação do documento, contra o qual agora firmou posição.

Assegurar esse espaço político foi também a preocupação do vice-líder do PMDB, deputado Arthur Virgílio Neto, ao falar no primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que qualificou o plano de "uma frustração" e "um engano" e fez reivindicações específicas. Para mais de 100 seringueiros reunidos semana passada, em Brasília, os recuos do plano são uma clara demonstração da necessidade de mobilização da classe trabalhadora. Também o ministro Nelson Ribeiro atribui a organização dos trabalhadores um papel fundamental para a realização da reforma agrária, e, nesse sentido, procurava um nome realmente comprometido com a questão para suceder José Gomes. Um dos nomes mais cotados, sexta-feira, era o do paulista Luiz Carlos Guedes.

FOLHA DO ACRE

23. 10. 85

120 mil seringueiras foram devastadas, denuncia Mendes

Francisco Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, denunciou em Brasília, durante o I Encontro Nacional de Seringueiros, a devastação de 120 mil seringueiras. Essa revelação na capital do País repercutiu sonoramente nos meios ecologistas, principalmente na imprensa paulista, onde se concentra o maior parque industrial do País.

Esse aniquilamento da economia extrativista do Estado, nestes últimos anos, arremessou das matas xapurien- ses mais de 300 famílias de seringueiros para a periferia de Rio Branco. Esse cinturão de miséria foi se formando aos longos destes anos, com a entrada do capitalismo selvagens, que esmagou com as patas do boi os heróicos homens da borracha. (Página 2).

Foto: Banco de Dados

Foto: Fé



Chico Mendes fez a denúncia em Brasília

TU E EU

I

Seringueira, Seringueira
Abençoada por Deus
Apesar de não ter seios
Tanto leite já me deu
E eu ingrato que sou
Vou cortando o lado seu

II

Companheira Seringueira
Deixa eu te acariciar
Desde criança sonhava
Contigo me encontrar
Tu na floresta Amazônica
E eu lá no Ceará

III

Mais um dia aconteceu
E agora aqui estou
Olhando em teus lindos ramos
O ninho do beija-flor
És uma mãe caprichosa
Que a natureza criou

IV

Agora eu já te conheço
E vivo a te explorar
Em troca de todo o bem
Que fazes para me ajudar
Dando teu precioso leite
Eu fico a te maltratar

V

Perdoa mãe generosa
Tão grande ingratidão
Se faço isso contigo
Não é com satisfação
Pois é com as nossas vidas
Que enricamos o Patrão

VI

Tu te chamas Seringueira
E eu seringueiro sou
A dor que nós dois sentimos
Por causa de exploradores
Está nos unindo mais
Pois somos dois sofredores

VII

Tu vês o meu sofrimento
Como é o meu trabalho
Passo a noite na floresta
E é só contigo que falo
Seringueira se eu pudesse
Ser forte como os teus galhos

VIII

Tu sabes ó Seringueira!
Sou amigo verdadeiro
Tu não recebes carinho
Eu não conheço dinheiro
Os ricos se lembram de ti
Mas se esquecem do seringueiro

IX

Mais um dia minha amiga
A coisa vai melhorar
Serei o dono da terra
E vou poder te zelar
Aí sim, serei feliz
Quando vier te encontrar

X

Nós somos da mesma terra
Onde canta o sabiá
Onde a Reforma Agrária
Dizem que já vai chegar
Pra dar terra ao Seringueiro
Pra morar e trabalhar

XI

Quando isso acontecer
E a terra já for nossa
Vou te fazer um poema
O! Seringueira bondosa
Seringueira mãe leiteira
Seringueira mãe generosa

XII

Se eu fosse um poeta
De muita inspiração
Ia escrever um poema
Com muita satisfação
E entregar pessoalmente
Ao Presidente da Nação

XIII

O poema falaria
De uma grande união
Do seringueiro e a pátria
Do caboclo e o patrão
Da falta de assistência
Dada pelo Presidente
Pra vergonha da Nação

PAI NOSSO DO SERINGUEIRO

Seringueira que estais na selva
Multiplicado seja os vossos dias
Venha a nós o vosso leite
Seja feita a nossa borracha
Assim na prensa como na caixa
Para o sustento de nossas famílias
Nos dai hoje e todos os dias
Perdoai nossa ingratidão
Assim como nós perdoamos
As maldades do Patrão
Ajudai a nos libertar
Das garras do regatão
Amém...

J.S.ARAÚJO

História dos Seringueiros da Amazô
nia e dos Soldados da Borracha

Jaime S. Araújo

I

Meus amigos de Brasília
do planalto brasileiro
eu vou contar pra vocês
um caso bem verdadeiro
vocês vão vicar sabendo
como vive o seringueiro

II

No Brasil, o seringueiro
é o caboclo amazonense
o índio e o paraense
acreano e rondoniense
paraibano e baiano
e o arigó cearense

III

Eles vivem na floresta
não tem comunicação
não sabem o que quer dizer
uma civilização
só conhecem o comboieiro
os capangas e o patrão

IV

Por isso que dessa gente
não se houve nem falar
eles moram lá na selva
só aprenderam a trabalhar
são escravos de um homem
que apareceu por lá

V

Essa gente lá na selva
trabalha o ano inteiro
sai ano e entra ano
e não recebem dinheiro
se quer saber quem são eles
são os pobres seringueiros

VI

Lá apareceu um homem
com um ar de cidadão
disse ser dono da terra
construiu um barracão
avisou pra todo mundo
agora sou o patrão

VII

A borracha que fizerem
vocês vão trazer pra cá
e se me faltar um quilo
caboclo vai apanhar
aqui quem manda sou eu
todos tem que trabalhar

VIII

A partir daquele dia
começou a escravidão
não houve mais liberdade
todos devem pro patrão
entregam tudo que faz
e recebe uma ração

IX

Não podem ir à cidade
pois não tem o que vestir
ainda apanha dos capangas
se começar a exigir
vivem tão amedrontados
que não podem nem fugir

X

Se alguém tenta fugir
é logo capturado
os capangas do patrão
traz o pobre arrastado
amarram em uma árvore
e tira o couro do coitado

XI

O seringueiro trabalha
dia e noite sem parar
no fim do mês o patrão
manda o comboio buscar
leva toda produção
sem o preço perguntar

XII

Só no fim de cada ano
é que o pobre seringueiro
pode ir ao barracão
conversar com os companheiros
lamentar a desventura
do trabalho sem dinheiro

XIII

O filho do seringueiro
magro como um palito
sua mulher nem se fala
tá chupada de mosquito
colando bem o ouvido
dá pra ouvir o grito

XIV

O seu nome é chamado
é a hora da razão
venha ver a sua conta
lhe avisa o patrão
vai ficar devendo tanto
mais uma decepção

XV

Eu moro naquela mata
não sei quando o tempo passa
assim dizia o seu Pedro
um soldado da borracha
conversando com o Chico
companheiro de desgraça

XVI

Naquela hora se ouviu
o grito de um sujeito
tinha acabado de ser
dispensado sem direito
reclamou de sua conta
levou um tiro no peito

XVII

Dos seringais da Amazônia
eu agora vou falar
vocês vão ficar sabendo
o que se passou por lá
como foi que os patrões
conseguiram enricar

XVIII

Foi no ano trinta e nove
quando a guerra começou
que um decreto do governo
lá no norte chegou
os que não foram pra Itália
pro seringal se alistou

XIX

Foi aquele corre corre
para o povo embarcar
ser soldado da borracha
era na certa enricar
uns deixaram até fazenda
pra pagar quando voltar

XX

Mais que coisa vergonhosa
para o povo brasileiro
eram os escravos brancos
dentro dos barcos cargueiros
lá no fundo dos porões
começou o cativoiro

XXI

No ano quarenta e dois
meu tio foi se alistar
e a vinte e seis de junho
foi a viagem fatal
deixou o seu Ceará
com destino ao seringal

XXII

No dia trinta de junho
atracaram no Pará
ele chamou um marujo
e pediu para soltar
o marujo respondeu
ninguém veio lhe comprar

XXIII

Ele olhou a minha tia
ela estava soluçando
ele lhe disse Maria
eu já estou desconfiando
que a coisa é diferente
eles estão me enganando

XXIV

Quando foi no outro dia
logo cedo de manhã
se apresentou seu Fugencio
lá do Rio Abunã
eu quero oitenta homens
é ordem de tapanã

XXV

Meu tio foi escolhido
pra com ele trabalhar
minha tia coitada
tratou de desembarcar
mas foi pra outro porão
porque iam viajar

XXVI

Passaram-se trinta dias
nesta viagem sem glória
sofrendo mil privações
no porão de uma gaiola
ja chegaram lá doentes
sem um tostão na sacola

XXVII

Sofreu muitos desenganos
sem parar de trabalhar
doente e passando fome
resolveu se arriscar
ir falar com o patrão
e pedir pra voltar

XXVIII

Chegando no barracão
resolveu logo entrar
viu seu Fugencio Batista
numa rede a se embalar
disse a ele boa tarde
e tratou de se sentar

XXIX

Seu Fugencio disse a ele
seu Raimundo venha cá
ainda é quinta feira
você não foi trabalhar
só leva mercadoria
se a borracha chegar

XXX

Seu Fugencio estou aqui
mas não é pra comprar
eu me cancei da seringa
vou voltar pro Ceará
me sinto muito doente
e quero ir me tratar

XXXI

O patrão disse tá bem
pois já terminou a guerra
eu vou pagar o seu saldo
você vai pra sua terra
porém ele não sabia
que lutava com uma fera

XXXII

Ele saiu satisfeito
e ao chegar no tapirí
disse pra sua esposa
vamos embora daqui
vou receber vinte contos
amanhã vamos partir

XXXIII

Cheguei lá feito bonito
comigo não tem lambança
deixe tudo que nós temos
apronte só a criança
aqui deste seringal
levo um filho de lembrança

XXXIV

Partiram de madrugada
com destino ao barracão
quando o dia amanheceu
ele falou com o patrão
recebeu o seu dinheiro
e deu-lhe um aperto de mão

XXXV

E saíram rio abaixo
felizes como a aurora
porém o seu desenlace
estava chegando a hora
pois o tiro de um rifle
jogou seus miolos fora

XXXVI

Uma vida de trabalho
se acabou naquele dia
ele morreu abraçado
a sua esposa Maria
seu filho ficou sem pai
a partir daquele dia

XXXVII

Seu Fugencio quando soube
cuidou de seus funerais
prometeu fazer justiça
destes atos tão brutais
o dinheiro se sumiu
ele não viajou mais

XXXVIII

Era assim que acontecia
com o caboclo brasileiro
com o soldado da borracha
que se tornou seringueiro
alguns foram sepultados
outros os urubús comeram

XXXIX

De uns tempos para cá
a coisa modificou
o patrão mudou o jogo
o capanga se mudou
porém a situação
ainda não melhorou

XL

O pobre do seringueiro
pega a sua produção
bota em sua canõa
e leva pro barracão
recebe quatro embrulhinhos
dinheiro, nem um tostão

XLI

É assim que aconteceu
nos rios da Amazônia
o seringueiro, coitado
parece um cão sem dono
porque as autoridades
lhe deixou no abandono

XLII

Este povo valoroso
mora nas margens dos rios
e tem para seu conforto
a mutuca e o frio
a fome e o capapanã
a onça e seu desafio

XLIII

O burrachudo, o morcêgo
o pium e o degrêdo
mesmo com este conforto
ele se lavanta cedo
as duas da madrugada
entra no mato sem medo

XLIV

Agora vejam amigos
como vive o seu irmão
sem dinheiro e sem comida
explorado do patrão
agora pra completar
lhe aparece o regatão

XLV

O regatão é um barco
de um homem sem coração
que viaja pelos rios
com a sua exploração
tocando de porto em porto
com seu ar de ambição

XLVI

Chama pelo seringueiro
pergunta o que ele quer
diz que têm cachaça boa
sabão farinha e café
sapatinhos pra criança
poronga sal e boné

XLVII

O seringueiro assustado
olha na cara do moço
cheio de necessidade
pra falar em um esforço
é mais um laço de corda
pra entrar no seu pescoço

XLVIII

Pois é assim meus amigos
a vida do seringueiro
tomam tudo que ele faz
mas não lhe entregam dinheiro
o que pode possuir
este pobre brasileiro

XLIX

Você que é educado
sabe lêr e escrever
coloque-se no lugar dele
veja o que pode fazer
pois todos nós seringueiros
esperamos por você

L

Agora peço desculpas
pelo meu modo grosseiro
sou um poeta do mato
sou amigo e companheiro
sou arigó nordestino
sou caboclo seringueiro...

PANELA DE PRESSÃO

Música do Seringueiro

Vamos dar valor ao seringueiro

Vamos dar valor esta nação

bis | Pois é com o trabalho desse povo
que faz pneu de carro e pneu de avião

Fizeram sandalha, fizeram chinela

inventaram umas botinas que a cobra não morde não,

bis | Tanta coisa da borracha que não sei explicar não,
Encontrei pedaço dela em panela de pressão.

MÚSICA DO SERINGUEIRO

de: Saraiva

1. Seringueiros da Amazônia,
do Acre ao Maranhão,
homem que enfrenta as feras,
que tem nesta região.
enfrenta a onça e a cobra,
enfrenta a solidão,
depois de enfrentar tudo isso,
ainda enfrenta o seu patrão.
2. Seringueiro é um herói
que tem nesta região
trabalha dia e noite
pra fazer a produção
mas ninguém lhe reconhece
só conhecem é o patrão

Este soldado da selva
3. já participou da escravidão
ai veio a liberdade
e lhe deu libertação
pois hoje o seringueiro é dono
da sua produção.
4. Quando ele chega na cidade
ninguém lhe dá atenção
se não fosse o seringueiro
não corria caninhão
que é nos seus pneus
que tá sua produção
5. Quando ele entra na mata
leva um balde e um facão
para proteção dos seus pé
uma bota de borracha.
foi através deste homem
que o Acre pegou o nome
de produtor de borracha.
6. Agradeço o seringueiro,
homem humilde e hospitaleiro,
por ser ele o produtor,
do elástico brasileiro.

Machado

O risco que corre o pau
corre o machado
não há o que temer
aquele que manda matar
também deve morrer

Nós estamos em guerra
lado de lá já declarou
pois contratou pistoleiro
pra matar o lavrador

Nós já temos o machado
falta só botar a cunha
e fazer a moda gato
dar o golpe e esconder a unha

Esta é a nossa proposta
pois a gente quer ganhar
se matarem 1 daqui
dois de lá vamos matar



WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

Palais Wilson
52, rue des Pâquis
CH-1201 Geneva
Switzerland
Tel.(022) 32 71 17
Telex 27910 ch

INFORMAÇÃO

A COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO é um organismo novo e autônomo, criado com o propósito de examinar os problemas críticos sobre meio ambiente e desenvolvimento e propor à comunidade internacional melhores meios e vias para resolvê-los.

A Presidente da Comissão é a Sra. Gro Harlem Brundtland, Líder da Oposição, ex-Primeiro Ministro e ex-ministro do Meio Ambiente da Noruega. O Vice-Presidente é o Dr. Mansour Khalid, ex-Ministro das Relações Exteriores do Sudão.

Os Membros da Comissão, todos personalidades políticas preeminentes e líderes no campo do meio ambiente e desenvolvimento, foram selecionados pela Presidente e pelo Vice-Presidente e exercerão suas funções a título pessoal.

As seguintes personalidades foram nomeadas até o presente momento:

Sra. Susanna Agnelli, Itália; Dr. Saleh Al-Athel, Arábia Saudita; Sra. Margarita Marina de Botero, Colômbia; Sra. Gro Harlem Brundtland, Noruega; Dr. Pablo Gonzalez Casanova, México; S.E. Sr. Bernard Chidzero, Zimbábue; Sr. Lamine Mohammed Fadika, Costa do Marfim; Dr. Volker Hauff, República Federal da Alemanha; Dr. Mansour Khalid, Sudão; Prof. Istvan Lang, Hungria; Sr. Paulo Nogueira Neto, Brasil; S.E. Sr. Saburo Okita, Japão; Sr. Shridath S. Ramphal, Guyana; Sr. William D. Ruckelshaus, Estados Unidos da América do Norte; Sr. Mohammed Sahnoun, Argélia; S.E. Sr. Emil Salim, Indonésia; S.E. Dr. Bukar Shaib, Nigéria; Dr. Ma Shijun, China; S.E. Juiz Nagendra Singh, Índia; Sr. Vladimir E. Sokolov, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; Sr. Janez Stanovnik, Jugoslávia; Sr. Maurice Strong, Canadá.

A Secretaria é dirigida pelo Sr. Jim MacNeill, responsável perante a Presidente da Comissão e membro desta última ex-officio.

Os fundos da Comissão provêm das contribuições voluntárias e doações de governos, instituições e outros organismos interessados. Sua contabilidade está sujeita a auditoria externa.

O estabelecimento da Comissão ocorreu num momento em que as pressões exercidas sobre a base ambiental e ecológica devido ao desenvolvimento global, registravam um crescimento sem precedentes. As medidas tomadas e aplicadas, resultantes das grandes conferências realizadas na década de 70, demonstraram serem inadequadas. A maioria dos países em desenvolvimento tem visto deteriorar seu meio ambiente de forma constante e crescente, cedendo às pressões históricas já exercidas sobre os recursos naturais. Muitos dos países recentemente industrializados vem experimentando uma deterioração maciça de seu meio ambiente e com isso surgem problemas relativos à industrialização repentina e à explosão urbana, agregando-se àqueles associados ao subdesenvolvimento e à pobreza. Enquanto na última década alguns países industrializados realizaram progressos significativos para melhorar a qualidade do meio ambiente, sua batalha contra a contaminação de origem convencional está longe de ser ganha e, em muitas regiões, a deterioração dos recursos naturais se acelerou. Ao mesmo tempo, surge uma nova geração de temas ambientais e de desenvolvimento cada vez mais complexos que concernem tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos.

O estabelecimento da Comissão reflete a convicção de que é possível um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro porque seu estabelecimento repousa em políticas e ações sustentáveis, ecológica e economicamente.

A Comissão está convencida de que isto é viável somente mediante mudanças profundas nas políticas atuais, na natureza da cooperação entre governos, negócios, a ciência e as pessoas entre si; nas formas de cooperação internacional e, sobretudo, no nível de compreensão e de compromisso por parte dos povos, das organizações e dos governos.

Muitas personalidades têm reconsiderado o quadro do meio ambiente e desenvolvimento e têm examinado políticas e formas de cooperação que prometem ser mais frutíferas que as existentes. A Comissão solicitará seu apoio e facilitará sua participação aonde quer que seja - nas Nações Unidas e em seus organismos especializados, nos governos, nos círculos científicos, nos bancos de desenvolvimento e nas instituições, nas organizações não-governamentais, no mundo dos negócios, dentro dos meios de informação ou em outros círculos pertinentes.

Desse modo, alguns dos melhores pensadores do mundo serão convidados pela Comissão para assistir na realização de suas tarefas principais, ou seja, no reexame dos temas críticos do meio ambiente e desenvolvimento e na formulação de novas propostas concretas de ação para fazer-lhes frente; na avaliação e proposição de novas formas de cooperação internacional que possam surgir dos modelos existentes e que possam alentar a mudança requerida; no aumento do nível de compreensão e de compromisso de todas as partes.

A Comissão realizará seus trabalhos da maneira mais aberta e pública possível.

Suas reuniões terão lugar em diferentes partes do mundo, com o objetivo de encontrar um bom equilíbrio regional. Pedirá aos meios de comunicação mundiais tanto a propagação das contribuições recebidas como do próprio trabalho da Comissão; de suscitar e acumular novas idéias onde seja recomendável, assim como sondar a opinião pública.

Durante a realização de seus trabalhos, a Comissão prestará especial atenção à resolução 38/161 da Assembléia Geral das Nações Unidas que acolheu com beneplácito o estabelecimento da Comissão, fez uma série de sugestões para seus trabalhos e procurou elementos para seu informe que será apresentado perante a Assembléia Geral de 1987.

Toda correspondência deverá ser enviada para o endereço acima indicado.

Comissão da ONU visita propriedades do secretário do Meio Ambiente

Do enviado especial a Cosmópolis

Em seu segundo dia de visitas ao Brasil, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) foi levada a Cosmópolis (a 150 quilômetros de São Paulo), onde conheceu a Usina Ester, produtora de álcool e açúcar e pertencente à família do secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Paulo Nogueira Neto.

À tarde os integrantes da comissão visitaram a Fazenda São Quirino, também de propriedade do secretário. Eles participam a partir de amanhã da 4ª reunião da comissão,

que tem como objetivo discutir e propor sugestões para a resolução dos problemas do meio ambiente, a serem apresentadas na Assembleia-Geral da ONU em 87.

Paulo Nogueira Neto expôs aos integrantes da comissão o processo de transformação da cana-de-açúcar em álcool em sua usina, que, segundo o secretário, não ameaça o meio ambiente, pois são tomadas todas as precauções. "Se eu, como secretário do Meio Ambiente, provocar o mínimo de poluição, a imprensa cairia em cima de mim."

A inclusão das propriedades do secretário no roteiro de visitas da comissão pretendeu, segundo o secre-

tário executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), José Pedro de Oliveira Costa, ser ao mesmo tempo prática para os anfitriões e interessante para os estrangeiros. "Aqui, sabíamos que eles teriam toda a assistência, com folhetos e audiovisual." A comissão foi levada, depois da sessão de slides, a conhecer toda a fábrica e a área de plantação de cana, onde trabalham cerca de 2.700 pessoas.

"É sempre uma experiência interessante ver pessoalmente aquilo que conhecemos através de documentos e livros", afirmou a presidenta da Comissão Mundial de Meio Ambiente, a norueguesa Gro Harlem Brundtland, 46. "Mas espero ouvir outras opiniões sobre o problema da produção de energia no Brasil quando participar das audiências públicas amanhã."

Já o soviético Vladimir Sokolov, 57, professor de Zoologia na Universidade de Moscou, não entendeu mas se interessou pela produção de álcool. "Pelo menos fui informado de que não se produz poluição aqui."

Na sexta-feira, seis membros da comissão — composta por quinze integrantes, entre os quais o secretário Paulo Nogueira Neto — foram até a cidade de Cubatão, na Baixada Santista.

Eles visitaram rapidamente o bairro de Vila Parisi, onde há maior concentração de poluentes na cidade, após almoçarem na empresa de fertilizantes Ultrafertil. Depois fizeram um passeio pela rodovia Piaçaguera-Guarujá, visitando o Vale do Quilombo, área florestal ainda preservada dos efeitos da poluição na região.

A comissão inicia os debates de sua 4ª reunião — além do encontro que se realizará no Brasil está programada uma próxima reunião na Índia — a partir das 9h de amanhã no auditório da Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico (Cetesb) na avenida Professor Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, zona Oeste de São Paulo. Até o momento, o governo estadual gastou cerca de Cr\$ 400 milhões com a hospedagem e alimentação de cinquenta pessoas, entre membros da comissão e assessores.

Hoje alguns membros da comissão assistirão a um debate entre jornalistas de vários países que discutirão temas ligados ao meio ambiente. O início dos trabalhos está marcado para as 9h30, no auditório da Cetesb.

Ambiente: protestos, desabafos, choro.

O mundo já compreendeu que a defesa do meio ambiente não é um luxo e nem deve ser adiada para mais tarde, e cada vez mais pessoas aceitam o fato de que uma política de desenvolvimento sensata e uma política de meio ambiente sensata são a mesma coisa, tanto no que tange ao meios quanto aos fins. Palavras da presidente da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a norueguesa Gro Harlem Brundtland, ao abrir ontem cedo as audiências públicas da ONU em São Paulo.

Audiências que converteram a tribuna do auditório da Cetesb em cenário para quase meia centena de cientistas, ambientalistas, seringueiros, favelados, índios, técnicos e donas-de-casa formularem centenas de denúncias, protestos, pedidos ou simples desabafos sobre a situação do meio ambiente e da qualidade de vida das populações estabelecidas não apenas no Brasil como em toda América Latina.

Os visitantes ficaram perplexos: jamais haviam presenciado um espetáculo semelhante. "tanta gente querendo falar ao mesmo tempo para se queixarem do que fizeram ao seu mundo", confidenciou a líder norueguesa, que em alguns momentos não conseguiu conter as lágrimas, diante do depoimento como o de Jaime da Silva Araújo, representante dos seringueiros de toda região Norte; em outros, ficou apreensiva: as denúncias e protestos não pouparam se-

quer a própria Comissão, muito menos governadores e ministros brasileiros, instituições como o Banco Mundial e o FMI.

Quando o secretário do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, por exemplo, anunciou que a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca já lhe repassou este ano a quantia de dois mil dólares para proteger os rios do Pantanal Matogrossense, foi impossível abafar as risadas. "Afinal, o retrato tragicômico de um país que finge autopreservar-se chega a ser dolorosamente engraçado", confidenciou um dos integrantes da Comissão Brundtland, como é mais conhecido esse organismo que tem US\$ 8 milhões e dois anos de prazo para redigir um relatório à assembleia geral das Nações Unidas sobre o estado da ecologia no planeta.

E propor recomendações que podem englobar desde a sugestão de que as agências financeiras da ONU — que liberaram recursos maciços a governantes ditatoriais, gastos em obras desnecessárias e feitas à revelia da população — amortizem do pagamento da dívida externa o dinheiro aplicado e necessário à restauração do equilíbrio ambiental (formulada pela presidente da Ação Democrática Feminina Gaúcha, Magda Renner, e mais tarde parcialmente encampada pelo iugoslavo Janez Stanovnik — o que mais falou, à exceção da presidente, entre os 23 membros da Comissão) — é o investi-

Foi ontem, na primeira audiência pública no Brasil da comissão ambiental da ONU.



Gro Brundtland, da ONU.

mento de US\$ 8 milhões para salvar as florestas tropicais.

"Pelo mínimo de provas de que dispomos, o tamanho da floresta tropical da Amazônia poderá estar reduzido à metade no ano 2000", já havia deixado claro a doutora Brundtland formada em Medicina aos 24 anos, em 1963, pela Universidade de Oslo e especialista em saúde pública por Harvard), francamente preocupada: a população brasileira, hoje de 137 milhões de habitantes, deverá atingir 281 milhões antes de estabilizar-se. No primeiro dia do século XXI, São Paulo poderá amanhecer com 26 milhões de habitantes. E o Rio com 19 milhões. Se desde agora estão rodeadas por cortiços e favelas, o que acontecerá se continuarem a crescer? De onde virá o abastecimento de água potável, a habitação para os mais carentes, o transpor-

29.10.85



Ontem, a 1ª audiência na Cetesb.

Fotos: Arnaldo Fiaschi.

te, a escola e os serviços de saúde?

— Essas não são questões "ambientais" no sentido mais restrito. Em qualquer sociedade grande, moderna e democrática, essas são questões políticas: do gerenciamento dos recursos, da equidade social e da distribuição dos frutos do investimento no desenvolvimento industrial e agrícola — acredita a senhora Brundtland, que se dita a pergunta: qual é a responsabilidade da comunidade mundial no pagamento das contas dos custos da ação ambiental, "não apenas no sentido dos custos de conservação, mas no sentido bem mais amplo de relações internacionais em bases justas e igualitárias (...) Para uma total compreensão da ameaça às florestas tropicais ou dos problemas urbanos do Terceiro Mundo, não podemos ignorar as relações econômicas internacionais. As florestas estão sendo derrubadas, por exemplo, para se obter a renda de exportação da madeira tropical e assim poder servir a dívida externa".

— E quando o preço das principais mercadorias de exportação caem no mercado mundial — analisa — existe uma pressão para que mais terra seja dedicada às culturas comerciais, reduzindo a cobertura florestal, a produção de alimentos e a segurança de se ter ali-

mentos. Não há dúvidas de que as relações econômicas internacionais trabalham em favor dos países ricos e às custas dos países pobres. Pior ainda, o sistema monetário internacional assegura que o ônus do "ajuste", para manter a avaliação dos créditos internacionais, cairá sobre os pobres.

E golpeiam, ainda mais fortemente, o meio ambiente, "não somente devido a uma maior derrubada e queima de florestas pelos agricultores famintos e ao maior afluxo às cidades das pessoas que não mais conseguem sobreviver em um meio rural empobrecido", continua a presidente.

Folheando o *Jornal da Tarde* e comentando a reportagem "Cubatão despoluída. Só para a ONU ver", Gro Harlem Brundtland observa: "As indústrias pararam para não vermos sua poluição, mas esqueceram-se de apagar a prova de que poluem, as cicatrizes abertas na serra do Mar". Cubatão é um lembrete drástico e uma ilustração alarmante do que uma indústria e um investimento que ignoram as considerações ambientais podem provocar.

— Nem os operários unidos conseguiram parar Cubatão, o que prova a força dessa Comissão Mundial e a importância que terá, caso se associe à população e exija providências — reparou o representante do Movimento de Defesa da Vida da Baixada Santista, depois que cessou o constrangimento provocado pelas denúncias das entidades não-governamentais e dos cientistas, exigindo que os crimes ambientais sejam considerados violações imperdoáveis à Declaração Universal dos Direitos Humanos e criticando o sistema internacional de vigilância ambiental.

Tal sistema internacional chegou a ser comparado a uma espécie de "Círculo de Fórmula-1", um clube fechado especializado em ações de filantropia às custas da boa fé da opinião pública internacional, que contribui para que entidades como o Fundo Mundial para a Vida Selvagem "se dediquem mais à salvação utópica de exemplares de espécies silvestres ameaçadas de extinção do que à preservação das florestas ou do habitat de toda fauna ou população de animais e plantas, num caso flagrante de mistificação fraudulenta. Como num ranking automobilístico, os sócios ou

associados admitidos em tal clube fechado vivem lançando estratégias mirabolantes, entre um e outro banquete e recepção nos mais diversos pontos do mundo, conseguindo melhorar apenas a fortuna ou qualidade de vida de uns poucos, além de criar a perigosa ilusão de que algo está sendo feito para conter a devastação e empobrecimento crescentes" — comentou o coordenador ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo, Fábio José Feldmann.

Tom Lovejoy, vice-presidente do World Wildlife Fund citado acima, não comentou a crítica, limitando-se a apresentar um trabalho comprovando as más consequências da devastação da Floresta Amazônica. O que deixou desapontado o enviado especial do Conselho Nacional dos Seringueiros, Jaime da Silva Araújo. "É o mesmo que desperdiçar dinheiro para comprovar que a estricnina e o arsênico podem matar, ou que podemos morrer de fome. Por que será que não investem tantos dólares na defesa dos povos que há séculos vêm demonstrando ser os verdadeiros defensores da floresta e de sua fauna, como os índios e os seringueiros, hoje massacrados por grandes projetos e empresas?"

Os visitantes — ainda aturidos pela recepção calorosa logo cedo, ao entrar na Cetesb através de um "corredor polonês" formado por funcionários em greve que os aplaudiram o tempo todo — ouviram do arquiteto Jorge Wilhelm à favelada Dedé (da favela Gariroba, vila Brasilândia), do professor Aziz Ab'Saber aos índios Alvaro Tukano e Ailton Krenak, além de Raul Ximenes Galvão, que traçou um retrato do litoral brasileiro e das ameaças que sobre ele pesam, reforçado logo depois pela família Fortes, de Iguape, que dirigiu à Comissão Mundial um apelo em prol da preservação da região estuarino-lagunar que se estende da Serra da Juréia aos mangues de Paranaguá.

Hoje, as audiências continuam, a partir das 14 horas, na sede da Cetesb — ficando o período matinal reservado à reunião fechada da Comissão Mundial, que ontem à noite foi recepcionada pelo governador Montoro com um jantar no Palácio dos Bandeirantes.

Randau Marques

Proposta: um tribunal contra os crimes ambientais.

Nagendra Singh, da Índia,
gostaria de ver os criminosos condenados,
nem que fosse simbolicamente.

A descrição dos crimes contra a saúde pública e meio ambiente brasileiros voltou a emocionar a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Os participantes da última audiência pública realizada em São Paulo traçaram um retrato doloroso da realidade nacional, combinando veemência, indignação e tamanha dose de coragem que um velho juiz hindu não se conteve e apoiou a criação de um tribunal internacional para responsabilizar, ao menos simbolicamente, os criminosos ambientais.

Com 71 anos de idade e um velho barrete sempre à cabeça, lembrando sua condição de presidente da Corte Internacional de Justiça, Nagendra Singh chamou em particular o coordenador ambiental da OAB, Fábio Feldmann — que pouco antes havia defendido o julgamento dos responsáveis por regiões como Cubatão em tribunais internacionais como o de Nuremberg, "por se tratar de flagrante genocídio gradual e intencional". Singh disse-lhe concordar com a idéia: "Eu mesmo já havia pensado nisso há uns seis meses e discuti com alguns colegas", revelou o também presidente da Academia Indiana de Direito Ambiental, dono de uma extensa biografia e títulos obtidos nas universidades de Cambridge, Dublin, Calcutá e Moscou.

Juiz desde a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente, Nagendra Singh considera inadmissível tolerar a "certeza da impunidade" pois ela gera "a escada do crime". E sua adesão à proposta do presidente da subcomissão ambiental da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil causou surpresa entre os jornalistas que convivem, em Genebra, na Suíça, com essa *World Commission on Environment and Development* presidida pela doutora Gro Harlem Brundtland, que amanhã será recebida em Brasília pelo presidente José Sarney e concederá sua última audiência pública, no Brasil, no Palácio do Itamaraty.

Hoje, ainda em São Paulo, a Comissão Brundtland se reúne a portas fechadas na Cetesb e não deverá receber queixas — como os



Nas audiências públicas: muitas denúncias.



Brundtland: emocionada.



Singh: indignado.

organizadores da reunião haviam previsto — no período da tarde: o número, intensidade e gravidade das denúncias recebidas em pouco mais de 12 horas de audiências, na segunda-feira e ontem, superou todas as expectativas e feriu todo o protocolo diplomático da Comissão Mundial. A começar pelas unânimes críticas à Secretaria Especial do Meio Ambiente, dirigida por um de seus integrantes, professor Paulo Nogueira Neto, terminando com uma crítica à sua própria estrutura ou composição, feita pela totalidade das entidades não governamentais presentes às audiências: integrada por personalidades que ocupam cargos governamentais em seus países de origem, a Comissão Mundial precisa de membros independentes, sob pena de ser tachada de

/30.10.85

Além de pedirem a inclusão de líderes representativos da opinião pública internacional, as ONG's (sigla que identifica as não governamentais) solicitam a abertura da Comissão: "Acreditamos que a importância desse colegiado das Nações Unidas para o meio ambiente ganhou magnitude e projeção incompatíveis com o caráter fechado e com o propósito de tão-somente elaborar um relatório final à Assembleia Geral da ONU em 1987" — razão pela qual pedem maior atenção para situações como a questão das escarpas da Serra do Mar, ameaçando desabar sobre Cubatão, e outros problemas emergenciais.

O líder da União das Nações Indígenas, Aylton Krenak, conseguiu embargar a voz da senhora Brundtland, ao traçar um paralelo entre a extinção dos 180 povos indígenas que ainda sobrevivem no Brasil e a devastação recordista do País.

A coordenadora da comissão pela criação do Parque Yanomami, Cláudia Andujar, descreveu o massacre dos últimos 20 mil índios existentes na fronteira com a Venezuela por garimpeiros, e Júlio Gaiger, da Associação Nacional de Apoio aos Índios, precisou: de 1500, quando havia mais de seis milhões de índios no Brasil, até 1985, morreram cerca de 30 índios por dia, se for levado em conta que restam apenas 250 mil deles atualmente.

A denúncia sobre o surgimento de centenas de novas Minamatas no Brasil (garimpos onde é usado mercúrio para amalgamar o ouro e, ao ser jogado na água, envenenar peixes e os próprios garimpeiros), feita pelo geólogo Gerônimo Albuquerque Rocha, somada à detalhada série de denúncias da Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo acabaram completando o retrato do meio ambiente brasileiro, sempre em meio aos aplausos o da audiência (que se ergueu para cumprimentar o índio Krenak e sua visão da vida) e da senhora Brundtland, que considerou as sessões paulistas "memoráveis, prova da crescente mobilização dos povos do mundo em prol de um mundo melhor". (R. M.)

antidemocrática pela opinião pública internacional.

Em documento encaminhado à Brundtland pela vice-presidenta da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), Giselda Castro, 15 entidades ambientalistas e indígenas brasileiras "vêm com apreensão o caráter nitidamente oficial do colegiado da ONU, composto tão-somente por personalidades vinculadas aos governos de seus respectivos países ou funcionários de organismos oficiais, capaz de gerar distorções na abordagem e equacionamento dos conflitos ambientais existentes no mundo atual; bem como vêm o risco de tal anomalia desaguar na mesma linha política que vem ensejando o fracasso dos planos internacionais" pró-ecologia.



BRUNDTLAND
AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO

se mais, que o plano foi elaborado para ajudar os países pobres a suprir suas necessidades energéticas, melhorar a produção de alimentos e desacelerar a rápida extinção de espécies animais e vegetais.

A. W. Clausen, presidente do Banco Mundial, disse que o plano é "excelente". Peter McPherson, administrador da Agência para De-

envolvimento Internacional, garantiu que sua instituição estaria "fortemente comprometida" em discutir os problemas levantados pelo plano.

Nenhum dos dois, entretanto, comprometeu-se a fornecer recursos.

Eles e outros administradores de instituições internacionais enfatizaram que os governos e as po-

pulações dos países tropicais terão de participar para que o plano possa ser bem-sucedido.

Críticas

As entidades não governamentais brasileiras fizeram um apelo à presidente da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: "Não piorem os nossos problemas aprovando um plano destinado mais a salvar a economia de alguns poucos do que propriamente a ecologia das florestas tropicais" — destacou a presidente da Ação Democrática Feminina Gaúcha, Magda Renner, em nome das 20 maiores entidades ambientalistas do País.

A inversão de US\$ 8 bilhões no projeto "Tropical Forests: A Call for Action" (que pode ser adquirido ao preço de US\$ 12,50 da editora do World Resources Institute, P.O. Box 620, Holmes, PA, Estados Unidos 19043) já havia sido proposta em Washington e em Nova Délhi, mas somente em São Paulo o presidente do instituto responsável pela proposta apresentou-a formalmente à comissão Brundtland. Gus Speth, no entanto, não contava com a forte resistência das entidades ambientalistas, que já haviam estudado os três volumes detalhando como aplicar o equivalente a 8% da dívida externa brasileira num período de cinco anos:

— É mais uma ação entre amigos que querem encontrar-se mais vezes em banquetes e viagens internacionais do que propriamente

uma receita para deter a devastação de 11 milhões de hectares de florestas tropicais por ano — sintetizou a líder gaúcha à senhora Gro Harlem Brundtland, propondo-lhe "um basta ao desperdício de recursos internacionais em projetos grandiloquentes e vazios, mais adequados às necessidades de toda uma corte de consultores, técnicos e autoridades administrativas internacionais especializadas em meio ambiente, do que às reais carências dos países que detêm os últimos 900 milhões de hectares de florestas tropicais como a da Amazônia" (floresta da qual o Brasil possui uma área três vezes maior que o território francês).

O apelo dos ambientalistas foi cuidadosamente anotado pela doutora Brundtland (que hoje, depois de encontrar-se com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada, concederá audiência pública no Itamaraty, em Brasília), uma vez que foi o último de uma série de apelos contra lobbies internacionais que, pretextando salvar o meio ambiente, consomem quantias astronômicas para preservar espécimes ou indivíduos — e não espécies ou toda população — da flora e fauna em extinção em países como o Brasil.

O plano do World Resources Institute foi traçado por um grupo, que espera que a ONU faça a doação de US\$ 4 bilhões e os governos locais financiem (ou contraíam empréstimos internacionais) o restante, do qual fez parte o secretário brasileiro do meio ambiente.

US\$ 8 bilhões para salvar

as florestas tropicais

É o plano apresentado pela ONU, com boa parte dos recursos fornecida pelos próprios interessados, e que os nossos ambientalistas criticam.

O plano está pronto: três volumes elaborados pelo World Resources Institute, contendo programas efetivos de ajuda a 56 países para que eles próprios — com a supervisão de instituições como o Banco Mundial — salvem suas florestas tropicais. É o plano divulgado pela ONU — Organização das Nações Unidas —, no encontro da Comissão de Meio Ambiente, aqui em São Paulo, nos últimos dias. Custa oito bilhões de dólares.

Essa fortuna será utilizada em cinco anos e vai beneficiar as florestas de três países em especial: a Índia, que deve receber US\$ 1,2 bilhão do total; a China, com US\$ 670 milhões; e o Brasil, com US\$ 785 milhões. Parte desse dinheiro vem de instituições internacionais, da iniciativa privada de vários países; outra parte deve vir obrigatoriamente dos próprios governos interessados na salvação de suas florestas tropicais.

Não é exatamente uma tarefa fácil. Mas o World Resources Institute propõe uma série de programas que pretende abranger todos os meios pelo quais a destruição das florestas seja detida, em todo o mundo. Eis os planos:

— Revisão de políticas governamentais que eventualmente encoragem a exploração, a devastação ou o desperdício de recursos florestais.

— Ajuda aos governos para melhorar suas administrações florestais quanto ao uso de madeira para combustível e para a indústria.

— Desenvolvimento de proje-

tos de reflorestamento, para uso comercial; e estímulo ao uso de madeiras menos conhecidas.

— Um programa para melhorar a qualidade de vida de pessoas que vivem próximas a florestas ameaçadas e que podem usar a própria floresta como meio de sobrevivência. Esse plano recomenda melhor distribuição da terra aos pequenos agricultores, "para combater a pobreza do homem do campo".

— Estabelecimento de políticas que encoragem a participação local em programas de plantio de árvores e conservação de florestas naturais.

— Integração e desenvolvimento de pesquisas sobre agricultura e reflorestamento, promovendo treinamento e cursos para técnicos.

— Ajuda a cerca de 5.000 organizações ecológicas não governamentais em todo o mundo.

Dentro desses planos, o Brasil poderia utilizar, em números redondos, US\$ 400 milhões para estudo e administração das florestas destinadas a produzir energia; US\$ 325 milhões para os programas de florestas destinadas ao uso pela indústria; US\$ 50 milhões para as políticas de conservação de ecossistemas; e US\$ 10 milhões para a adequação do uso da terra.

E os recursos?

Gus Speth, presidente do World Resources Institute, disse ontem em Washington, EUA, que o plano é o primeiro do tipo para salvar as florestas tropicais. Em entrevista na semana passada, dis-

31.10.85

Ecologistas do Brasil pedem apoio à ONU

As entidades ecologistas não-governamentais, ao fazer ontem um balanço das atividades da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em São Paulo, insistiram na proposta de que a missão da ONU deve exigir dos organismos internacionais, como Banco Mundial, que financiam projetos de desenvolvimento no Brasil, estudos de impacto ambiental e consultas à comunidade antes de conceder qualquer financiamento.

Os representantes das ONG's (Organizações Não-Governamentais) solicitaram também que o colegiado da ONU interceda junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que essas entidades intervenham na resolução dos problemas ambientais mais críticos, como em Cubatão. Fábio Feldmann, coordenador ambiental da OAB, sugeriu — e a idéia foi encampada pelo juiz Nandira Sing, presidente da Corte Internacional de Justiça — a criação de um tribunal internacional, a exemplo do de Nuremberg, para julgar os crimes ecológicos.

Os ambientalistas brasileiros criticaram bastante o caráter "fechado" da Comissão Mundial — formada por pessoas ligadas aos governos de seus países de origem —, reivindicando a inclusão de entidades não-oficiais na sua constituição, mas consideraram positiva e proveitosa sua passagem pelo Brasil. Magda Renner, diretora da Associação Democrática Feminina Gaúcha Amigos da Terra, observou que dois índios, dois seringueiros e uma favelada puderam demonstrar para a Comissão sua situação de vida; e que o grande número de denúncias feitas pela comunidade que participou das audiências públicas "confirmaram a incompetência, a omissão e a falta de vontade política dos governantes de atacar os problemas levantados durante as sessões da Comissão".

Outra representante da entidade gaúcha, Giselda Castor, queixou-se de o governo do Estado de São Paulo ter gastado Cr\$ 500 milhões para hospedar os membros da Comissão Mundial e não haver pago a estada na Capital de representantes de movimentos ecológicos de todo o País, que, mesmo assim, vieram a São Paulo para participar do encontro. Sérgio Dialetachi, da União Ecológica, acrescentou que "houve censura" por parte dos organizadores do programa da Comissão, informando que apenas uma reduzida parcela das 180 entidades ecológicas existentes no Estado foi convidada pela Comissão da ONU.

Em termos gerais, entretanto, na opinião de Magda Renner, as entidades ecológicas demonstraram à Comissão que a sociedade civil já tomou consciência dos problemas ambientais e conquistou grande espaço.

Sarney recebe comissão da ONU

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney recebeu ontem em Brasília os representantes da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), que realizou em São Paulo, entre os últimos dias 28 e 30, a sua 4ª reunião. No descontraído encontro, Sarney disse aos membros da comissão que "há sensibilidade do governo para os problemas do meio ambiente" e que os brasileiros, "por índole, são amantes da natureza e da liberdade".

Durante vinte minutos, o Presidente conversou com os onze membros da comissão, presidida por Gre Harlen Brundtland, ex-primeira-mi-

nistra da Noruega e atual líder da oposição no parlamento norueguês. Falou sobre as riquezas naturais do Brasil e suas dificuldades econômicas e sociais. "Falamos da dívida externa brasileira, mas a nossa maior dívida é social."

Cercado pelos membros da comissão, aos quais desejou uma boa estada no País, Sarney falou da necessidade de crescimento da América Latina para reduzir o atraso na região. Sobre a "tragédia de Cubatão" (cidade industrial na Baixada Santista, a 55 km de São Paulo, onde são registrados altos índices de poluição), o Presidente lamentou a situação do município e disse esperar

que nunca mais algo semelhante ocorra em São Paulo. Ao mencionar a Amazônia, Sarney disse que lá "a gente chega a ouvir o espírito da mata". No final do encontro ele posou para fotografias e se despediu do grupo.

O Brasil é o quarto país a ser percorrido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente. Segundo o ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Flávio Peixoto, a comissão "não exerce qualquer ingerência na política ambiental do Brasil, mas está encarregada de fazer um relatório a ser apresentado na ONU dentro de um ano e meio, no qual mostrará o panorama mundial da poluição e possíveis soluções".

Sarney recebe a comissão da ONU

O presidente José Sarney anunciou ontem à tarde, ao receber a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Palácio da Alvorada, que havia acabado de assinar um decreto transformando toda a região de Iguape-Paranaguá em Área de Proteção Ambiental que contará com a vigilância da Polícia Federal para manter-se "como patrimônio e marco das preocupações da Nova República em relação ao Brasil que legaremos às futuras gerações de brasileiros".

A presidenta do colegiado das Nações Unidas, doutora Gro Harlem Brundtland, elogiou "o estágio de civilização atingido pelo Brasil, que faz da ecologia, a exemplo dos países desenvolvidos, bandeira e símbolo das aspirações coletivas por um mundo melhor, como demonstra a criação de um Ministério do Meio Ambiente por vossa excelência".

No 3º andar do palácio, o presidente conversou descontraidamente com a comitiva de visitantes da ONU, erguendo um brinde "a concretização de nossos anseios por um mundo mais igualitário e aprazível para

todos os povos" — ladeado pelo ministro Flávio Peixoto, de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (que explicou que já está sendo preparado um convênio com o Ministério da Justiça, "para melhor podermos salvaguardar as riquezas naturais brasileiras, através da Polícia Federal, como sugeriu o próprio ministro Fernando Lyra") e pelo secretário Paulo Nogueira Neto.

"Não queremos um progresso que enfie a paisagem e dissemine pobreza e doenças" — destacou o presidente da República, ao conversar com os visitantes, que às 10h30 foram recebidos no Palácio do Itamaraty pelo corpo diplomático, pelo governador do Distrito Federal e outras autoridades, dando início à última Audiência Pública da Comissão das Nações Unidas no Brasil, com a participação de entidades não governamentais e institucionais que o presidente Sarney, ao final do dia, elogiou: "É com o esforço de todos, seguindo à risca a orientação da ONU, que o governo pretende resgatar a dívida social e aumentar as oportunidades de toda Nação desenvolver-se em harmonia com o meio ambiente", concluiu.

Ecologia: passeata de protesto em Corumbá.

Está marcada para o próximo dia 7 de novembro uma grande passeata na cidade de Corumbá, no Pantanal matogrossense, em protesto contra o recente desastre ecológico do envenenamento do rio Miranda, que matou centenas de toneladas de peixes, e também para sensibilizar as autoridades estaduais e federais sobre a necessidade de uma ação urgente e enérgica em defesa da ecologia da região.

A principal motivação da passeata é exigir das autoridades a descoberta e punição dos responsáveis pela colocação de veneno no rio Miranda, o que já foi comprovado pelos exames feitos no material coletado.

Moisés dos Reis Amaral, secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal — Cidepan, lembra que no Brasil não existe legislação para estradas-parques, como é o caso da BR-262, que está sendo concluída como

se fosse uma rodovia comum, cortando centenas de quilômetros do Pantanal. "Já existe uma predação involuntária nessa rodovia — explica —, pois o simples tráfego noturno a grandes velocidades já causa grande mortandade de animais, principalmente capivaras, jacarés e tamanduás. Sem falar nos viajantes que já entram no Pantanal com a intenção de caçar e a revista do porte de armas, que ainda é muito precária."

Esses e outros assuntos serão discutidos nas reuniões que se seguirão à passeata de protesto. A intenção do movimento, que está sendo liderado pela Acert, prefeitura e entidades ruralistas, é sensibilizar o governo federal para colocar as Forças Armadas na fiscalização do Pantanal. Eles acham que só as Forças Armadas podem fazer frente à ação dos coureiros ligados a grupos contrabandistas estrangeiros, muito bem armados e equipados.

IBDF prevê extinção da floresta amazônica num prazo de 60 anos

Brasília — A Secretária-Geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Maria Teresa Pádua, previu que a floresta amazônica estará destruída dentro de 60 anos se o desmatamento mantiver o ritmo atual. Ela chamou a atenção para o exemplo de Rondônia, onde, em 10 anos, a área desmatada cresceu de 100 mil para 3 milhões de hectares — ou seja, 30 mil quilômetros quadrados, superfície maior do que a do Estado de Alagoas.

A advertência foi feita ontem, durante a IV Reunião da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, aberta no auditório do Itamarati, em presença dos 22 especialistas em questões ambientais que integram a comissão, presidida pela ex-primeira-ministra e atual líder da Oposição da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

A Amazônia foi um dos temas de maior interesse dos expositores. Maria Teresa Pádua lembrou também que 15% da floresta amazônica — que representa um terço das florestas tropicais do planeta — já foram devastados. Ela acentuou ainda que parte da área desmatada de Rondônia para a formação de pastagens está abandonada.

A antropóloga Mary Helena Allegretti, assessora do Conselho Nacional dos Seringueiros, sustentou que a política do Governo para a Amazônia repete os erros do Polonoroeste, que provocou o desmatamento de Rondônia. "A realidade do homem amazonense — disse ela — não é levada em conta. A Amazônia não é um vazio; lá vivem mais de 500 mil pessoas, que dependem de atividades extrativistas e de pequenas culturas, além das populações indígenas".

O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, Flávio Peixoto, reconheceu que "a prática do Governo e da sociedade brasileira continua distante do discurso", mas lembrou que "cabe ao próprio povo brasileiro preservar o meio-ambiente".

A antropóloga Mary Allegretti, que trabalhou oito anos em projetos alternativos na Amazônia, pleiteou o zoneamento ecológico da Amazônia, como medida preliminar dos estudos de investimento na região.

Ao receber, no Palácio do Planalto, os participantes da reunião da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento da ONU, o Presidente José Sarney anunciou a assinatura do decreto estendendo os limites da área ecológica da Serra do Mar, entre a cidade paulista de Cananéia e o porto paranaense de Paranaguá.

Com o decreto, explicou o presidente da Secretaria Especial do Meio-Ambiente, Paulo Nogueira Neto, o órgão passará a fiscalizar o transporte de madeira na região, sem prejuízo do trabalho que já vem sendo executado pelo IBDF. A área abrangida pelo decreto entrecortada por canais interiores do mar, é considerada uma das mais belas e ricas reservas ecológicas brasileiras e vive sob a ameaça de especuladores imobiliários e agentes predadores.

Sema: zoneamento ecológico no País

BRASILIA — A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) está desenvolvendo estudos para propor o zoneamento econômico-ecológico do país, estabelecendo que qualquer atividade agropecuária seja desenvolvida de acordo com a capacidade do solo.

Ao dar ontem esta informação, o secretário da Sema, Paulo Nogueira Neto, disse que não se pode permitir a continuidade de projetos que, por não respeitarem a capacidade do solo, tem pequena duração, e, ao final de três ou quatro anos, inutilizam totalmente a área.

— Para a eficiência deste zoneamento econômico-ecológico, entretanto, deve haver entendimento entre todos os setores ligados à agricultura, meio ambiente e setor financeiro. Os bancos, por exemplo, não deverão liberar recursos para projetos que desrespeitem a capacidade do solo onde serão implantados. Nós já temos muitos estudos sobre isto, o que precisamos agora é definir mecanismos - acrescentou.

Em entrevista concedida ontem durante a reunião da comissão municipal de meio ambiente, Paulo Nogueira Neto informou também que a Sema iniciou estudos para propor a criação de reservas ecológicas extrativistas na região amazônica, destinadas a garantir a preservação das florestas e, ao mesmo tempo, a atividade de aproximadamente 500 mil seringueiros e castanheiros.

A decisão neste sentido, segundo Paulo Nogueira Neto, foi reforçada pela solicitação formulada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros durante a reunião da comissão mundial, no sentido de que se buscassem formas de garantir a preservação do modo de vida dos seringueiros e castanheiros.

— Reconhecemos que, além dos índios, os seringueiros e castanheiros são os únicos brasileiros que convivem com a floresta sem depredá-la porque, segundo seu ganha-pão, eles devem preservá-la. Acredito que criando reservas ecológicas extrativistas, estaremos ajudando a cerca de 500 mil trabalhadores e garantindo a preservação de nossas florestas - acrescentou.

Paulo Nogueira Neto destacou ainda o consumo excessivo de energia no Brasil, observando que "o país pensa em grandes projetos para produção de energia, mas se esquece de pensar em como economizá-la".

— Continuamos desperdiçando muita energia. Copiamos arquitetura de países desenvolvidos, criando verdadeiras estufas em um clima tropical, que, posteriormente, devem ser resfriadas com ar condicionado. Temos muito o que aprender ainda neste sentido, mudando nossa arquitetura para residências, escritórios, fábricas e outros - prosseguiu Paulo Nogueira Neto.

Ao abrir ontem a reunião da comissão mundial de desenvolvimento e meio ambiente, o ministro do desenvolvimento urbano, Flávio Peixoto, disse que "preservar o meio ambiente é garantir a vida no futuro".

Comissão da ONU sobre ambiente encerra missão

SAO PAULO — A comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento da ONU que ontem visitou Manaus e hoje deixa o Brasil, depois de nove dias de visita, entre dezenas de propostas e sugestões de pessoas e entidades que participaram das audiências públicas em São Paulo e Brasília, "simpatizou" com apenas 13, mas não se comprometeu com nenhuma delas nem garantiu que constarão do relatório final que deverá ser entregue a assembléia geral das Nações Unidas em 1987.

Entre as reivindicações, a comissão mundial considerou "simpáticas" estão as de preservação do pantanal, manguesais e florestas atlânticas,

rapidez na solução para os problemas ambientais de Cubatão reconhecimento da educação e nutrição como direitos humanos, saneamento básico para as populações das grandes cidades e preservação cultural da identidade dos índios. A relação dessas propostas está contida num "press release" distribuído sexta-feira à tarde quando a comissão se propôs a conceder uma entrevista coletiva na sede da CETESB. A coletiva, além de começar com quase uma hora de atraso, não acabou porque a presidente da comissão, Gro Harlem Burdland, interrompeu-a quando os repórteres começaram a fazer perguntas sobre a utilidade da comissão.

Depois de serem recepcionados pelo governador Gilberto Mestrinho e visitarem o arquipélago fluvial de Anavilhanas, em pleno rio Negro, deixaram Manaus e o Brasil, ontem à noite, os 22 integrantes estrangeiros da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que na sexta-feira, ao ser recebida no Palácio do Planalto, foi homenageada com decreto presidencial, transformando em Área de Proteção Ambiental toda a região estuarino-lagunar de Iguape-Paranaguá.

A presidenta desse colegiado diretamente subordinado ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, a médica e líder política norueguesa Gro Harlem Brundtland (foto ao lado), receava jantar com Mestrinho (o governador do Amazonas, defensor da exportação em massa — e já — de toda fauna e flora da Amazônia) tanto quanto temia ser interpelada pelos jornalistas e entidades não governamentais: "Na condição de hóspedes, ficamos constrangidos com as críticas aos nos-

sos anfitriões; não que eu queria dizer que são justas ou injustas..." — confidenciou a senhora Brundtland no pátio do Clube das Nações, à beira do lago Paranoá, em Brasília, horas antes de ser recebida pelo presidente José Sarney.

Impressão

Se os anfitriões da Comissão Brundtland (uma das três mais importantes já criadas pela ONU em seus 40 anos, muito respeitada entre os 15 mil funcionários das 15 principais agências especializadas, como o FMI, FAO ou o Banco Mundial, dessa organização sustentada por US\$ 750 milhões anuais) esperavam auferir dividendos políticos da visita, incorreram num pequeno deslize: mesmo boicotadas, ou por isso mesmo, as entidades não governamentais brasileiras proporcionaram à senhora Brundtland "uma atmosfera rica, densa e inesquecível; sua indignação ao apresentar denúncias estardalosas causou uma impressão profunda e duradoura em todos nós, constituindo-se em ponto alto das audiências públicas por nós concedidas".

Denúncias contra a Cetesb,

A comissão do meio ambiente deixa o Brasil. Na bagagem, terríveis denúncias.

Os 22 integrantes dessa comissão da ONU ficaram sabendo dos desastres ambientais previsíveis ou



premeditados em nosso país e alertaram para os riscos de um futuro catastrófico.

contra a Sema, contra o IBDF e todo rol de siglas de órgãos governamentais, feitas à frente de seus principais responsáveis, dando conta de desastres ambientais previsíveis ou premeditados (como os de Vila Socó, a contaminação de rios, mananciais e alimentos por agrotóxicos cancerígenos, a ameaça de desabamento da Serra do Mar em Cubatão, etc.), que em Brasília contaram com o reforço até de autoridades como Maria Thereza Jorge Pádua, secretária-geral do IBDF, que endossou a previsão das não governamentais de que tanto a Mata Atlântica quanto a Amazônia estão condenadas ao desaparecimento completo, se não forem tomadas providências urgentes.

Providências contra a falta de prioridade real para deter a devastação. Ou, como assinalou o enviado especial da tevê norueguesa NRK, "contra a cumplicidade mafiosa", existente entre autoridades administrativas, devastadores, poluidores, Legislativo e Judiciário brasileiros (os repórteres Hakon Boerde e Angelika Von Waechter, da NRK, não se conformaram com a paralisação do parque industrial de Cubatão, no dia de visita da ONU à região, e voltaram sozinhos à Baixada Santista, para "gravarmos o pavoroso Vale da Morte").

Ao saber que o decreto presidencial ampliando a Área de Proteção Ambiental de Iguape-Paranaguá é mais um título simbólico

4.11.85

Segunda-feira, 4-11-85 — O ESTADO DE S. PAULO

outorgado à natureza local do que propriamente uma medida capaz de perpetuar ou salvar da devastação aquela última grande reserva costeira da Mata Atlântica, mangues e viveiros lagunares protegidos por ilhas e alimentados por estuários (ou seja, uma tímida esperança de normatizar o uso do solo conforme a função ou importância social da propriedade ou lugar que se deseja preservar — caso os devastadores concordem com a idéia), os próprios assessores da senhora Brundtland exclamaram um "My God!" de desalento e perplexidade "diante de um país onde a liderança da sociedade civil e a imprensa, com o respaldo da Ciência e da Razão, protestam e fazem denúncias e pedem providências repletas de bom senso em vão, inutilmente, pois nada acontece de sério".

Farsa

— Ou vocês nos ajudam a impor seriedade ou serão cúmplices conscientes de todos os devastadores que hoje cortam e envenenam as provisões ou refeições que amanhã serão necessárias às nossas crianças — observou Roland Segurd Blinstroup aos visitantes que notaram o clima de farsa da política ambiental de um País que desde o início do século se preocupa com meio ambiente, oficialmente, "mas até hoje engaveta o bom senso e se comporta como suicida, emporcalhando, envenenando, queimando e arrasando suas melhores belezas e suportes de vida. Agora as Nações Unidas sabem disso e têm de ajudar a população brasileira, sob pena de se tornarem cúmplices, por omissão, da morte em massa de nossas crianças por desnutrição, por falta de alimentos — cujo cultivo se torna inviável em consequência da devastação".

Blinstroup (norte-americano naturalizado, da Sociedade Brasileira para Defesa da Flora e Fau-

na) entregou à Comissão Brundtland cerca de cem quilos de documentos contendo, até mesmo, principais reportagens sobre o ambiente publicadas nos últimos 18 anos pelo *Jornal da Tarde*. É um dos signatários de um documento encaminhado pelas entidades ambientalistas independentes e organizações não governamentais (ou ONG's, como são mais conhecidas), à Comissão da ONU — por contragosto de seu secretário-geral, o canadense Jim MacNeill, não escondia sua irritação quanto aos rumos dessa quarta sessão da Comissão Brundtland.

Para amenizar o tom explosivo das manifestações e reivindicações, MacNeill tentou defender a tese de que a poluição e a devastação foram facilmente reversíveis em seu país, confundindo a vegetação homogênea com a floresta tropical heterogênea (que necessita de pelo menos um século para regenerar-se) durante uma entrevista coletiva interrompida pela metade, depois que a senhora Brundtland desmentiu um dos integrantes de seu colegiado e prometeu lutar pela criação de um tribunal internacional — tipo Nuremberg — contra criminosos ambientais.

No press-release distribuído pelo assessor Peter Stone, a Comissão Brundtland informa que se "simpatizou" com 13 das centenas de reivindicações que lhe foram feitas nas audiências públicas de São Paulo e Brasília; todas pertinentes às falhas ou omissões de seus anfitriões no Brasil — menos o projeto "Tropical Forests: A Call for Action", em que Gus Speth, ex-presidente do Conselho de Qualidade Ambiental, responsável pelo Relatório Global 2.000 ao presidente Jimmy Carter, reivindica US\$ 8 bilhões para pôr fim à devastação florestal mundial — o qual foi repudiado publicamente pelas ONG's brasileiras. Por também não ser sério... **Randau Marques**

OS SERINGUEIROS E A QUESTÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

Comunicação apresentada à COMISSÃO
MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DE
SENVOLVIMENTO DA ONU

Gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade criada pela COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, DA ONU, para que organismos não governamentais pudessem expressar seu ponto de vista nesta Audiência Pública.

Falo em nome de duas instituições não-governamentais: o INESC, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, entidade de assessoria parlamentar e defesa dos direitos humanos, da qual faço parte; e o Conselho Nacional dos Seringueiros, formado por representantes do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, ao qual estou vinculada na condição de assessora.

É recente, no país, a retomada da questão da Amazônia enquanto tema de discussão nacional e esse fato expressa, de forma clara, que estamos reconstruindo a democracia no Brasil. Durante este mês, três históricos eventos aconteceram: o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que reuniu 130 representantes da região aqui em Brasília; o Primeiro Encontro da Amazônia, realizado em Belém, com a participação dos órgãos públicos que definem a política para a região; e esta reunião da ONU que hoje inicia seus trabalhos em Brasília e que discutiu em São Paulo, a questão das florestas tropicais.

Selecionando alguns discursos pronunciados nesses três debates públicos, certas observações podem ser feitas.

O Encontro dos Seringueiros, em seu documento final, afirma o seguinte: "Exigimos uma política de desenvolvimento

mento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e que destroem a natureza. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica".

Também nos pronunciamentos públicos das autoridades governamentais, (com exceção do Governador do Amazonas), a defesa da Amazônia foi uma constante. Assim se expressou o Ministro do Interior: "...O aproveitamento predatório da Amazônia, tem que ser descartado por este país. A riqueza da região tem que ser aproveitada, mas de forma seletiva e inteligente. Não podemos cometer ali os erros que cometemos em outras áreas, com grandes devastações. Seria um crime imperdoável. Um pecado mortal diante das futuras gerações".

Em seu discurso de abertura da Quarta Reunião desta Comissão, em São Paulo, a Sra. BRUNDTLAND afirmou que... "O Brasil, com os demais países da região agrupados no Pacto Amazônico, defronta-se com um dos maiores desafios de nossa era, o de desenvolver a Amazônia e extrair as suas riquezas, preservando ao mesmo tempo o seu potencial de desenvolvimento e ambiental para as gerações vindouras, para o futuro".

Aparentemente, esses discursos mostram que, uma das tarefas fundamentais dessa Comissão, reafirmadas pela sua Presidente, estaria sendo cumprida: a de "...criar um consenso, entre as nações e dentro destas, sobre os objetivos básicos do meio-ambiente e desenvolvimento".

Digo aparentemente, porque me parece haver, entre outras diferenças, uma que é fundamental: cada um desses discursos pertence a um tempo diferente. Eu diria que o discurso dos seringueiros é o discurso do presente; o governamental é o do passado e o da ONU, o do futuro. Explico porquê.

Precisando a minha classificação, diria que o discurso governamental é novo em sua forma, mas defasado em relação às medidas concretas que pretende implementar para desenvolver a Amazônia. A primeira ação noticiada pelos jornais referiu-se à elaboração do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que terá um orçamento na ordem de trilhões de cruzeiros e será

financiado pelo Banco Mundial.

Acho que estamos começando errado.

Em primeiro lugar, porque já existe uma experiência recente, implantada na Amazônia, o Pólo Noroeste, com um investimento de 1.6 bilhão de dólares, que deu a Rondônia a taxa mais rápida de desmatamento do Brasil, correndo-se o risco de não existirem mais florestas naquela região, até 1990, se esse processo não for controlado. Em função desse projeto, houve na região uma das mais altas taxas de incremento populacional, através da migração de colonos do sul do país, assentados em áreas não apropriadas para a agricultura, os quais, pauperizados, deslocam-se hoje para novas regiões da Amazônia. As áreas indígenas foram todas invadidas e os meios de subsistência tradicionais dessas sociedades foram destruídos.

Em segundo lugar, porque parece-me haver uma estranha lógica nessa proposta de desenvolvimento para a Amazônia: retiramos riquezas minerais de seus solos para pagar a dívida externa e contraímos novas dívidas para gerar novas riquezas...

Por último, porque essa me parece ser uma forma colonizada de pensar o desenvolvimento do país. A visão de Rondônia com estradas cortando a mata, cidades nascendo de um dia para o outro, caminhões exportando a produção agrícola, apresenta um fascínio tão grande, a nível regional, que planos semelhantes estão sendo pensados para o Acre e sul do Amazonas. Tentando evitar novos desastres, e pressionados por exigências internacionais de preservação ambiental e proteção às populações indígenas, os planos que hoje estão sendo elaborados, incluem demarcação das terras indígenas, medidas de proteção à saúde e de assentamento dos migrantes, realização prévia de um zoneamento agro-florestal.

O que está ocorrendo, no entanto, é que alguns desses novos projetos, como é o caso do asfaltamento da BR 364, no trecho entre Rondônia e Acre, já foram iniciados sem que as terras indígenas, na área considerada de influência do projeto, tenham sido demarcadas.

A outra medida anunciada como parte do esforço inicial de desenvolver a região amazônica, é o fortalecimento dos órgãos de desenvolvimento regional, como a Sudam, através da injeção de recursos. Em recente artigo publicado na folha de São Paulo,

Luiz Salgado Ribeiro, afirma que a Sudam não sabe "...qual o volume de incentivos fiscais aplicados nos 581 projetos agropecuários implantados na Amazônia, nos últimos 21 anos... Dos 6.18 milhões de bois que deveriam estar sendo criados nesses projetos, a Sudam acredita que existam pouco mais de dois milhões e que as pastagens formadas ainda não atingiram metade dos quatro milhões de hectares previstos". A grande defasagem entre o projetado e o real - além da própria falta de dados atualizados - leva à conclusão, afirma o jornalista, de que não há o mínimo controle da Sudam sobre esses projetos e que boa parte dos empresários beneficiados por esses incentivos desviou ou malbaratou a fatia retirada do imposto de renda.

Se, por outro lado, esses projetos fracassaram em quanto investimento de capital, o que significa má aplicação de recursos públicos, por outro lado, deixaram um saldo trágico de conflitos sociais, uma vez que foram implantados sobre um violento processo de expulsão de tradicionais moradores da região, hoje habitando as periferias das cidades amazônicas.

Todos esses fatos justificam a afirmação de que as medidas práticas enunciadas até o momento são contraditórias com as afirmações protecionistas. O que parece estar ocorrendo é uma apropriação simbólica de um discurso novo, gerado por outros atores sociais, sem que esteja sendo pensado um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Um dos pontos comuns nesse processo que vem ocorrendo nas últimas décadas na Amazônia e que continua se reproduzindo no presente, é a total ausência, em todos os planos, de medidas de proteção e de apoio às populações regionais envolvidas nas consequências dessas obras que hoje estão sendo implantadas na região. Se, em função de muita pressão internacional, as populações indígenas hoje têm seus direitos registrados em todos os documentos oficiais, o mesmo não ocorre com as populações regionais, não-índias.

Apesar de vários intelectuais já terem afirmado, inúmeras vezes, que a Amazônia não é uma região desabitada, vale a pena reafirmar isso aqui. A Amazônia que ainda não faz parte das áreas atingidas pelos grandes investimentos, está ocupada por uma população que tem nas atividades extrativistas e na pequena agricultura, os principais meios de subsistência. São

seringueiros, castanheiros, juteiros, pescadores, poaieiros. São descendentes de migrantes nordestinos que ocuparam a Amazônia, a partir da metade do século passado, em função da demanda industrial por borracha.

Esse segmento da população da Amazônia vem sendo rapidamente destruído. Quase não existe mais no Pará e poucos ainda podem ser encontrados em Rondônia. A maioria vive miseravelmente nas cidades. Muitos deles, porém, vem desenvolvendo, no Amazonas e no Acre, áreas ainda pouco transformadas, maneiras extremamente originais e importantes de resistência a esse processo de transmutação de morador da floresta em desempregado urbano.

No Acre, os seringueiros realizam, todos os meses, um movimento espontâneo de defesa da mata contra a devastação. São os 'empates' - ações coletivas que visam 'empatar', ou seja, impedir, que a mata seja destruída. Os acampamentos das empresas são desmontados, as moto-serras e instrumentos de agrimensura apreendidos, e os trabalhadores das fazendas, os peões, convencidos a abandonar o trabalho de derrubada das árvores.

Essas ações, verdadeiros marcos históricos de defesa da floresta amazônica, não encontram eco fora de lá, porque são realizadas em regiões distantes, isoladas, através de atitudes singulares de uma população que não consegue ver a mata sendo destruída porque aprendeu a conhecer todos os seus segredos e vive daquilo que ela lhe oferta.

Os seringueiros têm, em conjunto com os índios e com os outros segmentos que vivem de atividades extrativistas, um profundo domínio da ecologia amazônica, acumulado em séculos de vivência harmônica com ela. Essa academia natural vem sendo paulatinamente destruída sem que a sociedade brasileira sequer perceba o que está acontecendo, porque falta a essas pessoas o direito mais elementar de um cidadão - o direito de falar. Para a opinião pública brasileira, assim como para as autoridades governamentais, os trabalhadores extrativistas da Amazônia deixaram de existir quando esses produtos foram substituídos pelos fabricados artificialmente.

Mas isso não é verdade.

As estatísticas são falhas, mas mais de 500 mil pessoas dependem de atividades extrativistas para sobreviver, hoje

je, na Amazônia, sem considerar que são inúmeras as famílias que vivem nas cidades mas são sustentadas pelo trabalho de alguns de seus membros que permanecem na floresta, plantando e colhendo as riquezas que ela contém.

Obtendo alimentos ricos da floresta (a castanha, a fruta-pão, a pupunha, o cupuaçu, o açaí), caçando sem afetar a reprodução dos animais, extraíndo o látex das seringueiras, durante mais de cem anos, sem afetar a produtividade das árvores, poderíamos afirmar, com convicção, que temos à nossa frente, mais um exemplo daquilo que o antropólogo americano, Marshall Sahlins denominou de sociedade da afluência - aquela na qual todas as necessidades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas.

Os trabalhadores extrativistas da Amazônia, quando apresentam condições de gerir de forma autônoma, ou seja, sem intermediários, a produção e comercialização de seus produtos, apresentam uma condição de vida muitas vezes superior à dos moradores das cidades.

Isso não significa, porém, um elogio ao primitivo e ao arcaico. Morre-se no interior da Amazônia de doenças que há muito já foram erradicadas em outras regiões do país. Gerações inteiras de seringueiros nunca frequentaram uma escola. Os mecanismos de organização da economia extrativista em algumas áreas são semelhantes à semi-escravidão. Os seringueiros não são cidadãos brasileiros, uma vez que sequer se reconhece sua existência.

O Encontro que realizaram em Brasília e a participação que tiveram nas Audiências Públicas da ONU em São Paulo, foram marcos fundamentais na conquista desta cidadania.

O que quero enfatizar é que o discurso que eles estão elaborando é um discurso do presente, porque reivindicam inovações tecnológicas, crédito, novas formas de comercialização, escolas que respeitem seu ritmo de vida e sua cultura, postos de saúde no interior da floresta.

Esse é um discurso do presente, porque articula duas lógicas antes desconectadas e que ainda não estão expressas no discurso governamental: a de permanecerem sendo trabalhadores extrativistas, moradores da floresta, sem ficarem alheios ao desenvolvimento tecnológico da sociedade moder

na. E essa proposição aponta para o discurso do futuro, aquele registrado nos documentos de trabalho dessa Comissão. Trata-se da ênfase na criação de modelos de desenvolvimento auto-sustentáveis através da integração das políticas de desenvolvimento e ambientais.

A Amazônia apresenta condições potenciais para isso e ainda há tempo para que se adote um novo conceito de desenvolvimento, através da articulação harmônica entre natureza e tecnologia.

Algumas medidas urgentes devem ser tomadas nessa direção, e solicito que sejam analisadas por essa Comissão e encaminhadas ao relatório final:

1. Que seja realizado, por uma equipe de reconhecida competência científica, um mapeamento agro-ecológico da Amazônia para identificar as diferentes potencialidades de utilização econômica da floresta.
2. Que seja realizado, por uma equipe de reconhecida competência científica, um estudo antropológico sobre as diferentes formas de integração à floresta derivadas das atividades extrativistas, para avaliar as condições de adaptabilidade ao adensamento populacional futuro e a forma através da qual pode ser modificada a tecnologia atualmente utilizada.
3. Que esses estudos condicionem a utilização de recursos e investimentos na Amazônia, de maneira a evitar a reprodução dos erros cometidos até então.
4. Que sejam criadas na Amazônia reservas extrativistas para seringueiros e outros trabalhadores da floresta, nas quais haja total autonomia na produção e comercialização de seus produtos, assim como na definição do estilo de vida que desejam ter.
5. Que seja equacionada, de maneira inteiramente nova, a correlação entre endividamento externo e destruição das florestas tropicais. Ao invés de destruir a floresta para pagar a dívida, que os investimentos feitos na sua preservação e recuperação sejam abatidos do montante da dívida, considerando que essa é uma questão que interessa à humanidade.

Concluindo, gostaria de agradecer a oportunidade de ter falado perante essa Comissão e salientar que, se, no momento presente, parece existir uma defasagem entre as propostas dos seringueiros e a prática governamental, temos certeza que há uma identidade de propósitos entre o que eles esperam do futuro e o que essa Comissão se empenha em alcançar.

Muito obrigada.

Mary Helena Allegretti

Brasília, 31 de outubro de 1985

A DEFESA DA PROFISSÃO DE SERINGUEIRO



O ciclo da borracha ainda atrai exploradores, conquistando a estabilidade não seja nela e mesmo do passado de puro

CAMPO ALERTA

Francisco Belio Fimenta Teófilo III

O assentamento de 29-164 está chegando. O que se beneficia com essa situação são produtores de campo que estão dentro de sua zona de influência. Será uma etapa de integração do "entrado" das terras das grandes capitais do sul do País para formação das grandes fazendas ou das "plantações".

Essas são conclusões para aqueles que passam no desenvolvimento do Estado alijado a todos os conceitos de população.

O êxito pelo assalto não resolve os problemas do Arce. É necessário um trabalho que se estabeleça na área de agricultura, como nas demais, em plano de produção agrícola contemplando os pequenos produtores, tem-se a vista assegurar as áreas necessárias à sua permanência na terra, para que não se assalte sua produção e que venha a ser a Amazônia, isto, mesmo com um grande projeto de Polonoroeste, um investimento de US\$ 2,7 bilhão, que área de abrangência compreendendo a Floresta do Alto Cruzeiro e todo Estado de Rondônia, esta se dá: aceleradamente a reconstituição da terra, isto é, estar se formando antes da fundação de uma nova pequena propriedade agrícola.

Por tanto, é necessário que o planejamento seja criterioso, com objetivos e metas alcançáveis para que se tenha um desenvolvimento real.

Essa é a visão que se tem da diversão enorme da sociedade produtora de serviços, para considerar a democracia neste País, esta na hora de juntar forças; políticas, econômicas que se complementam mais com o povo, estudantes, trabalhadores, intelectuais e cidadãos de bem, para não permitir que o expansion capitalista utilize o pequeno agricultor como cobaia, isto é, quando se tem como alvo as fazendas fechadas, plantações, empresas locais etc. e não realizados. É preciso, à margem do progresso ao qual teve participação decisiva e sai a procura de novas terras e a história pode se repetir em terras próximas. Se acontecer para onde irão estes trabalhadores se está a última fronteira? Procurar terras de outros países? (Bolívia, Peru) ou vai para as zonas vírgens, áreas desmatadas, sobrepovoadas, fechadas e controladas?

A história não se repetirá se os setores representativos da sociedade, sobretudo a classe política e nível municipal, estadual e federal, se posicionarem claramente no sentido de estabelecer para o Estado uma política agrícola e agrícola que atenda realmente a necessidade dos pequenos agricultores, seringueiros, pescadores, e não de todos os trabalhadores do campo.

Se Estado que possui uma área de 15 milhões de hectares, cuja maioria das terras são agrícolas, tem condições de possibilitar a todos aqueles agricultores que aqui se residem e os que estão chegando, os meios necessários para que suas famílias tenham uma vida íntima.

Se o problema for esse que o assentamento desta entrada seja apenas para ampliar o mercado consumidor das indústrias e comércio do centro-sul ou para atender outros interesses.

Se o objetivo, no momento, de garantir a diversidade econômica, nas terras de milhares de hectares, podendo, a médio prazo, ser o Estado de Arce e maior centro produtor de alimentos do região, não se expandir as culturas do café, cacau e cana-de-açúcar e mercado externo e a regional, com as culturas do quequeim e frutíferas nativas (cupuaçu, açaí, bacaba etc.), essenciais para a saúde e sobrevivência dos consumidores naturalmente. Podemos ainda estabelecer um programa de produção para aqueles produtos de grande procura pelos consumidores do centro-sul, como: abacaxi, manga, banana e beterraba. Fundamentalmente todas estas culturas são adaptadas ao clima tropical, com as vantagens do quequeim e açaí, portanto não se trata de nenhuma utopia, desde que seja devidamente planejado, de uma decisão política de governo no sentido de promover a produção e o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Branco.

Quando o tempo de se fazer algumas coisas não se concluiu se pararam de se fazer, mas se estavam fazendo e não se pararam de fazer. Não se pararam de fazer.

[*] Professor Assistente de UFAC, com curso de Pós-graduação em Teoria e Prática de Políticas, e especialista de Emerito UFAC.

A Amazônia está ocupada. Sua ocupação faz parte de um Brasil subdesenvolvido, dependente e ignorante, que se ocupa a viver colonizada por um pouco de espaço verde e ser pouco e explorado economicamente, além das populações indígenas, seringueiros, que, na sua maioria, ainda vivem em regime próximo da escravidão.

Pela primeira vez na história, no período de 11 a 17 de outubro, os seringueiros da Amazônia - reunidos para debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o seringueiro. É para mostrar ao País que existem, suas condições de trabalho, suas reivindicações, seu direito a uma identidade cultural própria.

A Amazônia está ocupada por populações indígenas e por uma população que migrou do Nordeste no século passado, na busca de espaço de terra e cujos descendentes ainda hoje vivem nas florestas. São os seringueiros, extratores da borracha. São formados na Amazônia, e especialmente no Arce, um contexto econômico e cultural específico, que tem um pouco de identidade indígena e um pouco de identidade lusitana. São os seringueiros, descendentes de Walter Bunes, da Fundação Pro-Memória, do Ministério da Cultura, que, desde 1982, acompanha a realização de projetos de educação e cooperação no Arce.

O Projeto Seringueiro desenvolve no Arce as seguintes propostas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educação do Arce para a seringueira. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra e preservação das áreas de seringueiro ativo e preservação de seringueiros e canavieiros.

O Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rapurí-Arce e está sendo promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Arce, por seringueiros do Arce e a associação de seringueiros e soldados de borracha de Rondônia, em uma visita do IANIC do Instituto de Estudos Socio-Econômicos, do Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pro-Memória, e da Universidade de Brasília.

Entre 11 e 17 de outubro, 130 representantes dos seringueiros da Amazônia discutiram, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UFRJ, na Avenida das Américas, os problemas da borracha, o desenvolvimento da Amazônia, a reforma agrária, políticas para a borracha, cultura, educação e vida dos seringueiros. No dia 17, eles aprovaram o documento final do encontro, que será entregue às autoridades.

Durante o encontro na Universidade de Brasília, serão exibidos os filmes de "Seringueiros do Rio", de Renato Neumann; "O rio do Diabo", produzido pela Fundação Pro-Memória, sob direção de João Batista de Andrade; "A Revolta de Desobediência", produzido pela Universidade Católica de Goiás e a Central Independente Televisão; "Os Seringueiros", de Gilson dos Santos; "O caminho do Fogo", "Os Círculos da Borracha", "As Trapaças na Amazônia". Os filmes serão exibidos, também, no mesmo período, no Teatro Calipsonense.

Segundo Maria José Jaime, coordenadora geral do Instituto de Estudos Socio-Econômicos, "também hoje produzimos no interior do regime econômico formas compatíveis de atenção da força de trabalho".

Na Amazônia, desde o início desenvolveram-se um sistema escravista de organização do trabalho no seringueiro - economia escravista. O seringueiro que trabalha lá vive em um ambiente com as despesas de vida - alimentação e habitação e um sistema de trabalho e preço estabelecidos nos seringueiros para pagar com a produção. O preço sempre foi muito inferior ao do

na seringueira autônoma constituída, a qual José Walter Bunes, uma figura marcante no Arce e líder da Associação - estão construindo um novo sistema de vida e de organização social, marcado por um maior grau de autonomia, por um maior controle da produção e da distribuição. As pesquisas realizadas em 1982 com seringueiros tradicionais do Arce, a antropóloga Mary Helena Algratti, coordenadora de Estudos Rurais do IANIC, constatou que os dois elementos que condicionavam a sobrevivência dos seringueiros no Arce eram a ausência de acesso aos serviços de saúde e a falta de acesso aos serviços de educação. O projeto de educação "que deve conter as necessidades dos seringueiros" e os tempos de "festa do trabalho" e que tiveram um caráter de organização de modo de vida de floresta.

Com o apoio do Centro Escamônico de Educação e Informação, de São Paulo, do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, da Fundação Nacional Pro-Memória, e do Instituto Sindicalista de Trabalhadores Rurais, foram realizadas várias reuniões e reuniões nos Arce. O objetivo das reuniões dos seringueiros autônomos no Arce, como relatou a antropóloga Mary Helena Algratti, "a escola organizada com essa ideia de estabelecer uma cooperativa. Então, a ideia, também, caráter econômico, no sentido de que os seringueiros possam ter um controle sobre a produção e a comercialização da borracha e adquirir os elementos para isso: aprender a ler, escrever e controlar de forma autônoma".

Desde 1981, a Fundação Pro-Memória participou do Projeto Seringueiro, no Arce, através do projeto integração entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País.

Trabalhamos com o princípio da pluralidade e da diversidade cultural, mantendo a cultura como forma de vida e de sobrevivência das diversas populações - as dos seringueiros, comunidades, áreas indígenas, pescadores e outros, explicando aos seringueiros que a cultura é um conjunto de seringueiros que parte de sua experiência, comunal e do povo, ao qual se chama de cultura. O seringueiro que vive em uma comunidade organizada para a sociedade nacional, mostrando as suas diferenças e buscando, ao mesmo tempo, uma identidade cultural brasileira".

Para a antropóloga, a maneira como a população vive, através da extração da borracha na Amazônia, especialmente nas áreas autônomas, deve ser "levada mais a sério" e discutida sobre as formas de ocupação de terras, por preservação e economia e permitir uma sustentabilidade da subsistência. "A comercialização do produto é gerenciada pelo governo, o que significa uma perda para o seringueiro. O que os seringueiros pretendem é que sejam levadas mais a sério. Que o modo como eles vivem seja considerado como uma das alternativas para se pensar uma forma ecológica de produção de vida e desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento não significa o projeto de industrialização e empresas agrícolas. Desenvolvimento significa também uma forma diferente de vida para a população que mora lá - saúde, educação, cooperativas, autonomia nas decisões". afirma Mary Helena Algratti. (A autora é jornalista de São Paulo e reside em Brasília, DF).



A ocupação dos seringueiros pelo boi tem provocado o êxodo de milhares de seringueiros

Sudhevea propõe a seringueiros do Acre retomarem em mini-usinas

BRASILIA (ROMERITO AQUINO) — "Enquanto não sairmos de meros exportadores de matéria-prima do borracha para continuarmos enriquecendo o Sul do País, não chegaremos a lugar nenhum".

A afirmação foi feita ontem pelo Superintendente da Sudhevea, Antonio Macedo, ao falar para os 122 seringueiros do Acre, Rondônia e Amazonas que se encontram em Brasília participando do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, numa promoção da Fundação Pró-Memória (Ministério da Cultura) e Instituto de Estudos Socio-Econômicos (INESC).

Antonio Macedo fez esta observação ao propor aos seringueiros acreanos que retomem a produção de folha fumada nas mini-usinas do interior do Acre neste momento em que a Sudhevea, juntamente com o Banaero, se esforçam para resolver de uma vez por toda o problema da comercialização de folha fumada, problema este que foi o causador do insucesso das mini-usinas acreanas em passado recente.

Antonio Macedo, depois de ser questionado de todas as formas pelos seringueiros, disse que a mini-usina, que produz já o produto beneficiado (a folha fumada) representa um avanço tecnológico através do qual o seringueiro acreano pode se libertar das duas frentes de exploração em que vivem hoje: as extorções nos preços das mercadorias do consumo e a exploração da produção de borracha que só dá pelo pagamento do preço inferior, na terra e na renda cobrada pelos patrões aqueles seringueiros que ainda permanecem dependentes.

O Superintendente da Sudhevea disse que o convênio assinado entre a autarquia e o Banaero, recentemente, já deu um fim na falta de compradores de folha fumada e que todo o seringueiro que se dispuser a voltar para a mini-usina poderá receber um melhor preço pelo seu produto e o que é mais importante, em tempo mais rápido.

Esse avanço tecnológico, já conquistado pelo Acre e embora tenha sofrido atrasos em seu progresso, pode representar para o seringueiro, segundo declarou Antonio Macedo, uma agregação de valor no seu produto, dando a ele maior poder de barganha na compra de mercadorias e no seu abastecimento. Só assim, segundo Macedo, poderemos alcançar o desenvolvimento social dos milhares de seringueiros da Amazônia.

"Não se pode falar em melhoria social sem se pensar e colocar em prática as soluções para os problemas econômicos", disse Macedo, ao criticar aqueles que pregam métodos empíricos para a Amazônia, sem apresentar propostas concretas através das quais os seringueiros da região possam alcançar sua autonomia e independência econômica.

Sobre o papel da Sudhevea nos Estados amazônicos produtores de borracha, Antonio Macedo esclareceu alguns pontos rebatendo uma série de críticas feitas pelos seringueiros, que questionaram a Sudhevea nas áreas de saúde, educação, abastecimento dos seringueiros, etc. Disse Antonio Macedo, que a Sudhevea não dispôs de estrutura adequada para realizar ações de educação, saúde, abastecimento, mas que repassa recursos para os órgãos que tem atuação específica nestas áreas para que estas ações sejam concretizadas. "Repassamos recursos para as secretarias de saúde dos Estados para prestar assistência de saúde aos seringueiros. Repassamos recursos para as secretarias de Educação formarem os ensaios para os seringueiros e seus filhos. Fazemos convênios com a Cebal para que esta campanha

Banco de Dados



Macedo, Superintendente da Sudhevea

do governo forneça as mercadorias necessárias para o seringueiro produzir borracha durante todo o ano", explicou Macedo, ao ressaltar que o papel da Sudhevea não se destina a promover ações deste tipo.

Considerando "justas e procedentes" todas as reivindicações apresentadas pelos seringueiros em seu Primeiro Encontro Nacional, Antonio Macedo lembrou ser por mais (DIGO) ser por demais importante a reforma agrária para os seringueiros continuarem produzindo borracha, que considera igualmente importante a educação e a saúde na região, mas que o mais importante é o seringueiro se reunir em entidades de classe combativas para defender sua autonomia econômica e da sua independência social. Para Antonio Macedo, a questão da borracha hoje na Amazônia é uma "questão estrutural" onde tomam milhares de homens produzindo um produto que não tem valor agregado um produto que, no seu entender depende para ser produzido, de mercadorias que são transportadas a mais de cinco mil quilômetros de sua origem (centro Sul do País) e que requer um transporte em distância igual para chegar até o centro final de consumo (as indústrias que utilizam matéria-prima de borracha). "É preciso que haja valor naquilo que vocês produzem. E como chegar até este valor? Partindo para um avanço tecnológico através, por exemplo, da mini-usina", indagou para responder ao mesmo tempo o superintendente da Sudhevea.

MUITAS CRITICAS A SUDHEVEA

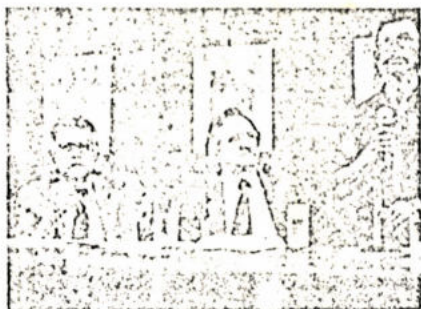
Antes de falar no encontro dos seringueiros no Capital Federal, o superintendente da Sudhevea ouviu um série de denúncias que dizem respeito ao órgão. Muitos seringueiros denunciaram o desvio de mercadorias da Cobot pelas patrões, o pagamento da borracha ao seringueiro a preços muitas vezes inferiores ao vigente, nas tabelas de preços estabelecidas pela Sudhevea, o atraso no atendimento do saúde dos barcos da Sudhevea que prestam assistência médico-odontológico no Amazonas e em Rondônia, o total desvirtuamento do processo de credenciamento de seringueiros junto aos postos de venda da Cobot e

outras questões. Os seringueiros defenderam junto ao superintendente a necessidade de que exista um conselho de seringueiros junto a administração da Sudhevea e pelo menos um representante de seringueiros no Conselho Nacional da Borracha, que é o órgão normativo que se destina a definir as diretrizes da política nacional da borracha. Da mesma forma, os seringueiros mostraram desejo de visitar a sede da Sudhevea na Capital Federal, conversar com seus diretores e técnicos, conhecendo por dentro o funcionamento do órgão, para terem uma idéia de que ele gere a política nacional de borracha. Os seringueiros foram mais além: cobram do superintendente da Sudhevea um esclarecimento de como anda a política nacional e internacional da borracha, o porque do seringueiro viver tão abandonado nas matas amazônicas uma vez que se seu trabalho sai uma contribuição valiosa para a nação brasileira, enfim, muitas outras questões que eles não entendem em relação ao completo abandono dos seringueiros. Alguns seringueiros, inclusive, chegaram a propor a desativação da Sudhevea, uma vez que se trata de um órgão que, no seu entender defende muito mais o seringueirista do que o "povo seringueiro".

O terceiro dia do Encontro Nacional de seis seringueiros da Amazônia foi centrado basicamente em cima dos questionamentos da atuação da Sudhevea em toda a região Amazônica. Além do superintendente Antonio Macedo, estiveram presentes no encontro o jornalista acreano Edilson Martins, representante do Ministério da Agricultura e de outros órgãos vinculados à política da borracha. No dia de ontem, no auditório da Universidade de Brasília, discutiu-se a política do Governo para o seringueiro nativo e de cultivo, onde se debateram formas para que os seringueiros da Amazônia, que produzem hoje nos seringaais nativos, possam num futuro próximo partir também para o cultivo de seringueiras, num esforço de racionalizar a produção de borracha através desta política de cultivo. Foi um dos dias mais proveitosos do encontro, onde os seringueiros tiveram respostas para várias dúvidas em relação às ações dos órgãos governamentais encarregados de gerir a política nacional de borracha.

Seringueiros dão um grande passo político em Brasília

Repercute no sul do país devastação das 120 mil seringueiras



O seringueiro Américo Jula, a situação dos seringueiros de Xapuri ao lado do senador Mário Moura (centro) e do Ministro da Cultura Alípio Pimenta.



Um seringueiro do rio Jutai, no Estado do Amazonas, fala no primeiro dia do Encontro sobre a situação dos seringueiros da Amazônia.



O seringueiro Jaime da Silva Araújo, representando o Estado do Amazonas, foi um dos maiores oradores do Encontro em Brasília. Foi o primeiro a falar no início do evento.



Omineiro Américo, do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, e membro do PT, foi um dos mais empregados e críticos radicais da situação dos órgãos federais e estaduais na região amazônica.



Um seringueiro do Acre dá entrevista à Rede Manchete na Universidade de Brasília.



O Superintendente da Sudevea, Antonio Macedo Bezerra, proibiu aos seringueiros que assistem ao processo de produção da folha parada de manifestarem-se.

Romário Aquino — Texto e fotos

Se há muito tempo a maioria deles não tira saldo junto aos patrões dos seringais, médios e baixos rios, desta vez, no entanto, todos eles tiveram um grande saldo. Não foi um saldo em dinheiro, mas um saldo político que pode lhes render um grande avanço na conquista de suas dependências econômicas e sociais.

Estamos falando das 120 seringueiras que durante os últimos sete dias estiveram em Brasília, representando mais de 60 mil companheiros espalhados por toda a região amazônica durante o I Encontro Nacional de Seringueiros um acontecimento ímpar na história da borracha no país.

Foi, sem dúvida alguma, uma grande conquista política dos chamados "heróis da seiva amazônica". Se não saíram de Brasília levando coisas concretas, os seringueiros voltaram para suas regiões na certeza de que deixaram na capital federal uma semente plantada que traduz muito a sua perseverança de continuar na luta por melhores condições de vida.

Foram 80 seringueiros do Acre, 9 do Estado do Rondônia, 32 do Estado do Amazonas e um do Estado do Pará que se reuniram entre si e

com autoridades do governo federal, debatendo exaustivamente os problemas de problemas que enfrentam hoje na Amazônia para continuarem produzindo as milhares de toneladas de borracha consumida pela indústria de pneus e artefatos. Falou-se de tudo neste Encontro de Brasília. Que os seringueiros já não suportam mais os crescentes desmatamentos de seringueiras, castanheiras e outras árvores nobres da região; que o seringueiro já não suporta ser explorado duplamente: na compra de mercadorias para abastecer o seringal e na venda de borracha, que o seringueiro não aguenta mais pagar malária; que o seringueiro continua analfabeto sem um ganho pelos patrões, marreteiros e comerciantes; que o seringueiro já não aguenta tanto sofrimento. Eles relataram com detalhes todas estas carências, explicaram para os órgãos do governo, entre os quais a Sudevea, o Ministério de Agricultura e o Ministério da Reforma Agrária, como é a vida nos seringais e o que necessitam para aumentar a produção de borracha natural da Amazônia. Explicaram, debateram, esclareceram e até fizeram propostas concretas que visam alcançar o desenvolvimento social e econômico de toda esta

região. Colocaram para estes órgãos federais propósitos claros, objetivos e prioritários, entre os quais, uma reforma agrária efetiva e específica que leve em consideração a repartição da terra por colação, um programa claro de comercialização da borracha, uma política exclusiva de abastecimento para os seringais, uma política de saúde preventiva e de assistência médico-dentária de acordo com as suas necessidades, uma educação que leve em conta sua história e suas tradições culturais; enfim, uma nova ordem econômica e social capaz de propiciar o desenvolvimento da Amazônia através de uma economia extrativista moderna. Não se deixou também de falar no compromisso que a nação brasileira toda tem para com os mais de 7 mil seringueiros que ainda estão vivos e que foram para a Amazônia produzir borracha durante a última grande Guerra Mundial, os chamados "soldados da borracha".

Estão filiados, os seringueiros ficaram de: I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia um marco histórico no avanço de sua luta política em favor do desenvolvimento social e econômico da Amazônia. Já chegaram com este encontro, alcançaram 45 por cento de nossos objetivos. Muitos encontros acontecerão assim vamos conquistar finalmente os nossos direitos", foi como considerou o Encontro de Brasília o seringueiro Jaime da Silva Araújo, morador na região do rio Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas.

Enfim, os representantes dos milhares de seringueiros espalhados por toda a Amazônia saíram de Brasília com a certeza de que daqui por diante será mais fácil agigantar ainda mais a luta de sua classe trabalhadora por melhores condições de vida. Eles voltam agora para suas regiões, vão fazer um relato do Encontro na capital federal aos seus companheiros e pensar as próximas ações que serão capazes de instrumentalizar os meios necessários para que se possa produzir mais borracha na Amazônia a partir de uma política de desenvolvimento racional que leve em conta, antes de tudo, a valorização do homem que há séculos ocupa esta região.

Brasília (Romário Aquino) — Se não chegou a alcançar resultados concretos imediatos, o I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, realizado em Brasília de 12 a 17 de outubro últimos, serviu de palco para as graves denúncias de desmatamento das seringueiras e castanheiras nas áreas onde os milhares de seringueiros da região se utilizam para produzir a tão importante borracha natural, que movimentou hoje a poderosa e crescente indústria de pneus e artefatos do Brasil.

Uma denúncia feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Francisco Mendes, a plenário do I Encontro, causou como uma bomba nos meios ecológicos do sul do País, com repercussão principalmente na imprensa paulista onde se concentra hoje a maioria do parque industrial brasileiro que se utiliza da borracha natural como matéria prima para seus produtos acabados. Também não foi por menos, Francisco Mendes, apoiado por dezenas de seringueiros xapurienses que estiveram em Brasília, denunciou, por exemplo, que Xapuri é o município do Acre que mais tem sofrido com o desmatamento e a concentração da propriedade da terra nas mãos dos latifundiários. Na presença de vários jornais e televisões, Francisco Mendes afirmou que em Xapuri mais de 120 mil árvores de seringueira e 80 mil castanheiras foram derrubadas no atropelo da locomoção da gincana e da especulação fundiária dos fazendeiros vindos do Sul do País gerando desemprego e fome para centenas de famílias de seringueiros e castanheiros, que tiveram de rumar para a periferia das cidades vizinhas, formando com isso verdadeiras vilas miseráveis.

DEVASTAÇÃO DA SERINGUEIRA

Para quem conhece a importância estratégica que a borracha natural assume hoje no contexto da economia nacional, a denúncia feita pelo representante dos seringueiros de Xapuri — que chegou a citar a interção da fazenda de Xapuri de desmatar em 1988 cerca de 5 mil hectares de mata em Xapuri em área de grande concentração de seringueiros — é por demais grave. Não se vê...

Em relação apenas à seringueira, esse desmatamento feito nos últimos anos naquele município acreano re-

presenta um verdadeiro golpe mortal na economia extrativista des a região acreana. Tomando como base estatísticas já levantadas pelo Sudevea em relação aos seringueiros nativos da Amazônia as 120 mil árvores de seringueiras varridas do lado da terra Xapuriense representaram a extinção de 800 quintos por hectare de 200 colônias de seringa, tendo por base a média verificada na Amazônia, que cada colônia de seringueiro possui cerca de 400 árvores. Multiplicado este número de colônias extintas pelo número de quintos e borraças que produz, em média, cada quintal, conclui-se que foram destruídos cerca de 160 mil quintos de borraça. Tomando como base o preço médio de 7 mil cruzeiros recebidos pelo seringueiro pela borraça bruta, por quilômetro significa que, em custos sempre de extrativa, o município e o Estado do Acre como um todo deixaram de gerar uma renda em torno de um bilhão 117 milhões de cruzeiros por ano. No aspecto social esse desmatamento refletiu ainda mais o como praticado neste município acreano. Ainda tomando por base a estatística média da Sudevea de que cada família de seringueiro produz cerca de 500 quilos de borraça/ano, pode-se concluir que a área desmatada em Xapuri seria suficiente para absorver cerca de 320 famílias de seringueiros ou seja, mais de 1.500 pessoas — colocando no cálculo o número de famílias de seringa, teria se evitado a extinção de 1.500 pessoas e 70 crianças adultas e velhas.

Foi fim, os seringueiros presentes no encontro de Brasília deixaram no ar uma indignação importante econômica e socialmente, essa área desmatada em Xapuri pelos fazendeiros teria sido mais importante para o Acre ter continuado como área de trabalho ativo gerando fabrico das riquezas para seu povo, se transformou em fazendas de gado. Os seringueiros foram mais felizes: o que mais vale economicamente e socialmente hoje, um hectare de seringueira ou um hectare de bois? É só uma questão de se fazer a conta na ponta do lápis sobre os valores das duas culturas para se dar um não razão aos seringueiros presentes na capital federal?

70 seringueiros do Acre no I encontro nacional

Brasília (SUCRIAL) — Os mais de 70 seringueiros do Acre que estão participando em Brasília do I Encontro Nacional de Seringueiros (que reúne seringueiros também do Pará, Rondônia e Amazonas) abordaram o Coordenador-geral do PLANACRE, Eduardo Thadeu Domingues, a participação direta das lideranças dos seringueiros da região na elaboração dos planos e projetos previstos no programa de desenvolvimento integrado do Acre (PLANACRE).

Os seringueiros presentes a este encontro falaram ao Coordenador do Planacre que exigem que, a exemplo do que foi feito com os setores indígenas, de meio ambiente e de saúde dentro dos estudos do Planacre, seja realizada um grande levantamento de toda a situação dos seringueiros acreanos e que o levantamento também faça parte dos estudos que serão utilizados pelo programa para a definição de metas e ações de desenvolvimento no Estado.

O ponto político dos seringueiros acreanos — referenciado através de vários pronunciamentos de líderes sindicais no terceiro dia do encontro nacional de seringueiros — foi cobrado na manhã de ontem do Governo do Estado após as explicações dadas pelo Coordenador do Planacre, Eduardo Thadeu. Segundo sua explicação para a platéia formada por mais de 100 seringueiros dos três Estados da Amazônia Ocidental o Planacre ainda não pode ser caracterizado como um programa, vez que ainda se encontra na fase de levantamento de dados dos setores que serão objeto das ações futuras deste programa. Eduardo Thadeu, muito cobrado através de várias críticas feitas pelos seringueiros, disse também que o Planacre surgiu da preocupação do Governo do PMDB "eleito" pelo povo de serem adotadas ações que preservem em primeiro plano os interesses dos vários setores que compõem a sociedade acreana, quais sejam as comunidades indígenas, os seringueiros e os colonos, além de preservar os recursos naturais e as florestas da região. "A proposta do Governo acreano levou em conta os interesses dos índios de meio ambiente e a situação de saúde do Estado", acrescentou Eduardo Thadeu ao adiantar que os seringueiros não devem se preocupar com o programa uma vez que ele não propõe a construção de estradas na região mas se preocupa em amenizar os efeitos negativos que a pavimentação destas estradas poderá trazer para os setores menos favorecidos do Estado. Ao ser indagado pelos seringueiros acreanos, disse que todos os documentos que foram produzidos até agora pelo Planacre — ou seja, os termos de referência do programa, que se caracterizam apenas nos levantamentos que devem ser feitos nas áreas indígenas de saúde e de meio ambiente — foram enviados para a apreciação das várias entidades do classe que representam os trabalhadores acreanos, numa prova de que o programa pretende ser o mais democrático possível. Disse ainda Eduardo Thadeu que o Governo do Estado "está aberto para novas sugestões ao programa, está aberto para receber contribuições de todos aqueles que queiram participar de suas ações". Eduardo Thadeu informou aos seringueiros que o programa também tem a preocupação quanto ao setor extrativista acreano, uma vez que está sendo feito convênio com a SUDHEVEA para que sejam desenvolvidas ações nas áreas de comercialização e abastecimento de borracha. Apesar desta preocupação, os seringueiros que aderiram insuficiente a participação de sua classe no pro-

grama sugerindo que o Planacre realize também, com suas participações diretas, um amplo levantamento de toda a situação dos seringueiros do Estado. O Coordenador-geral do Planacre ficou de estudar a proposta e disse que "a tendência será a realização deste levantamento", uma vez que o setor mais importante da economia acreana é o extrativismo da borracha.

BR-364: A ANDE E REOUVIAO

No terceiro dia do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, onde se discutiu ontem o tema "Os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia", sendo enfocado a vida nos seringueiros, as propostas do Governo para a Amazônia, e o desenvolvimento e conflitos sociais na Amazônia (seguido de debates), as maiores preocupações manifestas pelos seringueiros foram o Planacre e os efeitos nefastos que terá a Região a partir do asfaltamento da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco. Os seringueiros, após várias críticas ao Governo Estadual e Federal, ouviram explicações do técnico Dagoberto, Coordenador do Projeto da BR-364, sobre o projeto de pavimentação desta rodovia. Disse Dagoberto que o Governo Federal, com o objetivo de evitar novos distúrbios ecológicos, resolveu criar um grupo de trabalho incluindo técnicos de vários Ministérios (GT Interministerial) para que fossem feitos estudos visando evitar os efeitos negativos que a pavimentação da rodovia trará para os seringueiros e índios da Região. Disse o técnico ainda que o Governo Federal apresentou proposta que será discutida agora com os Governos estaduais (de Rondônia e do Acre), onde serão de limitadas ações de preservação das áreas de influência direta e indireta da BR-364. Desta forma, segundo o técnico, foram estabelecidas três grandes áreas que serão objeto de preservação neste projeto de pavimentação da rodovia, uma no Acre, outra em Rondônia e uma terceira no Estado do Amazonas. A discus-



A maior comitê em Brasília e a do município acreano de Xapuri

são destas ações preservacionistas será feita, segundo informou o técnico, na próxima semana em Rio Branco. O técnico coordenador do Projeto disse também que o grupo de trabalho definiu que as ações a serem empreendidas na região ultrapassa os 100 quilômetros dos dois lados da rodovia a ser pavimentada. Por fim, Dagoberto afirmou que algumas demarcações indígenas já foram iniciadas no Acre justamente nestas áreas de influência direta e indireta da rodovia que está sendo pavimentada na região.

MÁRIO MAIA COBRADO
O Senador Mário Maia, que fez parte da mesa de abertura do I Encontro de Seringueiros, na sexta-feira da semana passada, foi ontem alvo de muitas críticas de seringueiros e que queriam saber de que lado ele se encontra nesta estória toda de novos projetos para o Acre. As críticas dos seringueiros presentes ao encontro foram além do senador Mário Maia: os seringueiros tanto do Acre quanto do Amazonas e Rondônia, teceram violentas críticas ao silêncio dos políticos nestas questões. O deputado Márlon Frota, do PMDB do Amazonas, por exemplo que fez parte da mesa que conduziu os trabalhos de ontem após falar no plenário foi taxado de omissivo pelos seringueiros do Acre. "O que o deputado deveria dizer sobre sua atuação no Congresso em favor do seringueiro e não estar falando aqui no Encontro sobre coisas que nós seringueiros já estamos cansados de saber".

Sob críticas de alguns e até elogios de outros o senador Mário Maia teve de explicar sua atuação enquanto mentor político do Planacre. Mário Maia, em aparte aos seringueiros, garantiu que jamais este programa começou a ser pensado sem antes se levar em consideração os interesses dos índios e dos seringueiros do Acre além da preservação do meio ambiente e das riquezas naturais do Estado, tais como a castanha e a seringueira. "O I Anacre é de vocês. Vocês é que vão fazer o Planacre", se comprometeu o senador para uma platéia ávida de críticas aos setores do Governo e aos políticos que, segundo ele, pouca coisa estão fazendo em favor dos seringueiros da Região. "Os políticos só querem saber da gente quando está próximo das eleições. Só assim eles vêm até a gente para dar tapinhas nas costas", não cansaram de repetir dois seringueiros. O senador Mário Maia teve que dizer textualmente respondendo às indagações dos seringueiros presentes, que era a favor dos seringueiros, pois como filho de seringueiro e preocupado com o futuro das metas e populações que nelas vivem. "Jamais poderia deixar de ficar ao lado destes bravos brasileiros, os nossos seringueiros".
O Senador disse mais ainda: "quero que vocês nos vejam como aliados. Eu posso ter erros na minha atividade parlamentar, mas duvido qual o político que se dedicou mais exclusivamente nas denúncias de atrocidades e explorações que os jagunços do sul do

País fazem no Acre com o nosso índio ou o nosso seringueiro" desafiou o senador. O senador fez questão de deixar claro aos seringueiros que tendo um dos maiores políticos do Planacre da todo seu apoio a participação direta dos seringueiros na gestão deste programa. "Feias críticas que ouvi aqui parece que até somos inimigos de vocês. Não se trata disso. Não sou seringueiro hoje. Já fui seringueiro. Mas como político que recebi os votos do povo para representá-lo no Congresso Nacional posso muito bem contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso seringueiro". Por enquanto, é preciso deixar claro que o Planacre ainda não se constituiu em nenhum programa concreto. Temos apenas idéias e queremos compartilhá-las com vocês seringueiros. Uma das minhas propostas, quando se discute com os seringueiros, é que aconteça projetos de adensamento de seringueis nesses seringueis já desapropriados no Estado. Nestes seringueis, poderíamos plantar seringueiras com o objetivo de daqui há alguns anos poderemos elevar a produção de borracha do Estado.

Se em uma colocação existem 500 seringueiras daqui há alguns anos podem existir nessa mesma colocação cerca de quatro mil seringueiras. E isto é bom para o seringueiro. É bom para o Estado e para o País. Quanto ao Planacre, vocês é que vão fazer o programa", se comprometeu, finalizando o senador Mário Maia.

CINCO MENDES PRESIDENTE TERCEIRO DIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que chegou no domingo em Brasília foi quem presidiu os trabalhos no terceiro dia do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Assim este I Encontro partiu de sugestão do próprio Sindicato de Xapuri (onde existe já o Projeto Seringueiro) logo encaminhado pelo Instituto de Pesquisas Sócio-Econômicas (INPES) e pela Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura. O encontro foi aberto na última sexta-feira pelo próprio Ministro da Cultura, Aluisio Pimentel, na presença do Reitor da Universidade de Brasília, Cristiano Buarque de Holanda, do Senador Mário Maia do Superintendente da Sudhevea e representantes do Ministério da Indústria e do Comércio, Antonio Macedo Bezerra, do poeta amazense "Jilso de Melo da Costa", João Vazerra, do deputado Wildy Vazerra das Neves, do Senador Jorge Kalume; e de autoridades dos ministérios da Cultura, da Agricultura, da Indústria e do Comércio.

Na sessão de ontem, esteve presente também professor João Correia Lima, da Universidade Federal do Acre, que falando no encontro parabenizou os seringueiros por estarem pela primeira vez dignificados alguma coisa e fez um relato do que foi a ocupação das terras do Acre por las latifúndios do sul do País no final da década de 70 e início da década de 80.

No terceiro dia os seringueiros teceram também várias críticas às atuações de órgãos como o INCRA, o IBDF, e Sudhevea e outros que têm a ver com a Região. Alguns denunciaram ações do IBDF regional, que chega a mandar polícia para prender e prender seringueiros que se metem a fazer os empates de cercaduras por parte dos fazendeiros da Região. Chamaram o processo de colonização que o INCRA vem promovendo há anos na região de "criminoso", onde o seringueiro "não tem vez", onde as terras são repartidas com os colonos do sul que não têm qualquer tradição para explorar as seringueiras que ficam dentro de seus lotes. Em relação a Sudhevea os seringueiros criticaram o órgão pelo insignificante desempenho nos setores de produção e comercialização de borracha. Muitos foram os seringueiros que disseram nunca ter sabido dos aumentos que a Sudhevea promove na borracha e que o órgão deveria fiscalizar mais de perto a compra e venda da borracha, assim como as mercadorias que são vendidas nos postos da Cobo, através do qual a Sudhevea repassa recursos para serem adquiridas mercadorias para os seringueiros da Região. Enfim, os seringueiros criticaram também omissão do governo estadual que pouco ou quase nada tem interferido para cobrar do Governo Federal medidas mais concretas em favor da melhoria de vida dos seringueiros. Seringueiros, como dona Arlinda, do Acre; Menezes Silvestre, também do Acre; João Siqueira, de Rondônia; Geraldo Torquato da Cruz, do Amazonas; Jaime da Silva, do Amazonas; Raimundo Alves do Acre; Luiz Tergino, do Acre; Carlos, de Rondônia; Paulo de Souza Bliva, de Rondônia; Osmarino, do Acre; Adalberto do Acre; Gérson, também do Acre; e outros seringueiros, foram ferrenhos críticos a atuação dos governos estaduais e federal, além das políticas que consideraram ainda muito "omissivas" em relação aos problemas e ao futuro dos milhares de seringueiros espalhados por toda a região da Amazônia Ocidental.

"Um congresso de identidade nacional"

Brasília (EBN) — O Ministro da Cultura considerou "um Congresso de Identidade Nacional" o Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que começou sexta-feira na Universidade de Brasília, e até o dia 17, vai ocorrer em discussão a política para a borracha, o desenvolvimento da Amazônia e os direitos históricos dos Soldados da Borracha, a Reforma Agrária, cultura, Educação e Saúde nos seringueis.

O encontro é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre, seringueiros do Amazonas e Associação de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos do Ministério da Cultura, através da Fundação Pró-Memória, e da Universidade de Brasília. Além dos seringueiros, participaram das mesas-redondas políticos e autoridades do governo e pesquisadores.

Ao apoiar o Encontro Nacional de seringueiros e seringueiras da Amazônia o Ministro da Cultura procura ressaltar que as modificações políticas, não tenham como base somente reivindicações

conjunturais e o voluntarismo ideológico mas que se radicarem nas condições concretas da existência diária. Pensar numa identidade é pensar a coexistência, a combinação de questões étnicas com questões sociais, a interpenetração dessas forças na história e na cultura. O Ministro Aluisio Pimentel na abertura do encontro.

REIVINDICAÇÕES

Sus representantes dos seringueiros falaram sobre as condições de vida as dificuldades e as reivindicações da categoria na cerimônia de abertura, que contou ainda com a participação do poeta Thiago de Melo, o Reitor da Universidade de Brasília, Cristiano Buarque e o senador Mário Maia.

O representante do Amazonas Jaime da Silva Araújo leu uma poesia sobre a vida do seringueiro que, posteriormente, foi entoada e elogiada pelo Reitor da UNB. O seringueiro relatou as dificuldades e privações nascidas pela população da Amazônia nos seringueis, havendo famílias "que passam até 29 dias sem o sal de panela".

"Nós não vivemos na floresta, nós vegetamos junto com ela. Por isso exigimos a reforma agrária e que os latifúndios não entrem nos seringueis". Segundo Jaime Araújo, a manipulação dos preços dos alimentos no "barracão" do seringueirista (o proprietário da terra e patrão dos seringueiros) provoca o endurecimento permanente do trabalhador e uma situação de escassez. "O quilo de café chega a custar Cr\$ 170 mil no barracão de Arupuanã", afirmou o representante do Amazonas.

Segundo Raimundo Mendes Barros, seringueiro em Xapuri, no Acre, apenas os seringueiros autônomos estão conseguindo sobreviver. Enquanto o seringueiro autônomo paga Cr\$ 2.800 o quilo do açúcar na cidade, o "cativo" paga de 7 a dez mil cruzeiros o quilo do produto no "barracão" do seringueirista. O patrão paga apenas Cr\$ 6.000 pelo quilo da borracha, enquanto, em Xapuri, o seringueiro autônomo consegue vender seu produto por Cr\$ 8.400.

Raimundo Barros, afirma que a principal reivindicação dos seringueiros é "a reforma

agrária por seringueiro", que leve em conta a densidade de árvores necessárias à extração e produção da borracha, para que o trabalhador tenha condições de sustentar sua família. Além disso eles querem "que a borracha tenha um preço melhor para o seringueiro" e que ele possa controlar a política de preços e a comercialização de produtos. Intermediário de serviços de saúde e escolas nos seringueis.

— Hoje nós estamos muito ameaçados pelo latifúndio.

Ele chegou na Amazônia, principalmente no Estado do Acre, e está devastando a floresta, está acabando com os seringueiros, está acabando com a castanha e com a caça. Está exaurindo os seringueiros para a cidade, onde chegam sem recursos financeiros, não tem saber para conseguir emprego. Eles ficam sendo boi-fria vivendo de bisculite, e aquilo rende muito pouco para sustentar a família. Então as filhas se entregam a prostituição, os filhos se entregam marginalidade. Por isso nossa principal reivindicação é a reforma agrária, afirma Raimundo Barros.

70 seringueiros do Acre no I encontro nacional



A maior comitiva em Brasília é a do município acreano de Xapuri

Brasília (Socursal) — Os mais de 70 seringueiros do Acre que estão participando em Brasília do I Encontro Nacional de Seringueiros (que reúne seringueiros também do Pará, Rondônia e Amazonas) cobriram o Coordenador-geral do PLANACRE, Eduardo Thadeu Domingues, a participação direta das lideranças dos seringueiros da região na elaboração dos planos e projetos previstos no programa e seu divolvimento integrado do Acre (PLANACRE).

Os seringueiros presentes a este encontro falaram ao Coordenador do Planacere que exigem que, a exemplo do que foi feito com os setores indígenas, de meio ambiente e de saúde dentro de estudos do Planacere, seja realizado um grande levantamento de toda a situação dos seringueiros acreanos e que este levantamento também faça parte dos estudos que serão utilizados pelo programa para a definição de metas e ações de desenvolvimento no Estado.

O plto político dos seringueiros acreanos — referendado através de vários pronunciamentos de líderes sindicais no terceiro dia do encontro nacional de seringueiros — foi cobrado na manhã de ontem do Governo do Estado após as explicações dadas pelo Coordenador do Planacere, Eduardo Thadeu. Segundo sua explicação para a platéia formada por mais de 100 seringueiros dos três Estados da Amazônia Ocidental o Planacere ainda não pode ser caracterizado como um programa, vez que ainda se encontra na fase de levantamento de dados dos setores que serão objeto de ações futuras deste programa. Eduardo Thadeu, muito cobrado através de várias críticas feitas pelos seringueiros, disse também que o Planacere surgiu da preocupação do Governo do PMDB "eletto" pelo povo, de serem adotadas ações que preservem em primeiro plano os interesses dos vários setores que compõem a sociedade acreana, quais sejam as comunidades indígenas, os seringueiros e os colonos, além de preservar os recursos naturais e as florestas da região. "A proposta do Governo acreano levou em conta os interesses dos índios, do meio ambiente e a situação de saúde do Estado", acrescentou Eduardo Thadeu ao adiantar que os seringueiros não devem se preocupar com o programa uma vez que ele não propõe a construção de estradas na região, mas se preocupa em amenizar os efeitos negativos que a pavimentação destas estradas podem trazer para os setores menos favorecidos do Estado. Ao ser indagado pelos seringueiros acreanos, disse que todos os documentos que foram produzidos até agora pelo Planacere — ou seja, os termos de referência do programa, que se caracterizam apenas nos levantamentos que devem ser feitos nas áreas indígenas de saúde e de meio ambiente — foram enviados para a apreciação das várias entidades do classe que representam os trabalhadores acreanos, numa prova de que o programa pretende ser o mais democrático possível. Disse ainda Eduardo Thadeu que o Governo do Estado "está aberto para novas sugestões ao programa, está aberto para receber contribuições de todos aqueles que queiram participar de suas ações". Eduardo Thadeu informou aos seringueiros que o programa também tem a preocupação quanto ao setor extrativista acreano, uma vez que está sendo feito convênio com a SUDHEVEA para que sejam desenvolvidas ações nas áreas de comercialização e abastecimento de borracha. Apesar desta preocupação, os seringueiros consideraram insuficiente a participação de sua classe no pro-

grama sugerindo que o Planacere realize também, com suas participações diretas, um amplo levantamento de toda a situação dos seringueiros do Estado. O Coordenador-geral do Planacere ficou de estudar a proposta e disse que "a tendência será a realização deste levantamento", uma vez que o setor mais importante da economia acreana é o extrativismo da borracha.

BR-364: A ANDE REOCU AO

No terceiro dia do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, onde se discutiu ontem o tema "Os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia", sendo enfocada a vida nos seringais, as propostas do Governo para a Amazônia, e o desenvolvimento e conflitos sociais na Amazônia (seguido de debates), as maiores preocupações manifestadas pelos seringueiros foram o Planacere e os efeitos malfélicos que terá a Região a partir do asfaltamento da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco. Os seringueiros, após várias críticas ao Governo Estadual e Federal, ouviram explicações do técnico Dagoberto, Coordenador do Projeto da BR-364, sobre o projeto de pavimentação desta rodovia. Disse Dagoberto que o Governo Federal, com o objetivo de evitar novos distúrbios ecológicos como os que aconteceram no programa do Polonoroeste (Mato Grosso e Rondônia) resolveu criar um grupo de trabalho reunindo técnicos de vários Ministérios (GT Interministerial) para que fossem feitas ações visando evitar os efeitos negativos que a pavimentação da rodovia trará para os seringueiros e índios da Região. Disse o técnico ainda que o Governo Federal apresentou proposta que será discutida agora com os Governos estaduais (de Rondônia e do Acre), onde serão de firmadas ações de preservação dos índios e meio ambiente nas áreas de influência direta e indireta da BR-364. Desta forma, segundo o técnico, foram estabelecidas três grandes áreas que serão objeto de preservação neste projeto de pavimentação da rodovia, uma no Acre, outra em Rondônia e uma terceira no Estado do Amazonas. A discus-

são destas ações preservacionistas será feita, segundo informou o técnico, na próxima semana em Rio Branco. O técnico coordenador do Projeto disse também que o grupo de trabalho definiu que as ações a serem empreendidas na região ultrapassa os 100 quilômetros dos dois lados da rodovia a ser pavimentada. Por fim, Dagoberto afirmou que algumas demarcações indígenas já foram iniciadas no Acre justamente nestas áreas de influência direta e indireta da rodovia que está sendo pavimentada na região.

MÁRIO MAIA COBRADO O Senador Mário Maia, que fez parte da mesa de abertura do I Encontro de Seringueiros, na sexta-feira da semana passada, foi ontem alvo de muitas críticas de seringueiros que queriam saber de que lado ele se encontra nesta história toda de novos projetos para o Acre. As críticas dos seringueiros presentes ao encontro foram a quem o senador Mário Maia, os seringueiros tanto do Acre quanto do Amazonas e Rondônia, tenham sido violentas críticas ao alinhamento político destas questões. O deputado Mári Frota, do PMDB do Amazonas, por exemplo que fez parte da mesa que conduziu os trabalhos de ontem após falar no plenário foi taxado de omissos pelos seringueiros do Amazonas. "O que o deputado deveria dizer era sobre sua atuação no Congresso em favor do seringueiro e não estar falando aqui no Encontro sobre coisas que nós seringueiros já estamos cansados de saber".

Sob críticas de alguns e até apelos de outros, o senador Mário Maia teve de explicar sua atuação enquanto mentor político do Planacere. Mário Maia, em aparte aos seringueiros, garantiu que jamais este programa começou a ser pensado sem antes se levar em consideração os interesses dos índios e dos seringueiros do Acre além da preservação do meio ambiente e das riquezas naturais do Estado, tais como a castanha e o seringueiro. "O Planacere é de vocês. Vocês é que vão fazer o Planacere", se comprometeu o senador para uma platéia ávida de críticas aos setores do Governo e aos políticos que, segundo ele, poucas coisas estão fazendo em favor dos seringueiros da Região. "Os políticos só querem saber da gente quando está próximo das eleições. Só assim eles vêm até a gente, não dão tapinhas nas costas", não cansaram de repetir dois seringueiros. O senador Mário Maia teve que dizer textualmente respondendo às indagações dos seringueiros presentes, que era a favor dos seringueiros, pois como filho de seringueiro e preocupado com o futuro das metas e população que neles vivem. "Jamais poderia deixar de ficar ao lado destes bravos brasileiros, os nossos seringueiros".

O Senador disse mais ainda: "quero que vocês nos vejam como aliados. Eu posso ter erros na minha atividade parlamentar, mas duvido qual político que se dedicou mais exclusivamente nas denúncias de atrocidades e explorações que os jagunços do sul do

Pisã fazem no Acre com o nosso índio ou o nosso seringueiro", destacou o senador. O senador fez questão de deixar claro aos seringueiros que sendo um dos mentores políticos do Planacere dá todo seu apoio à participação direta dos seringueiros na gestão deste programa. "Pelas críticas que ouvi aqui parece que até somos inimigos de vocês. Não se trata disso. Não sou seringueiro hoje. Já fui seringueiro. Mas como político que recebi os votos do povo para representá-lo no Congresso Nacional posso muito bem contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso seringueiro". Por enquanto, é preciso deixar claro que o Planacere ainda não se constituiu em nenhum programa concreto. Temos apenas idéias e queremos compartilhá-las com vocês seringueiros. Uma das minhas propostas, que deve ser discutida com os seringueiros, é que aconteça projetos de adensamentos de seringais em áreas seringueiras já desapropriadas no Estado. Nestes seringais, poderíamos plantar seringueiras com o objetivo de daqui há alguns anos poderemos elevar a produção de borracha do Estado.

Se em uma colação existem 500 seringueiros daqui há alguns anos podem existir nesta mesma colação cerca de quatro mil seringueiros. Isso é bom para o seringueiro, é bom para o Estado e para o País. Quanto ao Planacere, vocês é que vão fazer o programa", se comprometeu finalizando o senador Mário Maia.

CHICO MENDES PRESIDENTE TERCEIRO DIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que chegou no domingo em Brasília, foi quem presidiu os trabalhos no terceiro dia do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Além deste I Encontro partiu de sugestão do próprio Sindicato de Xapuri (onde existe já o Projeto Seringueiro) logo encaminhado pelo Instituto de Pesquisas Sócio-Econômicas (INPES) e pela Fundação Pró-Memória, do Ministério da Cultura. O encontro foi aberto na última sexta-feira pelo próprio Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, na presença do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cristiano Buarque de Hollanda, do Senador Mário Maia do Superintendente da Sudhevea e representantes do Ministério da Indústria e do Comércio, Antonio Macedo Bezerra, do poeta amazense Thiago de Melo do deputado João Vitorino da Silva, do deputado Willy Viana da Silva, do Senador Jorge Ralume, e de autoridades dos ministérios da Cultura, da Agricultura, da Indústria e do Comércio.

Na sessão de ontem, esteve presente também professor João Correia Lima da Universidade Federal do Acre, que falando no encontro parabenizou os seringueiros por estarem pela primeira vez discutindo alguma coisa e fez um relato do que foi a ocupação das terras do Acre por los latifúndios do sul do País no final da década de 70 e início da década de 80.

No terceiro dia os seringueiros tiveram também várias críticas às situações de órgãos como o INCRA, o IBDF, e Sudhevea e outros que têm a ver com a Região. Alguns denunciaram ações do IBDF regional, que cheza a mandar polícia para prender e punir seringueiros que se metem a fazer os empates de cerraduras por parte dos fazendeiros da Região. Chamaram o processo de colonização que o INCRA tem promovendo há anos na região de "criminoso", onde o seringueiro "não tem vez", onde as terras são repartidas com os colonos do Sul que não têm qualquer tradição para explorar as seringueiras que ficam dentro de seus lotes. Em relação à Sudhevea os seringueiros criticaram o órgão pelo insignificante dos ganhos nos setores de produção e comercialização de borracha. Muitos foram os seringueiros que disseram nunca ter sabido dos aumentos que a Sudhevea promove na borracha e que o órgão deveria fiscalizar mais de perto a compra e venda da borracha, assim como as mercadorias que são vendidas nos postos da Coboel, através do qual a Sudhevea repassa recursos para serem adquiridas mercadorias para os seringueiros da Região. Enfim, os seringueiros criticaram também a omissão dos governos estaduais, que pouco ou quase nada têm interferido para melhorar de vida dos seringueiros. Seringueiros, como dona Arlinda, do Acre; Manoel Silvestre, também do Acre; João Siqueira, de Rondônia; Geraldo Torquato da Cruz, do Amazonas; Jaime da Silva, do Amazonas; Raimundo Alves do Acre; Luiz Termino, do Acre; Carlos, de Rondônia; Paulo do Souza Silva, de Rondônia; Osmarino, do Acre; Adalberto do Acre; Gerson, também do Acre; e outros seringueiros, foram ferrenhos críticos a situação dos governos estaduais e federal, além dos políticos, que consideraram ainda muito "omissos" em relação aos problemas e ao futuro dos milhares de seringueiros espalhados por toda a região da Amazônia Ocidental.

"Um congresso de identidade nacional"

Brasília (EBN) — O Ministro da Cultura considerou "um Congresso de Identidade Nacional" o Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que começou sexta-feira na Universidade de Brasília, e até o dia 17, vai colocar em discussão a política para a borracha, o desenvolvimento da Amazônia, os direitos históricos dos Soldados da Borracha, a Reforma Agrária, cultura, Educação e Saúde nos seringais.

O encontro é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre, seringueiros do Amazonas e Associação de Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos do Ministério da Cultura, através da Fundação Pró-Memória, e da Universidade de Brasília. Além dos seringueiros, participam das mesas-redondas políticas autoridades do governo e pesquisadores.

Ao apoiar o Encontro Nacional de Seringueiros e seringueiros da Amazônia o Ministro da Cultura procura ressaltar que as modificações políticas não tenham como base somente reivindicações

conjunturais e o voluntarismo ideológico mas que se radicem nas condições concretas da existência diária. Pensar nosta identidade é pensar a coexistência, a combinação de questões étnicas com questões sociais, a interpenetração dessas forças na história afirmou o Ministro Aluísio Pimenta, na abertura do encontro.

REIVINDICAÇÕES

Sis representantes dos seringueiros falaram sobre as condições de vida as dificuldades e as reivindicações da categoria na cerimônia de abertura, que contou ainda com a participação do poeta Thiago de Melo, o Reitor da Universidade de Brasília, Cristiano Buarque e o senador Mário Maia.

O representante do Amazonas Jaime da Silva Araújo leu uma poesia sobre a vida do seringueiro que, possivelmente, foi entoada e elogiada pelo Reitor da UNB. O seringueiro relatou as dificuldades e privações nasceram pela população da Amazônia nos seringais, havendo famílias "que passam até 23 dias sem o sal de panela".

"Nós não vivemos na floresta, nós vegetamos junto com ela. Por isso exigimos a reforma agrária e que os latifúndios não entrem nos seringais", Segundo Jaime Araújo, a manipulação dos preços dos alimentos no "barração" do seringueiro (o proprietário da terra e patrão dos seringueiros) provoca o endividamento permanente do trabalhador e uma situação de escavidão". O quilo de café chega a custar Cr\$ 170 e o barracão do Aripuanã", afirmou o representante do Amazonas.

Segundo Raimundo Mendes Barros, seringueiro em Xapuri, no Acre, apenas os seringueiros autônomos estão conseguindo sobreviver. Enquanto o seringueiro autônomo paga Cr\$ 2.800 o quilo de açúcar na cidade, o "cativo" paga de 7 a dez mil cruzados o quilo do produto no "barracão" do seringueiro. O patrão paga apenas Cr\$ 6.000 pelo quilo da borracha, enquanto, em Xapuri, o seringueiro autônomo consegue vender seu produto por Cr\$ 8.400.

Raimundo Barros, afirma que a principal reivindicação dos seringueiros é "a refor-

ma agrária por seringueiro", que leve em conta a densidade de árvores necessárias à extração e produção da borracha, para que o trabalhador tenha condições de sustentar sua família. Além disso eles querem "que a borracha tenha um preço melhor para o seringueiro" e que ele possa controlar a política de preços e a comercialização de produtos, instalação de serviços de saúde e escolas nos seringais.

— Hoje nós estamos muito ameaçados pelo latifúndio.

Ele chegou na Amazônia, principalmente no Estado do Acre, e está devastando a floresta, está acabando com as seringueiras, está acabando com a castanha e com a caça. Está expulsando os seringueiros para a cidade, onde chegam sem recursos financeiros, não tem saber para conseguir emprego. Eles ficam sendo bôia-fria vivendo de biscite, e aquilo rende muito pouco para sustentar a família. Então as filhas se entregam a prostituição, os filhos se entregam a marginalidade. Por isso nossa principal reivindicação é a reforma agrária, afirma Raimundo Barros.